

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**A INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM
AMBIENTES INSULARES DO BRASIL: UM ESTUDO
DE CASO NA ILHA DOS MARINHEIROS – RIO
GRANDE/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PEDRO DA COSTA PORTO

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**A INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM AMBIENTES
INSULARES DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA ILHA
DOS MARINHEIROS – RIO GRANDE/RS**

Pedro da Costa Porto

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso.

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado em Geografia

**A INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM AMBIENTES
INSULARES DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DOS
MARINHEIROS – RIO GRANDE/RS**

elaborado por
Pedro da Costa Porto

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Geografia

Comissão Examinadora:

**Eduardo Schiavone Cardoso, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Nazareno José de Campos, Dr. (UFSC)

Bernardo Sayao Penna e Souza, Dr. (UFSM)

Santa Maria, **3** de outubro de 2014

AGRADECIMENTOS

Lembrar-se de todos aqueles que contribuíram de alguma forma para a realização dessa pesquisa é uma tarefa difícil, quase impossível. Para agradecer aqui aos ilhéus da Ilha dos Marinheiros que, por diversas vezes, deixaram de lado suas redes ou enxadas para responder às indagações do presente pesquisador seria necessário recorrer à caderneta de campo para citar aqui os nomes de todos. Porém, foram tantos os ilhéus que contribuíram não somente com informações mas também com caronas de barcos, motocicletas e tratores, assim como com generosos cafés e almoços que seria injusto citar o nome de somente alguns. Deste modo, fica aqui o muito obrigado a todos os moradores da Ilha dos Marinheiros.

Existem ainda aqueles, que sem o apoio, a presente dissertação não se concretizaria e têm os nomes gravados na memória desse pesquisador. Um desses exemplos é meu pai, que sempre acreditou na minha capacidade e com uma jornada de trabalho que, normalmente, ultrapassava dezesseis horas por dia e dois mil quilômetros de estrada por semana, foi o único “órgão” de financiamento no decorrer do primeiro ano de pesquisa. A este, seria impossível em poucas linhas, demonstrar toda minha gratidão.

Outro exemplo de significativa contribuição são os auxiliares do depósito de uma empresa de engenharia ambiental a qual, o presente pesquisador teve a oportunidade de trabalhar durante o segundo ano deste estudo. Aos colegas de trabalho e, que se tornaram amigos, fica o reconhecimento pelas diversas ajudas prestadas.

Não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Eduardo Schiavone Cardoso, principalmente, pela paciência em todos esses anos de convivência e pelos conselhos e orientações que foram de grande valor na carreira deste pesquisador. Aqui também não poderia esquecer a Prof. Dr^a Simone de Biazzi, e a minha irmã – e futura bióloga – Camilla Porto pelo estímulo e a grande ajuda no acesso ao acervo da Biblioteca da Universidade Federal de Rio Grande (FURG). Também é necessário agradecer ao marido da Dr^a Simone o pescador Vanderlei Batista da Silveira pelas palavras de incentivo e, principalmente, pelas pacientes explicações

referentes aos petrechos e a “arte” da pesca. A todos os meus sinceros agradecimentos.

“Na verdade, que mais aprendi com os mestres que escutei, com os filósofos que li, com as sociedades que visitei e com a própria ciência da qual o Ocidente se orgulha senão fragmentos de lições que, unidos uns aos outros, reconstituem a meditação do Sábio ao pé da árvore?” (Claude Lévi-Strauss / Tristes Trópicos)

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-graduação em Geografia e Geociências
Universidade Federal de Santa Maria

A INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM AMBIENTES INSULARES DO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO NA ILHA DOS MARINHEIROS – RIO GRANDE/RS

AUTOR: Pedro da Costa Porto
ORIENTADOR: Eduardo Schiavone Cardoso
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 3 de outubro de 2014.

A presente dissertação teve como objetivo analisar a inserção da atividade turística em ilhas do Brasil, valendo-se de um estudo de caso na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS. Para atingir este objetivo, a pesquisa foi dividida em três etapas. A primeira foi destinada à definição dos materiais e métodos que foram aplicados nos levantamentos dos dados necessários ao estudo. A segunda etapa foi dedicada ao levantamento dos dados em campo objetivando o reconhecimento da área em estudo e a aproximação com a realidade local. No decorrer da segunda etapa foi realizada também a maior parte da revisão bibliográfica que possibilitou as bases teóricas da pesquisa. Entre os principais temas estão: a história e transformação da cultura e do espaço da Ilha dos Marinheiros; a gênese, evolução e delimitação da atividade turística; a segmentação desta atividade e a caracterização do turismo em ilhas do Brasil. Na terceira e última etapa da pesquisa é apresentado os resultados obtidos no decorrer realizando uma exposição do turismo em ambientes insulares do país e uma análise desta atividade na Ilha dos Marinheiros.

Palavras-chaves: Análise; Turismo insular; Ilha dos Marinheiros.

ABSTRACT

Masters Dissertation
Postgraduate Program in Geography and Geosciences
Universidade Federal de Santa Maria

THE INSERTION OF THE TOURIST ACTIVITY IN PRESENCE OF ISLAND BRAZIL: A CASE STUDY ON THE ILHA DOS MARINHEIROS – RIO GRANDE/RS

AUTHOR: Pedro da Costa Porto
ADVISOR: Eduardo Schiavone Cardoso
Date and Place of the Presentation: Santa Maria, th, 2014

This thesis aims to analyze the inclusion of tourism in the islands Brazil, drawing on a case study on the Ilha dos Marinheiros – Rio Grande / RS, which occurred after the work of connecting the bridge to the mainland in 2004 . To achieve this goal, the research was divided into four stages. The first stage of the research is aimed at the definition of the materials and methods that were applied to the survey data required for the study. The second stage was dedicated to collect data in the field seeking acknowledgment of the study area and the approach to the local reality. During the second stage was also performed most of the literature review which allowed the theoretical foundations of the research. The main issues are: the history and transformation of culture and the Ilha dos Marinheiros, the genesis, evolution and delimitation of tourism; targeting this activity and characterization of tourism in the islands Brazil. The third and final stage of the research results obtained during organizing an exhibition of tourism in island environments of the parents and an analysis of this activity on the Ilha dos Marinheiros.

Keywords: Analysis; Island tourism, Ilha dos Marinheiros

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 – Caracterização do uso dos domicílios da Ilha dos Marinheiros.....	16
Quadro 2 – Ciclos econômicos da Ilha dos Marinheiros.....	77
Quadro 3 – Dados populacionais da Ilha dos Marinheiros.....	87
Quadro 4 – Evolução da área de dunas na Ilha dos Marinheiros (1947 a 2012).....	99

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Etapas da pesquisa.....	15
Figura 2 – Segmentação da atividade turística.....	23
Figura 3 – Localização da Ilha dos Marinheiros.....	75
Figura 4 – Mapa das ilhas do município de Rio Grande.....	76
Figura 5 – Ruínas da casa do vereador João de Miranda Ribeiro visitada pela comitiva de D. Pedro II.....	84
Figura 6 – As comunidades da Ilha dos Marinheiros.....	91
Figura 7 – Uso da terra da Ilha dos Marinheiros.....	100
Figura 8 – Pirâmide etária da população da Ilha dos Marinheiros.....	109
Figura 9 – Atrativos turísticos da Ilha dos Marinheiros.....	111
Figura 10 – Dias com maior presença de turistas na Ilha dos Marinheiros.....	112
Figura 11 – Estados de origem dos turistas na Ilha dos Marinheiros.....	113
Figura 12 – Cidades de origem dos turistas na Ilha dos Marinheiros.....	113
Figura 13 – Infraestrutura turística da Ilha dos Marinheiros.....	116

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Notícia do Jornal Diário Popular de 7 de março de 2004 referente as obras da ponte de ligação da Ilha dos Marinheiros com o continente.....	133
Anexo B – Termo de Ajustamento de Conduta referente a retira da floresta de pinos na Ilha dos Marinheiros.....	134
Anexo C – <i>Folder</i> de divulgação turística da Ilha dos Marinheiros.....	140
Anexo D – Compromisso de Ajustamento ligado ao processo de construção da ponte de ligação da Ilha dos Marinheiros com o continente.....	142
Anexo E – Jornal Agora noticia projeto de construção de uma ponte entre a Ilha dos Marinheiros e São José do Norte.....	147
Anexo F – Jornal Diário Popular noticia a retomada do cultivo da uva bordô na Ilha dos Marinheiros.....	148
Anexo G – Notícia do Jornal Agora referente a projeto turístico para a Ilha dos Marinheiros.....	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 MATERIAIS E MÉTODOS	14
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
3.1 Turismo: delimitação conceitual	21
3.2 Segmentação da atividade turística	23
3.2.1 Turismo de Massa.....	24
3.2.2 Turismo Alternativo.....	28
3.3 As ilhas e o turismo insular	38
3.4 O turismo insular no Brasil	46
3.4.1 Os primeiros relatos.....	46
3.4.2 O turismo litorâneo e nas ilhas costeiras.....	49
3.4.3 A natureza insular, a cultura ilhéu e o turismo.....	57
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	74
4.1 A Ilha dos Marinheiros: um estudo de caso	74
4.1.1 Antecedentes históricos.....	74
4.1.2 Distinções espaciais da Ilha dos Marinheiros.....	89
4.1.3 O turismo na Ilha dos Marinheiros.....	101
5 CONCLUSÕES	119
REFERÊNCIAS	124
ANEXOS	132

1 INTRODUÇÃO

A atividade turística se propaga por diferentes lugares do planeta. Espaços antes considerados inóspitos e/ou atrasados do ponto de vista econômico, hoje estão entre os mais concorridos nos pacotes turísticos. Comunidades que conseguiram viver até recentemente de forma menos dependente do sistema capitalista passam a sofrer pressões geradas pela repentina “turistificação” de seus territórios de vivência ancestral.

No Brasil, a apropriação do espaço pelo turismo tem se dado de forma mais aguçada no litoral. Isto se deve principalmente aos seus aspectos naturais como ilhas, recifes, dunas, entre outros que são valorizados e apropriados para a prática turística (CARDOSO, 2006). Ainda segundo Cardoso (2006) é sobre as comunidades litorâneas que conseguiram se manter relativamente isoladas dos processos de urbanização e industrialização atuais que o turismo ao expandir-se promove alterações significativas. Entre as comunidades relativamente isoladas, as insulares são exemplos clássicos em virtude do difícil acesso, restrito à navegação, que em dias de tormentas, podem ficar sem comunicação com o continente, dificultando a atração do público turista.

O relativo isolamento dos ambientes insulares costuma mudar com a facilitação do acesso por via náutica, aérea, ou mesmo, de sua ligação terrestre com o continente, como é o caso da Ilha dos Marinheiros (IM). Localizada no município de Rio Grande/RS, próximo à foz da Lagoa dos Patos, esta ilha tem sua economia baseada, sobretudo, na agricultura familiar e na pesca artesanal. O turismo também vem ganhando espaço nesta economia, principalmente após a finalização das obras da ponte de ligação entre o continente e a IM no ano de 2004, que tinha até então o acesso restrito por meio de uma balsa que fazia a travessia duas vezes ao dia.

Com a inserção da atividade turística, a Ilha dos Marinheiros pode ser considerada como um núcleo receptor de turistas e, segundo Cruz (2003, pág. 25) “é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor à maior gama de transformações sócio-espaciais”. A criação ou apropriação de infraestruturas em função da acessibilidade e bem-estar dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infraestruturas de hospedagens, restauração, lazer e serviços em geral atribuem à

atividade turística a capacidade de reorganizar sociedades inteiras para que ela possa acontecer (CRUZ, 2003).

Atualmente, não são raros os estudos, principalmente, sobre as dinâmicas físicas e socioculturais das ilhas oceânicas e tropicais do Brasil. Contudo, o estudo dos impactos da atividade turística em ambientes insulares do país ainda é bastante insipiente, especialmente nas ilhas situadas em regiões subtropicais e/ou em corpos hídricos continentais (rios, lagos, lagoas e lagoas) como é o caso da IM. O presente estudo objetiva, portanto, realizar uma reflexão acerca da inserção da atividade turística nas ilhas do Brasil utilizando como aporte um estudo de caso da Ilha dos Marinheiros no município de Rio Grande/RS.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A presente pesquisa contou como principal objetivo a análise da introdução do turismo em ambientes insulares no Brasil, valendo-se para tanto, de um estudo de caso na Ilha dos Marinheiros, Rio Grande/RS. A escolha desta área para o estudo de caso baseou-se em um trabalho anterior, realizado no decorrer do ano de 2011, apresentado no mesmo ano como trabalho final de graduação ao curso de Geografia Bacharelado da Universidade Federal de Santa Maria. Neste trabalho, intitulado *Análise da Atividade Turística na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS* foi possível identificar que o turismo constitui uma atividade recente na ilha, com início datado após o término das obras da ponte de ligação com o continente no ano de 2004 e que sua inserção vem ocasionando transformações significativas neste ambiente insular.

No decorrer da pesquisa foi possível identificar também que são raros os estudos, por parte da Geografia, referente aos impactos do turismo em ambientes insulares do Brasil que em muitos casos esta temática é abordada de forma secundária e limitada a algumas ilhas litorâneas e oceânicas, principalmente do litoral sudeste do país. Em se tratando de ilhas situadas em regiões subtropicais e/ou em corpos hídricos continentais (rios, lagos, lagoas e lagoas) como é o caso da Ilha dos Marinheiros, tais estudos são praticamente inexistentes.

Para atingir o objetivo proposto, a pesquisa foi dividida em três etapas (Figura 1). A primeira etapa foi dedicada à definição dos materiais e métodos que nortearam o levantamento de dados em campo e do referencial teórico.

No que tange o levantamento em campo objetivou-se a coleta dos seguintes dados: os impactos decorrentes da introdução do turismo na IM. Para tal, foi necessário delimitar as comunidades existentes no interior da Ilha, uma vez que foi observado no estudo realizado em 2011 que o impacto do turismo e a opinião de cada ilhéu sobre essa atividade sofrem significativas alterações quando analisada de forma agrupada por comunidade. Uma vez que estes limites dependem da autoidentificação de cada indivíduo como pertencente a uma ou outra comunidade, buscou-se uma unanimidade em relação a estes limites com base nas respostas dos ilhéus.

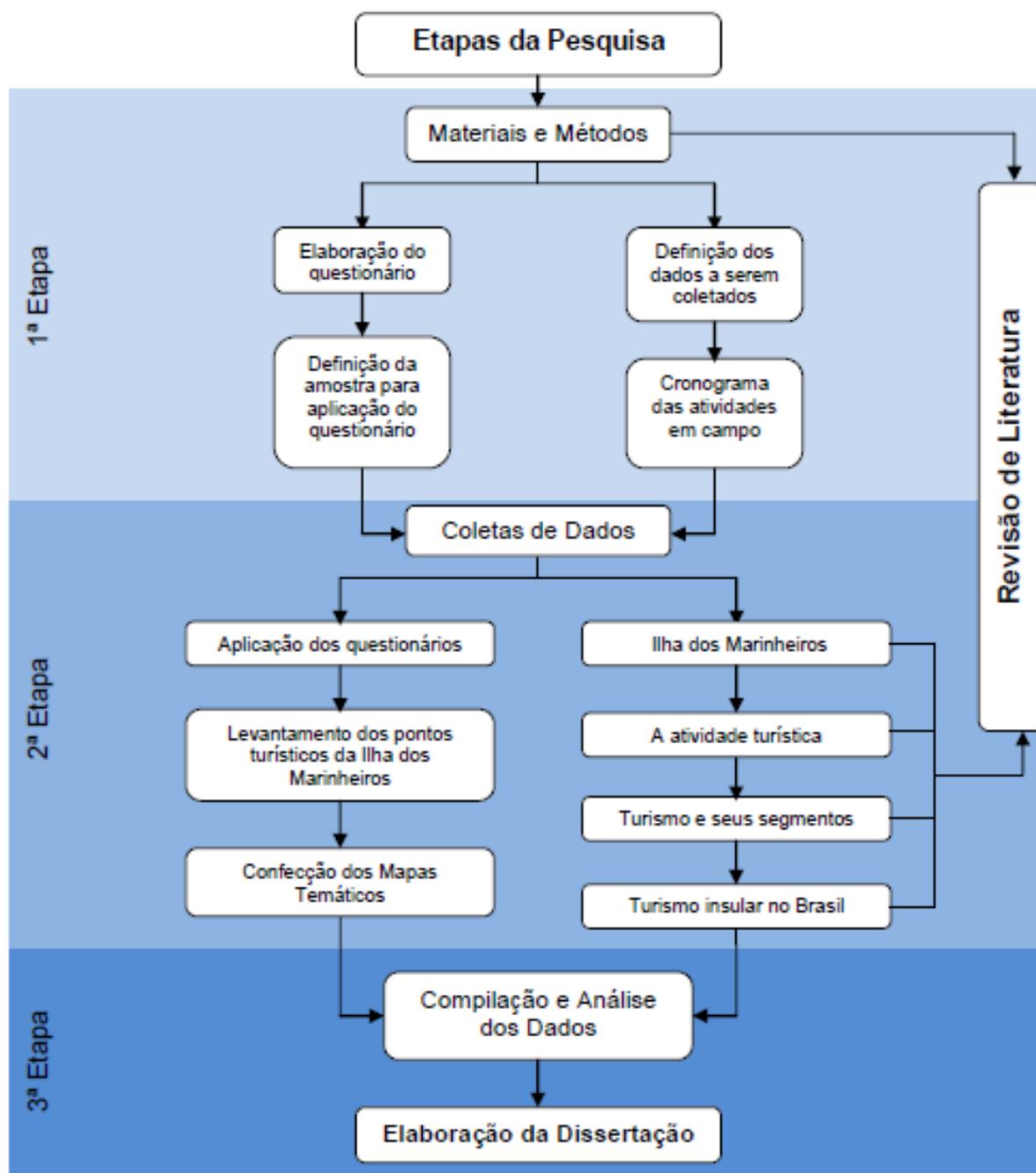


Figura 1 – Etapas da pesquisa.
 Fonte: o autor

Os demais dados que seriam catalogados em campo são: a opinião dos ilhéus em relação à forma como a atividade turística vem ocorrendo no local; catalogar os atrativos turísticos existentes na IM; analisar como ocorrem as visitas a estes atrativos; catalogar a infraestrutura turística da Ilha; identificar e analisar a opinião dos agentes locais que trabalham com turismo; identificar o local de origem e opinião dos turistas. Para a realização do levantamento dos dados em

campo, definiu-se que esta ocorria de forma a possibilitar uma aproximação das práticas cotidianas dos ilhéus da IM, permitindo assim não somente uma maior compreensão destas práticas, mas também dos impactos socioculturais que o turismo causa e/ou causará neste ambiente insular. Como destaca Diegues, “é fundamental pesquisar as práticas sociais e simbólicas [...], as noções de espaço, território e tempo insulares e as representações simbólicas do estar e viver numa ilha” (1997, p. 11).

Como ferramenta para compreensão das práticas socioculturais existentes na IM e da opinião dos moradores em relação ao turismo foi elaborado uma entrevista semiestruturada. Para aplicação das entrevistas com os moradores foi definida uma amostra de dez por cento (10%) do total de domicílios da IM. Esta amostra foi estipulada com base nos dados do Censo do IBGE (2010) o qual, aferiu um total de 515 domicílios como pode ser observado no quadro a seguir.

Domicílios ocupados	410
Domicílios desocupados	52
Domicílios de uso ocasional	53
Total de domicílios	515

Quadro 1 – Caracterização do uso dos domicílios da Ilha dos Marinheiros.
Fonte: IBGE (2010)

Desta forma foi estipulado que ocorreriam entrevistas em 52 domicílios, entrevistando, uma ou mais pessoas com idade superior a dezoito anos e que se dispusesse a ser entrevistada. Uma vez que se optou por dar um caráter igualitário a todas as comunidades da IM a amostra foi arredondada para cinquenta e cinco domicílios (onze domicílios entrevistados em cada comunidade).

Depois de estabelecida a amostra para aplicação das entrevistas e os dados a serem coletados em campo foi iniciada a segunda etapa da pesquisa. Esta etapa foi dedicada à aplicação das entrevistas e o levantamento dos pontos turísticos que ocorreram de forma ininterrupta entre os dias 25 de agosto e 20 de outubro de 2012, totalizando 58 dias de atividades em campo.

No dia 25 de agosto foram realizadas as primeiras entrevistas. Neste momento observou-se uma animosidade dos ilhéus em relação à filmagem e até mesmo à gravação oral das entrevistas, onde muitos se negavam de ser entrevistados destas formas. Moura (2009) também observou a mesma relutância

dos moradores da IM em relação a entrevistas realizadas por pesquisadores. Segundo o autor, isto é decorrente de atuação de alguns pesquisadores que após realizar filmagens e gravações das práticas perpetradas pelos ilhéus, denunciaram os mesmos para os órgãos de fiscalização ambiental. Este fato pode ser observado nos relatos obtidos nas entrevistas e serão expostos no decorrer deste estudo.

Diante de tal problema optou-se por transcrever as declarações proferidas no momento das entrevistas. Buscou-se sempre, no momento das transcrições, a fidelidade às declarações dos entrevistados. Uma vez que não foram documentadas as declarações, definiu-se por identificar as respostas, dos trechos transcritos nessa dissertação, pela profissão, idade e comunidade onde reside o entrevistado.

A amostra estabelecida também não se mostrou possível de ser realizada em virtude do pequeno número de moradores da comunidade dos Fundos da Ilha, onde foram realizadas somente oito entrevistas. Este fato corrobora o que Moura (2009, p. 73) denominou de “o quase desaparecimento da Comunidade dos Fundos da Ilha”. Nas demais comunidades a expectativa amostral foi alcançada e o total de entrevistas realizadas em toda a Ilha foi de cinquenta e dois domicílios, resultando assim, em 10% dos domicílios da IM entrevistados como havia sido estipulado anteriormente.

Com o objetivo de estabelecer um panorama atual da atividade turística da IM, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 52 turistas. A mesma metodologia foi aplicada aos agentes do turismo catalogados na Ilha, buscando abranger a opinião destes agentes sobre a atividade.

Também na segunda etapa da pesquisa, foi possível estabelecer um perfil dos 3.539 turistas que visitaram a Ilha dos Marinheiros entre os meses de novembro de 2006 a julho de 2012 com base no livro de visitantes da Casa da Jurupiga localizada na comunidade Porto Rei. Uma vez que este estabelecimento é um dos principais atrativos da Ilha, pode-se inferir que seus visitantes representam uma amostra significativa dos visitantes da IM e assim, possibilita traçar um perfil confiável dos mesmos.

Foi realizado o levantamento dos atrativos turísticos da IM com auxílio de um aparelho GPS (*Global Positioning System*), de forma que a cada parada coletava-se as coordenadas e efetuava-se a tomada de fotografias dos referidos atrativos. Cabe salientar que a localização geográfica dos pontos amostrados corresponde ao ponto em que se obteve a fotografia, ou seja, é a visão paisagística a partir do ponto de

vista do fotógrafo. Os dados decorrentes deste levantamento foram espacializados em um mapa (Mapa dos Atrativos Turísticos da Ilha dos Marinheiros). A mesma metodologia foi aplicada para utilização do levantamento da infraestrutura turística da ilha e seus resultados também culminaram em um mapa (Mapa da Infraestrutura Turística da Ilha dos Marinheiros). Estes e os demais mapas: Localização da Ilha dos Marinheiros; Ilhas do Município de Rio Grande e Comunidades da Ilha dos Marinheiros foram confeccionados por meio do Programa Spring 5.1.8. Todos os mapas foram elaborados com a utilização da malha digital do ano de 2007 do estado do Rio Grande do Sul que foi obtida no sítio da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) de onde foi exportado o *shapefile* (*shp*) contendo os seguintes Planos de Informações (PIs): limites municipais, rodovias e rios. Para a confecção destes mapas, o *shp* contendo apenas os PIs da área em estudo foram exportados diretamente para o SPRING e posteriormente foi adicionado a escala e as coordenadas no aplicativo SCARTA

O Mapa de Usos da Terra foi elaborado com o uso de uma imagem de satélite da Ilha dos Marinheiros, obtida pelo sensor *ResourceSat-1*, datada de 2 de novembro de 2011 e com resolução multiespectral de 5.8 metros que foi obtida gratuitamente do catálogo de imagens do *Google Earth*. A partir da obtenção da imagem a mesma foi importada para o aplicativo IMPIMA, convertendo-a em formato *GRIB* e assim possibilitando seu reconhecimento e manuseio no SPRING. Neste último, a imagem foi georreferenciada e aplicada uma ampliação linear de contraste em cor verdadeira RGB-321 para melhor visualização da imagem. Posteriormente dedicou-se a aquisição de amostras de classes de uso do solo da Ilha dos Marinheiros. Utilizou-se para este fim o Método de classificação Máxima Verossimilhança (MAXVER), obtendo-se as seis classes com suas respectivas áreas, são elas: água: esta classe limita-se as lagoas do interior da ilha dos marinheiros, uma vez que, se tratando de uma ilha ela é cercada de água por todos os lados; dunas: são montes de areia móveis, com predominância de grãos de quartzo, depositados pela ação do vento dominante; campos: na elaboração deste mapa não encontrou-se relevância na distinção entre campos úmidos e secos conforme encontrado em algumas bibliografias consultadas acerca da ilha a exemplo de Ávila (2005), optando-se em não distingui-los; cultivos: reúnem não só as plantações, também as casas, os galpões, as áreas de criação de animais, os salões comunitários e as escolas; marismas: são as comunidades vegetais compostas,

principalmente por gramíneas, ciperáceas e juncáceas; mata nativa: são comumente chamadas de matas brejosas e se distinguem pela formação de capões e entre as espécies dominantes estão a corticeira-do-banhado, a figueira, as batingas e as murtas.

A segunda etapa da pesquisa foi destinada também a maior parte da revisão da literatura que possibilitou as bases teóricas da pesquisa. Entre os principais temas estão: a história e transformação da cultura e do espaço da Ilha dos Marinheiros; a gênese, evolução e delimitação da atividade turística; a segmentação desta atividade e a caracterização do turismo em ilhas do Brasil.

Nesta etapa, com base em Guerra (1993), foi estabelecido o conceito de ilha como porções relativamente pequenas de terras emersas circundadas de águas doces ou salgadas. Para o autor, as ilhas constituem massas de terras emersas cuja definição é a mesma que se dá para os continentes, porém, a grande diferença está no grau da escala referida, uma vez, que as ilhas têm geralmente extensões pequenas ao contrário dos continentes e estes são cercados apenas por água salgada enquanto existem ilhas cujas terras estão circundadas por água doce. Guerra (1993) classifica as ilhas em dois grandes grupos: o primeiro das ilhas continentais ou costeiras (constituídas por ilhas de erosão, de sedimentação, de erosão e afundamento, de afundamento e residuais) e o segundo das ilhas oceânicas ou isoladas (constituídas por ilhas vulcânicas e de origem biológica).

No que se refere aos temas relacionados à IM foi realizada uma busca que abrangeu os arquivos virtuais e/ou físicos de diferentes instituições de ensino superior (entre elas: UFSM, USP, UFPEL e FURG) além de acessos constantes ao acervo do Portal de Periódicos da CAPES. A análise destes arquivos expôs o fato de que em todos os estudos realizados na ilha em questão têm como principal fonte o livro: *A Ilha dos Três Antônios* (2004) de autoria de Anna Morisson Dias de Azevedo. Por entender que este livro consiste no documento mais relevante da história da IM, buscou-se contato com a autora para a realização de uma entrevista que foi concedida no dia dezoito de novembro de 2012 e os relatos encontram-se citados nesta pesquisa.

No decorrer da revisão da literatura referente à história da IM, constatou-se que a ocupação e as transformações do espaço deste ambiente insular estão ligadas, principalmente, aos ciclos econômicos regionais a partir do século XVII. Diante desta constatação, optou-se por realizar uma caracterização da Ilha dos

Marinheiros semelhante à utilizada por Parada (2004) para construir a história ecológica da Ilha do Cardoso no litoral sul de São Paulo. Desta forma, a caracterização da ilha em estudo foi inserida em um contexto histórico regional, tornando possível explicar algumas das suas transformações como resposta aos ciclos econômicos regionais.

A delimitação e a segmentação da atividade turística foi norteadas, basicamente, nas definições de trabalhos realizados por órgãos públicos a exemplo do Ministério do Turismo do Brasil (MTur) e da Organização Mundial do Turismo (OMT). Esta escolha ocorreu por entender que estes órgãos desempenham papéis fundamentais no fomento, planejamento e gestão da atividade turística além de serem também, em grande parte, a base para as poucas publicações que se dedicam aos temas da delimitação e a segmentação do turismo. Nesta etapa são apresentados os principais segmentos do turismo e uma caracterização dos mesmo no Brasil.

O turismo insular no Brasil, exposto nesta pesquisa, foi fundamentado, principalmente, por estudos de casos apresentados em dissertações e teses das mais diversas instituições de ensino do país. Outro referencial teórico que contribuiu para a elucidação deste tema foram os estudos produzidos e publicados pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB) da Universidade de São Paulo (USP). O NUPAUB, fundado em 1988, se dedica principalmente ao estudo das relações entre populações humanas e áreas periodicamente inundáveis do Brasil e possui estudos de significativa relevância do impacto do turismo nas ilhas litorâneas da região sudeste do Brasil.

Após a compilação e análise dos dados obtidos em campo, com o referencial teórico e dos mapas confeccionados, foi possível a efetivação da terceira e última etapa da pesquisa. Nesta etapa são apresentados os resultados obtidos no decorrer da pesquisa realizando uma exposição do turismo em ambientes insulares do Brasil e uma análise desta atividade na Ilha dos Marinheiros.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Turismo: delimitação conceitual

O turismo como atividade organizada acontece somente no início do século XIX (Cruz, 2003), mas é a partir da segunda metade do século XX – principalmente no período posterior a Segunda Guerra Mundial – que a atividade turística passa a ganhar espaço na economia mundial, convertendo-se no primeiro setor econômico em 1983 com uma participação de 12% do PIB do planeta, chegando ao ano de 2013 com uma receita de U\$ 1,4 trilhão¹.

Nestes setenta anos, a atividade turística passou a ser objeto das mais distintas ciências – entre elas: geografia, economia, história, sociologia, antropologia, entre outras – resultando, em muitos casos, em diferentes definições da atividade. Constata-se que entre as várias definições de turismo que podem ser encontradas, a mais considerada no meio científico provém da Organização Mundial do Turismo (OMT) o qual define a atividade como:

[...] uma modalidade de deslocamento espacial que envolve a utilização de algum meio de transporte e ao menos um pernoite e no máximo noventa dias de permanência no local de destino. Este deslocamento pode ser motivado pelas mais diversas razões, como lazer, negócios, congressos, saúde e outros motivos, desde que não correspondam a formas de remuneração direta (OMT, 2009).

Segundo Cruz (2003, p. 4) a definição da (OMT) é importante, “por orientar o trabalho realizado por organismos oficiais de turismo em todo o mundo e, conseqüentemente, ter rebatimentos sobre o planejamento e a gestão da atividade”. Esta definição, no entanto, considera todo tipo de viagem como prática do turismo, independente da motivação do deslocamento, sugerindo assim, que viagem e turismo são sinônimos (CRUZ, 2003). Podendo então abstrair da definição da (OMT) que pessoas que viajam para tratar de saúde e que não tenham qualquer momento de lazer em seu destino, entrarão para as estatísticas do turismo da mesma forma

¹ Fonte: Organização Mundial do Turismo (OMT). Disponível em: <<http://mkt.unwto.org/en/barometer>>. Acesso em: 10 maio 2014.

que os indivíduos que viajando em férias por meio de pacotes turísticos e destinando todo seu tempo a usufruir da gama de infraestruturas e serviços de lazer disponíveis no lugar visitado (CRUZ, 2003). Deste modo, a Organização Mundial do Turismo estabelece um paradoxo que se coloca entre definição oficial e situações práticas. Nesta última, a lógica que orienta a organização dos espaços para o turismo se baseia nas motivações das viagens turísticas, pautadas principalmente no lazer, ou seja, daquilo que, de alguma forma, se diferencia do cotidiano do turista (CRUZ, 2003). Como destaca o filósofo Cortella (2013, p. 56) [...] o turismo é uma forma exuberante de fruir o ócio, no caso um ócio recreativo profundamente sábio, pois rompe a rotina, aumenta o conhecimento, expande o repertório intelectual e educa os múltiplos sentidos.

Cabe destacar também, a definição adotada para as práticas do turismo que não atingem um dia de permanência no local de destino. Definida por Calvente (2004) por “turismo excursionista” esta prática “é muitas vezes considerado como uma etapa inicial da atividade, para uma posterior adaptação ou construção de alojamentos e pernoites” (CALVENTE, 2004, p. 4).

Portanto, definiu-se a atividade turística como uma síntese entre a definição oficial da (OMT), as considerações de Cruz (2003), Cortella (2013) e as de Calvente (2004). Estabelecendo assim, o turismo como uma prática social, que envolve o deslocamento de pessoas por um determinado espaço, sem a necessidade de uma permanência mínima ou da realização de um pernoite no local de destino desde que esta permanência não ultrapasse os noventa dias e, principalmente, que a motivação principal do deslocamento seja o lazer e/ou o ócio recreativo.

3.2 Segmentação da atividade turística

Ao realizar um significativo estudo sobre a história dos Estados Unidos analisando as diferenças na colonização deste país e a dos países latinos, Karnal (2007) expõe que “adoramos explicações polares: Deus e o diabo, povoamento e exploração, preto e branco” (pág. 26). Fato semelhante ocorre ao abordar a segmentação da atividade turística. Nos quase setenta anos no qual o fenômeno turístico tornou-se alvo de estudos das mais distintas ciências, pode-se encontrar teorizações que levam a uma grande segmentação do turismo. A mais comum encontrada, é claro, é a segmentação polar e de certa forma antagônica, que divide a atividade turística entre turismo de massa e turismo alternativo. Nesta teorização os demais segmentos são colocados como subsidiários do turismo alternativo ou de massa como podem ser observados na figura 2.

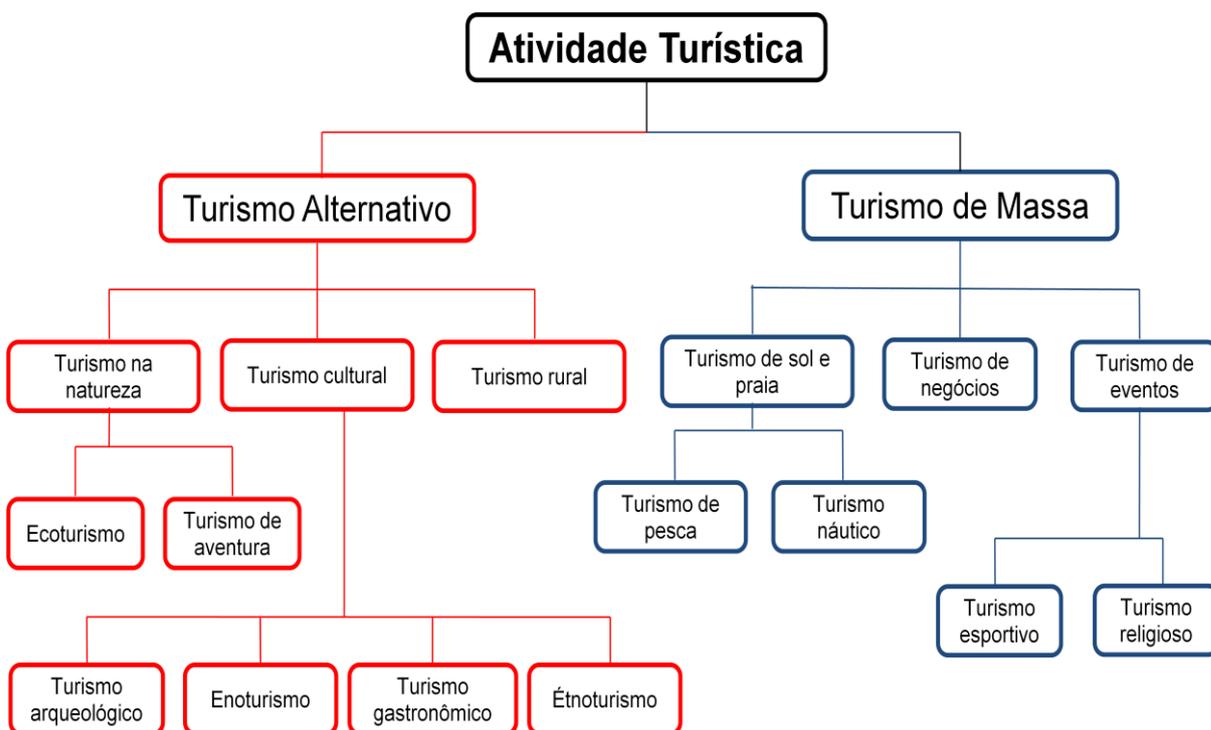


Figura 2 – Segmentação da atividade turística.
 Fonte: (NETTO; ANSARAH, 2009; PIRES, 2002; BRASIL, 2010).
 Elaboração: o autor.

3.2.1 Turismo de Massa

Para Cruz (2003) o turismo de massa é uma forma de organização do turismo que envolve o agenciamento da atividade bem como a interligação entre agenciamento, transporte e hospedagem, de modo a proporcionar o barateamento dos custos das viagens e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viaje. Segundo esta autora, o turismo de massa pode ser entendido como uma modalidade da atividade turística que se caracteriza por contar com um grande contingente de participantes e, é claro, pela necessidade de uma gama de infraestruturas para que sua prática ocorra (CRUZ, 2003). Estas infraestruturas podem variar desde estradas, portos, aeroportos e demais vias de acesso, até hotéis, teatros, centros de convenções e eventos, estádios, autódromos e demais estruturas que possibilitem a realização dos mais variados eventos culturais, artísticos, políticos, científicos ou esportivos (CRUZ, 2003).

Entre os principais segmentos do turismo de massa estão o turismo de sol e praia, o turismo de negócios e o turismo de eventos. Nestes dois últimos há uma grande semelhança e por isto, muitas vezes, são abordados como sinônimos, podendo ser encontrado em algumas bibliografias sob a conjuntura do termo “turismo de eventos e negócios”. Este fato pode ser observado no documento intitulado “Turismo Marcos Conceituais” de autoria do Ministério do Turismo do Brasil (2010) que ao abordar o panorama atual do turismo de negócios e o turismo de eventos no país estabelece que:

O Brasil vem se posicionando como um destino de negócios, com destaque para as áreas de telecomunicações, biotecnologia, finanças, moda, entre outras. No que se refere à realização de eventos, a profissionalização do setor e as opções de lazer relacionadas à diversidade dos recursos naturais e culturais são alguns dos fatores para o crescimento do segmento. O país tem sediado eventos de repercussão, a exemplo da ECO-92 e do Fórum Social Mundial (BRASIL, 2010, p. 45).

Neste parágrafo do referido documento fica clara a ambigüidade dos dois segmentos, uma vez que a ECO-92 e o Fórum Social Mundial não foram – ao menos na teoria – eventos com a finalidade de expor, vender e comprar produtos e/ou serviços, ou seja, não tiveram como finalidade a realização de negócios. Caso semelhante pode ser atribuído aos eventos religiosos a exemplo de procissões,

romarias e missas que, na teoria, também não têm a finalidade de realizar negócios e, assim mesmo, na definição do Ministério do Turismo (2007) estariam enquadrados no segmento do turismo de eventos e negócios.

Portanto, pode-se entender o turismo de negócios e o turismo de eventos como segmentos do turismo de massa (Figura 2). Esta afirmação baseia-se principalmente na necessidade da gama de infraestruturas para que suas práticas ocorram. Entende-se também que estes segmentos possuem características distintas e por isto, não devem ser considerados sinônimos, a não ser é claro nos casos em que a motivação do evento é a de realizar negócios.

Uma vez que os segmentos do turismo de eventos e do turismo de negócios são entendidos por muitos como sinônimos, torna-se difícil a obtenção de dados de apenas um destes segmentos. Este fato, no entanto, não impossibilita a percepção da importância destes segmentos no mercado turístico. Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Organização Mundial do Comércio (OMT, 2006) estes segmentos são os que mais crescem em todo o setor turístico, com uma taxa de crescimento anual de cerca de 30%. A OMT (2006) destaca ainda que o turismo de eventos/negócios possui uma característica marcante que o diferencia de todos os outros segmentos do turismo que é o dispêndio gasto por cada turista que tem como motivo de sua viagem eventos os quais, muitas vezes, ultrapassam de forma considerável o valor diário gasto por aqueles que têm como motivo da viagem, por exemplo, o lazer.

No Brasil de acordo com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2005), os negócios/eventos foram a segunda principal motivação das viagens realizadas no Brasil, no período de 1992 a 2001, ficando atrás apenas das viagens com motivação de lazer (55,51%). Segundo outra pesquisa realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio ao Empreendedor e Pequeno Empresário (SEBRAE) em 2001, constatou que no Brasil são realizados, por ano, cerca de 330 mil eventos dos mais diversos, envolvendo 79,9 milhões de participantes e gerando uma renda total de R\$ 37 bilhões, representando 3,1% do PIB brasileiro.

O turismo de negócios/eventos tem a característica da ocorrência de eventos em grandes centros urbanos apoiando-se em infraestruturas já existentes (aeroportos, estradas, rede hoteleira). Entre estes eventos, podem-se destacar os esportivos que por suas características singulares, alcança o status de mais um segmento de turismo, denominado de turismo de esportes.

Embora encontre raízes remotas no esporte (a Grécia antiga era repleta de “turistas” que participavam ou assistiam os jogos em Olímpia), o ato de viajar por razões esportivas e seus desdobramentos começa a ser tratado como atividade turística particularmente no século XX. Foi impulsionado pela propagação da prática esportiva associada à imagem de vida saudável, pelo pesado investimento da indústria de materiais esportivos e outros setores envolvidos, especialmente com o processo de globalização e culminando com a popularização mundial das grandes competições esportivas - Jogos Olímpicos, Copas do Mundo, Jogos de Inverno, etc. (BRASIL, 2007, p. 23).

Outro segmento do turismo de massa é o chamado turismo de sol e praia e tem sua origem ligada ao surgimento do prestígio das áreas litorâneas no século XIX, com destaque para área do Mar Mediterrâneo (BRASIL, 2007).

Inicialmente os banhos de mar eram utilizados com fins medicinais, recomendados apenas para os adultos. No século XX surge o turismo de praia na Europa, quando aos banhos de mar soma-se o sol como atrativo turístico, associado à saúde, ao entretenimento, à recreação e ao culto ao corpo (BRASIL, 2007, p. 43).

Várias acepções têm sido utilizadas para se referir a este segmento, tais como turismo de sol e mar, turismo litorâneo, turismo de praia, turismo de balneário, turismo costeiro e inúmeros outros (BRASIL, 2007). Para fins de formulação de políticas públicas, o Ministério do Turismo (2007, p. 43) considera que “o segmento denominado como Turismo de Sol e Praia constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor”. Partindo desta consideração, pode-se então considerar que o turismo de sol e praia não está restrito somente a porção litorânea. Este entendimento baseia-se no fato de o Ministério do Turismo não definir assim a palavra “praia”. Ao recorrer ao Minidicionário da Língua Portuguesa Ruth Rocha (ROCHA; PIRES, 2005, p. 557) encontra-se a seguinte definição de praia: “*sf* **1** Orla da terra, geralmente coberta de areia, que confina com o mar; litoral; beira-mar. **2** Margem de rio coberta de areia”. Nesta definição fica claro que a abrangência maior do termo “praia” não só aquela relacionada ao espaço litorâneo banhado por mar. Se adicionar a esta discussão a definição de “praia” trazida do senso comum, aumenta-se o número de locais que podem ser assim definidos, a exemplo de margens de lagos naturais ou artificiais ou ainda de lagunas. Portanto, na falta de uma definição oficial mais concisa, entende-se que o denominado turismo de sol e

praia não se limita somente a porção litorânea, mas estende-se também para outros espaços como rios, lagos e lagoas. São principalmente nestes espaços que também se desenvolvem dois segmentos do turismo de sol e praia os denominados: turismo náutico e o turismo de pesca. Este último:

[...] somente a partir de 1998 passou a ser trabalhado oficialmente como um segmento turístico, com o incentivo do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora – PNDPA (executado pelo Ministério do Meio Ambiente/Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e pelo Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR) (BRASIL, 2007, p. 27).

Este segmento é compreendido pelo Ministério do Turismo (2008, p. 16) como “as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora”. O mesmo órgão define pesca amadora como aquela:

[...] caracterizada pela prática de devolver à água os peixes menores (protegidos por lei) e também os maiores (principais reprodutores e atrativos turísticos). O abate, quando ocorre, limita-se aos de tamanho intermediário, para o consumo durante a pescaria. É também conhecida como pesca desportiva (BRASIL, 2008, p. 17).

O turismo de pesca, segundo o documento intitulado “Turismo de pesca: orientações básicas” produzido pelo Ministério do Turismo no ano de 2008 é um dos segmentos do turismo que demonstram maior índice de crescimento no mundo. No Brasil, este segmento “apresenta uma tendência ascendente ao se caracterizar pelo convívio com a natureza integrada a uma das atividades prediletas dos brasileiros: a pesca” (BRASIL, 2008, p. 15). Segundo o Ministério do Turismo (2008, p. 16) as atividades turísticas geradas pela prática da pesca amadora envolvem a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como:

Operação e agenciamento; transporte, como os barcos-hotéis e voadeiras; hospedagem; alimentação; recepção; recreação e entretenimento; eventos; material para pesca, como iscas, varas, molinetes entre outros; outras atividades complementares que existam em função do turismo.

Ao analisar esta lista de produtos, equipamentos e serviços que envolvem as atividades turísticas geradas pela prática da pesca amadora, é possível vislumbrar o potencial gerador de dividendos que o turismo de pesca pode representar para área apropriada por esta prática. Isto se deve ao fato de que para garantir a oferta de

todos os itens listados anteriormente, é necessário um considerável número de trabalhadores, que na maior parte das vezes, são do próprio local onde esta prática se desenvolve.

O turismo náutico, também entendido como um segmento do turismo de sol e praia e, por sua vez, um segmento do turismo de massa, é considerado recente no Brasil. Isso se dá, em parte, pela proibição até 1995 da navegação de cabotagem no país para navios de bandeira estrangeira. Tal restrição inibia a inclusão do Brasil nas rotas de viagem dos armadores estrangeiros. Somente com a publicação da Emenda Constitucional nº7/95 foi liberada a navegação de cabotagem para embarcações de turismo no litoral brasileiro (BRASIL, 2007). Os portos começaram a dedicar áreas especiais para terminais de passageiros e o segmento passou a ser objeto das políticas de turismo e outras correlatas.

Dependendo do local onde ocorre, o turismo náutico pode ser caracterizado como: turismo fluvial, turismo em represas, turismo lacustre e turismo marítimo (BRASIL, 2007). O turismo náutico pode ainda envolver atividades como cruzeiros de longo curso e de cabotagem além de passeios, excursões e viagens via quaisquer tipos de embarcações náuticas para fins turísticos.

3.2.2 Turismo Alternativo

O denominado turismo alternativo é uma expressão criada para categorizar modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de consumo do espaço, se contrapõem ao turismo de massa, mesmo que estas modalidades também requeiram:

[...] infra-estruturas de acesso, hospedagem e restauração, tal como no turismo de massa, mas há a diferença de que as primeiras requerem menor densidade tanto de infra-estruturas quanto de serviços, se comparadas à segunda (CRUZ, 2003. pág. 7).

Ainda nas considerações de Cruz (2003) pode-se inferir que essas modalidades de turismo não são alternativas ao turismo de massa no sentido de poderem substituí-lo. Isto se deve ao fato de que, se todas as pessoas que viajam

dentro do turismo de massa decidirem praticar alguma modalidade alternativa de turismo, haverá, necessariamente, a massificação dessas formas alternativas de turismo, pois maior quantidade de turistas requer mais infraestrutura (CRUZ, 2003).

Os segmentos considerados alternativos de turismo podem ser vários, tais como: turismo rural, turismo com base local, ecoturismo, turismo de aventura, turismo cultural, turismo de natureza, somando uma lista com o total de sessenta categorias de turismo alternativo segundo Pires (2002, pág. 93) em pesquisa realizada no período de 1995 a 1998 em documentos acadêmicos, periódicos e de publicidade. Com base na bibliografia consultada, dividiu-se o segmento do turismo alternativo em três principais eixos/segmentos: turismo de natureza, turismo cultural e turismo rural (Figura 2), alocando os demais segmentos como subsidiários de um destes três eixos².

O primeiro eixo, o turismo de natureza, também entendido como turismo na natureza, emana da atividade turística que decorre da visitação pura e simples do espaço considerado natural. O turismo de natureza representa um grande potencial já utilizado em diversos locais e leva cada vez mais indivíduos a descobrirem, no contato com ambientes naturais, o modo diferente de fazer turismo, aproveitando as belezas e os caminhos encontrados no interior dos municípios (MACHADO, 2005).

O turismo de natureza representa, na realidade, uma idéia incompleta da utilização do espaço natural para a atividade turística, devendo ser repensado a fim de garantir qualidade para o produto e segurança para o destino, evitando desgastes desnecessários e investimentos inadequados, passíveis de gerar insatisfação e descrédito. (MACHADO, 2005, pág. 29)

O turismo de natureza, portanto, entende-se como um segmento da atividade turística que abrange todas as modalidades que ocorrem em ambientes naturais, independente da motivação e do comportamento desses turistas. Esta pesquisa restringe-se aos subsidiários do turismo de natureza que são o ecoturismo e do turismo de aventura, os quais têm a motivação de sua prática e comportamento dos participantes delimitáveis.

Apesar de a origem do termo ecoturismo ser controversa e não muito clara, segundo o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (2004) especula-se que o termo foi utilizado pela primeira vez em 1965. Neste período o ecoturismo foi identificado

² Tomando como base para tal segmentação o documento: "Turismo Marcos Conceituais" lançado no ano de 2007 pelo Ministério do Turismo do Brasil.

por quatro princípios: respeitar as culturas locais, minimizar impactos ambientais, maximizar a satisfação do visitante e maximizar os benefícios para as comunidades (FUNBIO, 2004). Desde então são vários os conceitos de ecoturismo que podem ser encontrados em uma ampla bibliografia sobre o tema, mas todos resumidamente referem-se ao ecoturismo como uma prática realizada junto à natureza aliada a sua preservação e ao respeito da cultura e dos costumes das populações locais. Para tanto, norteou-se esta pesquisa com base na definição oficial do Ministério do Turismo publicado no documento “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” publicado no ano de 1994 que define o ecoturismo como:

[...] um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994).

No Brasil, o ecoturismo é discutido, no âmbito governamental, desde 1985, quando a EMBRATUR iniciou o projeto Turismo Ecológico. A primeira iniciativa de ordenar a atividade ocorreu em 1987 com a criação da Comissão Técnica Nacional, constituída por técnicos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e da EMBRATUR, para monitorar o projeto, em resposta às práticas existentes à época que eram caracterizadas por serem pouco organizadas.

É notável o destaque que este segmento vem adquirindo no cenário do turismo nacional representando 5% do contingente total das viagens de lazer no Brasil, com perspectivas de um crescimento acima da média do mercado turístico convencional que é cerca de 20% ao ano (EMBRATUR, 2011). Segundo a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (2011) no ano de 2008 o ecoturismo apresentou o lucro nacional de R\$ 490 milhões.

O turismo de aventura também vem ganhando cada vez mais espaço no mercado turístico brasileiro, apresentando em 2008 um lucro de R\$ 180 milhões (ABETA, 2011). Este segmento da atividade turística que até meados da década de noventa era considerado como um produto do ecoturismo vem ganhando recentemente um público diferenciado e assumindo dinâmicas e regulamentações próprias.

Já o conceito de turismo de aventura fundamenta-se em aspectos que se referem à atividade turística e ao território em relação à motivação do turista, pressupondo o respeito nas relações institucionais, de mercado, entre os praticantes e com o ambiente (BRASIL, 2008). Nesse contexto, o Ministério do Turismo Brasileiro define que turismo de aventura como:

[...] segmento do mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esporte recreacional ao ar livre, envolvendo emoções e riscos controlados e exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural. Compreende os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. (BRASIL, 2008).

As atividades de turismo de aventura variam sob diferentes aspectos, seja em função dos territórios em que são operadas, dos equipamentos utilizados ou das habilidades e técnicas exigidas, em relação aos riscos que podem envolver. O Ministério do Turismo Brasileiro no documento “Turismo de Aventura: Orientações Básicas” (2008) elenca as seguintes práticas como atividades do turismo de aventura: cicloturismo; cavalgada; *rafting*; espeleoturismo; canionismo e cachoeirismo; rapel e tirolesa; arvorismo; *aqua ride*; *windsurf*; turismo fora de estrada; escalada; canoagem; *bugue*; asa delta; parapente; observação da vida selvagem; montanhismo; flutuação; mergulho; *kitesurf*; *bungue jump*; *hiking* (caminhada de um dia); *trekking* (caminhada de mais de um dia); balonismo; pára-quedismo.

Pode-se notar que muitas das práticas do turismo de aventura são comuns também ao ecoturismo. Algumas devido à motivação do participante, como o *trekking*, o *hiking*, o balonismo, a flutuação, observação da vida selvagem e o mergulho, quando realizados em meio à natureza e com o objetivo de contemplação da paisagem e de forma a preservá-la. Outras por necessidade, como o *rafting*, o canionismo, o cachoeirismo, o rapel, a escalada, a canoagem, o montanhismo, o cicloturismo e a cavalgada, utilizados muitas vezes como únicas técnicas e meios de transportes que permitem o acesso à paisagem a ser contemplada.

Contudo, nota-se também que algumas das práticas do turismo de aventura são peculiares unicamente a este segmento da atividade turística, contrariando muitas vezes os princípios do ecoturismo como é o caso das atividades fora de estrada e de *bugue*. Estas atividades são reconhecidas, na maioria dos casos, por

destruir estradas sem pavimentação (como é o caso das atividades de 4x4) e trilhas (caso característico das atividades de MotoCross) e no caso dos *bugues* a destruição de dunas e sistemas costeiros.

Outras atividades típicas ao turismo de aventura são aquelas realizadas em locais fechados como as escaladas em paredes artificiais e mergulhos em piscinas que por tanto não oferecem nenhum contato com a natureza, o que é outra premissa básica do ecoturismo. Contudo, se existem atividades exclusivas ao turismo de aventura, o mesmo ocorre com o ecoturismo como é o caso de caminhadas de curta duração em trilhas sem obstáculos que aumentem seu grau de dificuldade ou de trilhas pavimentadas.

Portanto, entende-se o ecoturismo e o turismo de aventura como segmentos da atividade turística e subsidiários do turismo na natureza com muitas práticas comuns que ocorrem em meio à natureza. Deste modo, estes segmentos devem promover – ao menos na teoria – o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural, incentivando a conservação de ambos e promovendo o bem-estar das comunidades locais.

O turismo rural, compreendido como segundo eixo/segmento do turismo alternativo é um segmento relativamente novo no Brasil. Na bibliografia consultada referente à segmentação do turismo, observou-se que, dependendo da metodologia utilizada por determinado autor, é comum se deparar com contradições e “sombreamentos” no que tange a delimitação entre “turismo rural” e o “turismo no espaço rural” abordados, por diversas vezes, como sinônimos.

O documento “Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil”, divulgado no ano de 2004 pelo Ministério do Turismo no Brasil que faz parte do Plano Nacional do Turismo 2003-2007 define turismo rural como:

O conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade (BRASIL, 2004, p. 11).

No mesmo documento, o Ministério adota a concepção de meio rural baseando-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade, considerando o território como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo (BRASIL, 2004). O MTUR

compreende cidades e campos caracterizados por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos (BRASIL, 2004). Estes critérios multidimensionais, segundo o MTUR, se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (BRASIL, 2004).

O turismo rural pode também, em diversas ocasiões, ser confundido com outros segmentos do turismo. Este fato pode ser evidenciado no documento “Segmentação do Turismo e o Mercado” (2007), de autoria do Ministério do Turismo do Brasil (MTUR), no qual, ao abordar o panorama atual do turismo rural no país, a entidade esclarece que:

Na maioria dos casos, ocorre de forma empírica e confunde-se em múltiplas concepções, manifestações e definições, sendo denominado, também, de agroturismo, ecoturismo, turismo de interior, turismo no espaço rural, alternativo, endógeno, verde, campestre, agroecoturismo, ecoagroturismo. Essa profusão de entendimentos deve-se, em grande parte, à ausência de ações capazes de ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural como um segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de identificar cada lugar, tenda à descaracterização (BRASIL, 2007, p. 8).

Deste modo, entende-se o turismo rural como aquele ligado ao cotidiano agropecuário (PORTO; LETURCQ, 2013). De forma a valorizar os modos de vida tradicionais e envolvendo na maioria dos casos um contato direto do consumidor com o produtor que consegue vender, além dos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento para o turista.

Enquanto o turismo no espaço rural é mais abrangente que o turismo rural, por envolver atividades de outros segmentos do turismo, a exemplo do: turismo de aventura, turismo de pesca, turismo arqueológico, ecoturismo, entre outros. Estes segmentos referem-se a atividades não agrícolas, mesmo que por inúmeras vezes, os locais que propiciam estas atividades encontram-se dentro de propriedades rurais. Podendo assim, definir o turismo rural como atividade bem mais restrita na sua oferta de serviços e no espaço que ocupa, enquanto o turismo no espaço rural é mais abrangente e engloba diversos segmentos do turismo, entre eles, o turismo rural (PORTO; LETURCQ, 2013).

No Brasil, embora a visitação a propriedades rurais seja uma prática antiga e comum, é apenas a pouco mais de vinte anos que ela passou a ser considerada uma atividade econômica (MTUR, 2007). Esse deslocamento para áreas rurais

começou a ser encarado com profissionalismo na década de 1980, quando algumas propriedades em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, devido às dificuldades do setor agropecuário, resolveram diversificar suas atividades e passam a receber turistas (MTUR, 2007).

A experiência mais antiga de turismo no espaço rural destes Estados é a do município de Lages, em Santa Catarina, quando, no início dos anos 80 do século XX, os produtores da região passaram a aproveitar a estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro, predominantes nas propriedades do município (EMBRATUR, 1994). Estas propriedades de significativa importância histórica são associadas às tropas que percorriam as regiões sudeste e sul do País (EMBRATUR, 1994). No período de 1992 a 1996 o turismo em Santa Catarina apresentou um crescimento de 450% e o município de Lages é hoje considerado a *Capital Nacional do Turismo Rural* (EMBRATUR, 1994).

Deste período em diante o turismo no espaço rural se espraia pelo território nacional e passa a ganhar cada vez mais importância na economia das propriedades onde ocorre (PORTO; LETURCQ, 2013). Em relação às atividades não agrícolas inseridas no meio rural por meio do turismo, pode-se mencionar o comportamento de setores como os restaurantes, que em 1981 ocupavam 6.000 pessoas com domicílio rural e em 1997 passaram para 9.100 (SCHNEIDER e FIALHO, 2000). Também podem ser mencionados os setores do comércio de alimentos, que entre 1992 e 1997 aumentou em 3.200 o número de ocupados, e do emprego doméstico, que entre os anos 1981 a 1997 aumentou em 10.300 postos de trabalho (SCHNEIDER e FIALHO, 2000). Atualmente, no Estado de Santa Catarina, o turismo ocorrido no espaço rural é responsável pelo complemento de aproximadamente 40 % da renda de pequenos empreendedores que conciliam a atividade agrícola e turística (PELLIN, 2005).

Outra potencialidade inerente do turismo no espaço rural é a criação de mercado de consumo local para os produtos de origem agrícola, oferecendo uma alternativa para complementar a renda das famílias rurais. Esse mercado pode ser explorado através de produtos característicos da região e que tenham qualidades diferenciadas em relação aos encontrados no comércio varejista tradicional. Um exemplo, já bem sucedido em várias iniciativas deste tipo, é a venda de produtos sem agrotóxicos que enfatizam as qualidades protéticas do consumo de alimentos naturais. Além disso, este tipo de produção, por requer maiores tratamentos culturais e ocupar mais tempo de trabalho do agricultor, em geral, acaba se constituindo em um “nicho” cuja viabilidade se dá, em larga medida, embora não exclusivamente, em função dos preços mais altos pagos por consumidores de maior poder

aquisitivo. Em um contexto onde se desenvolvem ações relacionadas ao turismo rural pode ocorrer uma aproximação quase direta entre o consumidor desses alimentos e o agricultor, o que favorece a ambos em termos dos preços praticados, que podem alcançar patamares mais razoáveis porque eliminam a fase de circulação das mercadorias (SCHNEIDER e FIALHO, 2000, p. 21).

É também no espaço rural que ocorre, em grande parte, as atividades características do turismo cultural. Este segmento, determinado neste trabalho como terceiro eixo/segmento do turismo alternativo tem sua origem relacionada no *grand tour* europeu, quando os aristocratas e mais tarde a burguesia, viajavam principalmente para contemplar monumentos, ruínas e obras de arte dos antigos gregos e romanos (BRASIL, 2008).

Desses primórdios tempos até a atualidade, a cultura continuou a ser uma das principais razões para a viagem; com o tempo, modificou-se, porém, a forma como os inúmeros turistas visitam atrativos turísticos culturais. A própria noção de cultura anteriormente ligada à idéia de civilização ampliou-se e passou a incluir todas as formas de ser e fazer humanos. Dessa forma, entende-se que todos os povos são detentores de cultura. Esta é definida como “a totalidade ou o conjunto da produção, de todo o fazer humano de uma sociedade, suas formas de expressão e modos de vida” (BRASIL, 2008, p. 15 apud BRASIL, 2006).

No documento “Turismo cultural: orientações básicas” o Ministério do Turismo destaca que a relação cultura e turismo fundamenta-se em dois pilares: “o primeiro é a existência de pessoas motivadas em conhecer culturas diversas e o segundo é a possibilidade do turismo servir como instrumento de valorização da identidade cultural, da preservação e conservação do patrimônio e da promoção econômica de bens culturais” (BRASIL, 2008, p. 16). Segundo a classificação do Ministério do Turismo (BRASIL, 2008, p. 17), os principais atrativos deste segmento são:

Sítios históricos – centros históricos, quilombos; edificações especiais – arquitetura, ruínas; obras-de-arte; espaços e instituições culturais – museus, casas de cultura; festas, festivais e celebrações locais; gastronomia típica; artesanato e produtos típicos; música, dança, teatro, cinema; feiras e mercados tradicionais; saberes e fazeres – causos, trabalhos manuais; realizações artísticas – exposições, ateliês; eventos programados – feiras e outras realizações artísticas, culturais, gastronômicas; outros que se enquadrem na temática cultural.

Em virtude do grande número de serviços e atrativos que o turismo cultural pode ofertar, é notável atualmente, uma tendência de segmentação do turismo cultural, visando principalmente atingir um público específico e uma melhor forma de

organizar este segmento para fins de planejamento e gestão. Deste modo, com base na bibliografia consultada estabeleceu-se como segmentos do turismo cultural o étnoturismo, o enoturismo, o turismo gastronômico e o turismo arqueológico.

O étnoturismo, também conhecido como turismo étnico, constitui-se de atividades turísticas envolvendo a vivência de experiências e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos (BRASIL, 2008). Bahl (2009, p. 131) enfatiza que “são muitos os estudiosos que utilizam a temática da influência do turismo e das interações étnicas em suas abordagens”. No documento “Turismo cultural: orientações básicas” o Ministério do Turismo, ao delimitar este segmento com base na motivação do turista, destaca que:

O turista busca, no caso, estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados. Esse tipo de turismo envolve as comunidades representativas dos processos migratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres (BRASIL, 2008, p. 20).

Conforme evidenciado o turismo étnico está associado ao turismo cultural e a base dos deslocamentos turísticos está vinculada aos atrativos que contenham tais singularidades e por isto, é entendido nesta pesquisa, como um segmento do turismo cultural. O étnoturismo também é associado e até mesmo confundido algumas vezes a outros segmentos do turismo cultural como o enoturismo e o turismo gastronômico. Exemplo desta associação pode ser encontrado em Bordini e Ruschmann (2009, p. 243) ao delimitarem este segmento enfatizando que: “O enoturismo, ou turismo para ‘conhecedores de vinhos’, tem seu foco nos aspectos ambientais, culturais e na gastronomia regional, estendendo-se também aos produtos artesanais em áreas rurais”. Tal confusão e associação entre estes segmentos podem ser associadas ao fato de a gastronomia e a produção de vinhos, em muitos casos, serem entendidos como uma manifestação étnica ou cultural de determinada população.

Portanto, em se tratando do enoturismo é adotada neste trabalho a mesma definição apresentada por Bordini e Ruschmann (2009, p. 243 apud HALL, et al. 2000, p. 3): “a visitação em vinhedos, vinícolas, festivais de vinho, mostras de vinhos

em que a degustação de uvas nas vinícolas e/ou as experiências em uma região de uvas sejam o fator principal da motivação da viagem”. Já o turismo gastronômico adotou-se como referencial as palavras de Gândora (2009, p. 181) a qual define este segmento como:

[...] uma vertente do turismo cultural no qual o deslocamento de visitantes se dá por motivos vinculados às práticas gastronômicas de uma determinada localidade. O turismo gastronômico pode ser operacionalizado a partir de atrativos como culinária regional, eventos gastronômicos e oferta de estabelecimentos de alimentos e bebidas diferenciados, bem como roteiros, rotas e circuitos gastronômicos.

O último segmento do turismo cultural a ser abordado nesta discussão é o turismo arqueológico. Também conhecido como arqueoturismo, este segmento tem sua delimitação recente (em meados da década de 1990) e, por tanto, se caracteriza como um campo de estudo ainda carente de pesquisas no país (WIDMER, 2009). O conceito de turismo arqueológico adotado nesta pesquisa é o mesmo adotado por Widmer (2009, p. 69 apud VELOSO; CAVALCANTI, 2007, p. 156) o qual compreende este segmento como:

[...] uma derivação do turismo cultural, ou seja, como uma subdivisão daquele segmento, de maior amplitude, o turismo arqueológico ou arqueoturismo apresenta como elemento indispensável a sua existência e motivador de sua prática o patrimônio arqueológico, que pode ser definido como o conjunto de locais de habitação, bem como as evidências de atividades culturais de grupos pretéritos ou, em última análise, como “parte integrante do patrimônio cultural de uma nação”.

Como pôde ser observado, o turismo cultural e seus segmentos possuem características singulares e vem conquistando seu espaço no Brasil. Com a revisão bibliográfica realizada acerca dos segmentos do turismo de massa e do turismo alternativo, pôde-se vislumbrar, mesmo que parcialmente, a grande segmentação da atividade turística. Na bibliografia consultada, sobretudo, naquela proferida pelos órgãos oficiais (OMT e MTUR), pôde-se constatar que a base para realização de tal segmentação são os atrativos e serviços ofertados o que resulta em uma polarização do turismo em alternativo/massa.

3.3 As ilhas e o turismo insular

As ilhas vêm permeando a imaginação humana desde a Grécia antiga, que nelas “situaram o paraíso perdido, desde então consideradas como lugares de transgressão moral, onde moravam povos excluídos do ecúmeno conhecido” (DIEGUES, 1999, p. 27). A história mais antiga e talvez a mais conhecida seja a lendária Atlântida. A primeira menção conhecida a esta ilha remonta a Platão (428/327 a.C.) que a descreveu como uma potência naval localizada além das Colunas de Hércules (Estreito de Gibraltar) e seu império teria conquistado muitas partes da Europa Ocidental e África a aproximadamente 9.600 a.C.. Platão relata também que Atlântida teria sucumbido após uma noite de terremotos e erupções vulcânicas.

Já na Idade Média, desde o séc. IX, “as ilhas eram símbolos portadores de múltiplos significados, sendo tidas seja como morada de anjos decaídos, seja como paraísos terrais, lugares sagrados e morada dos mortos, como sucedia com as ilhas brancas celtas” (DIEGUES, 1999, p. 27). Rompido os limites das Colunas de Hércules, as ilhas passaram a fazer parte do maravilhoso e exótico associado ao mar tenebroso o Oceano Atlântico (DIEGUES, 1999).

Nelas, os navegadores viam monstros e sereias, mas também os selvagens que viviam sem pecado, num paraíso sem história. Por largos anos, após as Descobertas, as ilhas misteriosas, como as de São Brandão, continuaram a povoar a imaginação dos navegadores que se empenharam em encontrá-las (DIEGUES, 1999, p. 27).

As ilhas podem ser vistas como um mundo em miniatura e desempenham um papel importante na História, sobretudo no período das Grandes Navegações. Muitas dessas ilhas eram imaginárias e, de acordo com lendas medievais, somente eram alcançadas depois de viagens marítimas perigosas, cujo objetivo era encontrar o paraíso terrestre (DIEGUES, 1998). No período posterior ao século XVI tornaram-se frequentes a descrição de sociedades utópicas criadas em ilhas.

A mais conhecida é a Utopia, descrita por Thomas More, publicada em 1515. Essa ilha estaria situada a 15 milhas da América do Sul e sua sociedade organizada e planejada teria sido idealizada pelo rei Utopo, que teria também separado o espaço insular do continente. A sociedade estaria baseada no trabalho agrícola e artesanal e a produção era planejada

cuidadosamente, gerando bem-estar que nenhuma sociedade teria alcançado até então. A produtividade do trabalho era alta, e cada cidadão não precisava trabalhar mais que seis horas. Ao contrário das sociedades mercantis do século XVI, ali o ouro não tinha valor algum. Utopia era uma república na qual os responsáveis políticos eram eleitos pelo voto direto, não existindo propriedade privada. Apesar de ser uma sociedade igualitária, havia escravos, constituídos, principalmente, pelos delinquentes. Havia liberdade e tolerância religiosa. Uma grande parte das atividades eram comunais, como as refeições, a educação das crianças etc. Na ilha Utopia havia grande avanço das ciências, capaz de transformar um solo estéril em extremamente fértil (DIEGUES, 2008, p. 180).

O Brasil era de início considerado uma grande ilha, lugar de passagem para as Índias e descrito como lugar paradisíaco. Para Diegues (1997; 1998) e Bueno (1998) o próprio nome do país pode estar associado a uma ilha de lendas celtas.

A ilha do Brasil, ou ilha de São Brandão, ou ainda Brasil de São Brandão, era uma das inúmeras ilhas que povoavam a imaginação da e a cartografia europeias da Idade Média, desde o alvorecer do século IX. Também chamada de “Hy Brazil”, essa ilha mitológica, “ressonante de sinos do velho mar”, se “afastava” no horizonte sempre que os marujos se aproximavam dela. Era, portanto, uma ilha “movediça”, o que explicava o fato de sua localização variar tanto de mapa para mapa. Segundo a lenda, Hy Brazil teria sido descoberta e colonizada por São Brandão, um monge irlandês que partiu da Irlanda para o alto-mar no ano de 565. Como São Brandão nascera em 460, ele teria 105 anos quando iniciou sua viagem. O nome “Brazil” provém do celta bress, que deu origem ao verbo inglês to bless (abençoar). Hy Brazil, portanto, significa “Terra Abençoada”. Desde de 1351 até pelo menos 1721 o nome Hy Brazil podia ser visto em mapas e globos europeus, sempre indicando uma ilha localizada no oceano Atlântico. Até 1624, expedições ainda eram enviadas à sua procura (BUENO, 1998, p. 13).

Foi também no período das Grandes Navegações que as ilhas brasileiras – em sua maior parte ocupadas somente em períodos sazonais pelos povos indígenas do país – passaram a sofrer as primeiras ações de uma ocupação efetiva por parte dos europeus. Entre as primeiras a despertar a atenção dos conquistadores, principalmente por sua localização, foi à ilha oceânica de Fernando de Noronha que:

A partir de 1520, a ilha passou a figurar em todas as cartas náuticas com seu nome, e mesmo sem um porto, tornou-se uma parada estratégica nas rotas de navegação, para descanso e suprimento de água e madeira (SOUZA, 2007, p. 44).

Souza (2007) relata que os holandeses permaneceram em Fernando de Noronha entre os anos de 1630 a 1654, e passaram a chamá-la de Pavônia, ali deixando uma fortificação. A ocupação holandesa acaba somente em outubro de

1737 quando expulsos pelos portugueses e Noronha é então ocupada por Pernambuco e se inicia um período de colonização e desenvolvimento, com a construção de uma vila, a instalação de uma colônia correcional e de um destacamento militar. A ilha ficou conhecida como “sítio do degredo”, com chegada regular de prisioneiros vindos do continente (SOUZA, 2007).

As ilhas costeiras brasileiras tiveram papel significativo na ocupação do território nacional. Esta afirmativa pode ser reforçada pelo fato das três cidades mais antigas do Brasil se localizar em ilhas: Cananéia/SP fundada no dia 12 de agosto de 1531; São Vicente/SP em 22 de janeiro de 1532 e Vitória/ES que teve sua fundação no dia 23 de maio de 1535.

A partir de meados do século XVII a visão europeia do ambiente litorâneo e costeiro passa a mudar. “A imagem da praia e do mar começou a se alterar, com o surgimento dos contos idílicos dos profetas da teologia natural e a moda de viagens clássicas às praias quentes do litoral da Itália” (DIEGUES, 2008, p. 180). As praias passam a ser consideradas como novos lugares de tratamento para a saúde, passando a representar um local de cura tanto para o corpo quanto para a alma (DIEGUES, 2008).

Viajantes isolados passam a ser estudiosos amadores: estudam os dialetos, os costumes, a flora, a fauna e a morfologia do litoral. Com o Romantismo, a praia passa a ser também um local de contemplação e encontros sociais. No decorrer do século XIX cresce o interesse dos pintores, escritores e público pelo litoral; aparece o turista, massificando as práticas de viagens. As praias deixam de ser um espaço de trabalhadores, passando a ser frequentada também pelas classes dominantes.

Inicialmente, esse desejo de viajar para as praias tinha uma finalidade medicinal: os médicos recomendavam as praias para curar os corpos e as mentes, pois até então o banho de mar era considerado algo vulgar, impróprio para pessoas educadas. As classes dominantes achavam que não eram beneficiadas pelo vigor que o trabalho proporcionava aos trabalhadores, e iam para o mar conseguir energia, desde que o mar possuísse três características consideradas terapêuticas: frieza, salinidade e turbulência. Para o burguês ou nobre a natação era um esporte violento, representando um combate com o mar contra a submersão. Os banhos masculinos e femininos eram separados, usando-se carruagens de banho e um vestuário complicado, banhos totalmente diferentes dos banhos populares, que possuíam um caráter lúdico.

Surge então a moda de banho nas águas quentes, e começa-se a falar das caminhadas nas praias como uma experiência sensual, com o indivíduo às brisas, odores e murmúrios. Criam-se várias estações balneárias luxuosas no litoral, algumas cujos projetos hedonistas superam o projeto terapêutico (CALVENTE, 1993, p. 110).

Nesse período, “não somente as praias dos continentes, mas também as ilhas são procuradas para a cura e para a reverência do mundo natural” (DIEGUES, 2008, p. 180). As ilhas europeias, pelo seu isolamento e pela sua beleza, começaram a ser buscadas pelos primeiros turistas e pelos viajantes desejosos de contato com o exótico e o natural “as ilhas começaram também a serem procuradas em busca do repouso” (DIEGUES, 1999, p. 27). “Essa visão intimista foi reforçada pelos escritores românticos do séc. XX que nelas viam a imagem da alma humana cercada pelas tempestades oceânicas”. (DIEGUES, 1999, p. 27).

Diegues (2008) atribui o surgimento dessa cultura de valorização do litoral e das praias – e, conseqüentemente, das ilhas – ao “progresso da ciência, sobretudo da oceanografia, serviu para exorcizar crenças antigas e a visão negativa do mar e da praia até então existentes na Europa” (DIEGUES, 2008, p. 180). Para Diegues (1999, p. 3; 1998, p. 63) “A preocupação inicial com as ilhas proveio, inicialmente, das ciências naturais ou da Geografia Física, através da biogeografia”. Guerra (1993) define a Nesografia como “antiga denominação dada à parte da geografia estereográfica que se ocupava do estudo das ilhas. Hoje está completamente abandonada tal denominação” (p. 302).

Como destacaram Diegues (1998; 1999) e Guerra (1993) durante um longo período – principalmente a partir do século XIX – coube, em grande parte, unicamente a Geografia o estudo das ilhas. Estes estudos tinham como principais objetivos determinar a localização das ilhas (cartografia), além é claro, de descrever a paisagem (mineralogia, geologia e botânica) e os hábitos e particularidades das populações residentes. Contudo, tais estudos raramente conseguiram analisar todas estas características de forma integrada e, principalmente, de maneira singular, de maneira a atribuir às ilhas e as suas populações a especificidade de um território marcado pela vivência em um espaço com limites claramente definidos por um corpo hídrico (mar, lago, lagoa, laguna e rio) como pode ser esclarecido nas palavras de Diegues:

Uma das questões básicas na análise das sociedades insulares refere-se à especificidade das sociedades insulares em relação a outras formações sociais continentais; isto é, em que as sociedades de ilhéus é distinta das outras que se localizam no continente. Em última análise esses temas centrais gravitam em torno da identidade dos ilhéus e das formas pelas quais estes representam o espaço e a vida insular. Nesse sentido, é fundamental se pesquisar as práticas sociais e simbólicas decorrentes da presença impositiva do oceano (maritimidade), as ações de espaço,

território e tempo insular e as representações simbólicas do estar e viver numa ilha (1999, p. 7).

Ainda sobre o estudo de ilhas por parte das diferentes ciências, Calvente (1993) atribui um papel importante a Geografia e ao geógrafo o qual: “Como pesquisador, é importante conhecer a perspectiva que a população tem sobre a realidade. De qualquer forma, entender o espaço também como território de uma população humana é uma das contribuições que se pode dar” (p. 14). A esta forma de análise das ilhas como um território culturalmente construído e em constante transformação Diegues acrescenta que:

A ilha, além de representações simbólicas que dela fazem os continentais, é também uma porção do território, onde os ilhéus exercem práticas sociais e simbólicas e, portanto, é sempre um território particular, construído. Dentro dessa perspectiva, a ilha não é somente um espaço sagrado, ligado nas várias mitologias ao início dos tempos (de que se ocupa a análise junguiana), mas é também um espaço historicamente produzido e continuamente sacralizado por diferentes práticas simbólicas. É também um território produzido socialmente, dentro e fora da ilha, segundo ciclos e práticas econômicas que se alteram continuamente, ainda que, frequentemente, a um ritmo menos rápido que no continente (1999, p. 8).

“Assim como a cultura, o território carrega uma grande carga de subjetividade: é como as pessoas veem o espaço ao qual pertencem, no qual têm a familiaridade do cotidiano e de densas relações sociais formadas por parentesco e vizinhança” (CALVENTE, 1993, p. 88). O meio insular, como um território definido, reforça a noção de lugar (DIEGUES, 1999, p. 12).

Diegues (1998) destaca que: “dada à fragilidade do espaço insular, toda a colonização humana pode ter impactos negativos sobre o ecossistema insular bem maior nas ilhas que no continente” (p. 64) o que enfatiza a especificidade das sociedades e dos espaços insulares. Para o autor, existe no âmbito internacional um interesse crescente pelo estudo dos universos insulares.

Esse interesse crescente não é motivado somente pela importância atribuída por Darwin às ilhas no estudo da evolução das espécies e posteriormente pela contribuição da biogeografia, mas também pelo fato de muitas ilhas, tanto no Caribe quanto na Polinésia, se terem transformado em pequenos países, com representação política na ONU. Parte desse interesse provém também da maior facilidade em, hoje, se visitar as ilhas oceânicas, tidas como paradisíacas, dado o encurtamento da distância conseguida pelo desenvolvimento do transporte aéreo (DIEGUES, 1998, p. 14).

Ribaric (1997) destaca que na sociedade contemporânea, estas imagens das ilhas de paraísos terrestres se ampliam ao absurdo, passando a ser associadas a imagens de eterna juventude, de mentes sadias em belos corpos queimados de sol. “As ilhas tornaram-se lugares paradisíacos, espaços para prazeres exclusivos e sofisticadas fantasias. Imagens mercantilizadas que são insistentemente veiculadas como objetos de consumo ao dispor dos gostos de classe” (RIBARIC, 1997, p. 208).

Para Diegues (1998; 1999) esta atual visão paradisíaca dos espaços insulares é reforçada pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo e do único. Ela se torna cada vez mais o domínio do que se é sonhado, idealizado, como espaço de liberdade, de prazer, da aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial (DIEGUES, 1998). As ilhas passaram a ser vistas como últimos redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas Descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros do exotismo (DIEGUES, 1998). Em muitos anúncios publicitários, existem ainda, uma correlação forte entre nudez e insularidade, e nas ilhas desertas rompem-se as proibições sociais, os tabus são rejeitados, os sofrimentos são esquecidos e as curiosidades satisfeitas (DIEGUES, 1998). Turistas, fotógrafos, jornalistas artistas e escritores, cada vez mais numerosos, respondem aos apelos da magia insular, viajando para pequenos pedaços de terra no oceano, à procura de fragmentos de um paraíso que se teria mantido intacto ante os avanços da História e da sociedade moderna (DIEGUES, 1998; 1999). “Desse modo, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido” (DIEGUES, 1998, p. 111; 1999, p. 10).

Contudo, se de um lado existem as imagens, símbolos e representações que a sociedade ou sociedades abrangentes fazem do mar e da ilha e que variam segundo as épocas históricas. De outro lado, as sociedades marítimas e insulares também representam simbolicamente o território em que vivem, usando, segundo as épocas históricas, imagens e símbolos cujos significados podem ser diferentes dos usados pelas sociedades não insulares ou continentais (DIEGUES, 1998).

Nesse sentido, as viagens de turismo às ilhas tropicais, em aviões ou cruzeiros de luxo, ameaçam transformar esses espaços privilegiados em um não-lugar. A história e o exotismo insular apregoados pelas agências de turismo são transmitidos a esses passageiros pelos catálogos e guias turísticos. O conhecimento do objeto de consumo, a ilha, por meio de uma

leitura rápida constitui o contato mais importante, senão o único com as sociedades insulares. Muitas vezes, o conhecimento das ilhas faz-se dentro mesmo dos navios luxuosos, pelos binóculos ou informações turísticas, sem a necessidade de desembarcar os passageiros. Quando estes desembarcam, é para ficarem alojados em hotéis internacionais luxuosos, verdadeiras ilhas dentro das ilhas, de onde partem os turistas para visitar lojas de artesanato ou “aldeias típicas”, onde os costumes e danças são apresentados fora de seu contexto cultural (DIEGUES, 1998, p. 98).

Assistimos hoje à banalização das ilhas, pela relativa facilidade de acesso por barcos e sobretudo aviões, à perda de insularidade e de ilheidade, consumidas pela publicidade das agências de viagens e de turismo (DIEGUES, 1997; 1999). Os conceitos de insularidade e ilheidade utilizados nesta pesquisa são baseados em Diegues (1997) o qual, parte da noção de práticas sociais e simbólicas dos ilhéus onde “o estudo da relação entre as sociedades insulares e seu território se processa através de práticas econômicas, sociais e simbólicas e não através do simples isolamento geográfico ou dos endemismos” (DIEGUES, 1997, p. 28).

Para o autor, em muitos casos, mesmo depois da quebra da insularidade geográfica pelo desenvolvimento dos meios de comunicação (ligação ao continente por ponte, estabelecimento de transporte aquaviário, ou aéreo) subsiste um núcleo forte da identidade insular que frequentemente tem raízes profundas na tradição (DIEGUES, 2008). Alguns estudos “têm mostrado como a identidade insular não é um fenômeno a-histórico, mas construído muitas vezes em oposição ao não-insular, que, como turista, invade a ilha nos períodos de veraneio” (DIEGUES, 2008, p. 244).

“As ilhas são ao mesmo tempo a caracterização do local e a articulação de formas planetárias, apresentando diretamente a questão do local e de sua relação com o global no mundo contemporâneo [...]” (DIEGUES, 1998, p. 97). Uma das questões básicas na análise das sociedades insulares refere-se à sua especificidade em relação a outras formações sociais continentais e são temas centrais que gravitam em torno da identidade dos ilhéus e das formas pelas quais estes representam o espaço e a vida insular (DIEGUES, 1997; 1998). “A finitude do espaço diz respeito à territorialidade diferente das continentais, pois as ilhas contêm sociedades territorializadas onde os limites são claros” (DIEGUES, 1999, p. 13).

Na Europa, ainda com base em Diegues (1998) os estudos dos ambientes insulares têm-se aprofundado recentemente devido, em sua maioria, a este processo de afirmação de sua identidade cultural por parte dos ilhéus. Ainda com base no mesmo autor, essa afirmação ou reconstrução de sua identidade mediante

a valorização de seu estilo de vida e do seu território parece estar associada à reação dos moradores das ilhas contra a verdadeira invasão turística que tem levado a perda crescente do acesso a terra, comprada pelos veranistas.

Essa tomada de consciência de um modo de vida particular, diferente das populações continentais, está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico-cultural, oriundas de sua insularidade. A esses processos, marcados pela presença de mitos, os geógrafos e antropólogos franceses dão o nome de *ilheidade (îleité)*, distinta do conceito de insularidade que caracteriza os processos relacionados com a distância e o isolamento geográfico e social (DIEGUES, 1998, p. 14)

Nesse sentido, a construção da identidade insular passa pelo contato e pela oposição ao outro, aquele que não é nascido na ilha, neste caso o turista (DIEGUES, 1999). Enquanto para o turista a ilha é o espaço de lazer e aventura, “para o ilhéu, a ilha não é necessariamente esse espaço paradisíaco, à margem das vigentes, nem essa projeção fictícia de outro mundo, mas o lugar de ancoragem frágil e instável, o lugar de sua vida cotidiana”. (DIEGUES, 1998, p. 109). “As ilhas, ainda que parcialmente isoladas, não se desenvolvem em sistemas fechados, vivem ao contrário em ritmos alternados de abertura e fechamento, segundo as formas pelas quais estão ligas à sociedade continental ampla” (DIEGUES, 1999, p. 8). A entrada em contato com o resto do mundo faz nascer à consciência de se pertencer à ilha, aguçando estes sentimentos e desenvolve a identidade insular (DIEGUES, 1999; 2008). Desta forma, pode-se atribuir a introdução do turismo em espaços insulares uma relevante ambivalência, de um lado esta atividade é responsável por transformar rapidamente a paisagem das ilhas e a cultura dos ilhéus. De outro lado, o contato com o turista pode servir para aguçar a ilheidade dos moradores tradicionais das ilhas.

3.4 O turismo insular no Brasil

3.4.1 Os primeiros relatos

Na bibliografia consultada, verificou-se que atualmente não são raros os estudos sobre as dinâmicas físicas em ambientes insulares do país. No entanto, existem “poucos trabalhos sobre alguns aspectos socioculturais de moradores de ilhas no Brasil, na maioria dos casos essas populações não são estudadas como habitantes de um espaço geográfico-cultural específico: o insular” (DIEGUES, 1998, p. 15; 1999, p. 2). Verificou-se também que a maior parte destes estudos refere-se a poucas ilhas litorâneas, como pode ser analisado nas palavras de Diegues:

As chamadas grandes ilhas costeiras, mais próximas ao continente, como a Ilha de São Luís (MA), a de Santa Catarina (SC), ilha Bela (SP) foram mais estudadas que as pequenas ilhas oceânicas, poucas das quais são habitadas, como a ilha Vitória e Búzios, no Litoral Paulista (1999, p. 1).

Referente ao estudo dos impactos do turismo nas ilhas do país constatou-se que, com raras exceções, esta temática é abordada de forma secundária e limitada a algumas ilhas litorâneas e oceânicas situadas no litoral sudeste brasileiro. Constatase ainda que o estudo dos impactos da atividade turística em ambientes insulares do país ainda é praticamente inexistente nas ilhas situadas em regiões subtropicais e/ou em corpos hídricos continentais (rios, lagos, lagoas e lagoas).

É, possivelmente a esta carência de estudos nestas ilhas que se deve o fato de diferentes pesquisadores (CALVENTE. 1993; DIEGUES. 2008, 1999) registrarem os primeiros relatos de turismo insular no Brasil em ilhas litorâneas da Região Sudeste na década de cinquenta do século XX. No entanto, foi possível obter registros dos primeiros fenômenos do turismo insular no país na Ilha dos Marinheiros no município de Rio Grande/RS já no final do século XVIII e na segunda metade do século XIX na Ilha do Mosqueiro no município de Belém/PA.

Segundo Guerra (2010), a Ilha do Mosqueiro e as demais ilhas do município de Belém são ocupadas desde tempos imemoriais por populações indígenas e mais recentemente por populações tradicionais e:

[...] receberam durante muitos governos o tratamento de periferias que se prestavam ao isolamento de categorias consideradas perigosas, possíveis portadores de doenças infecciosas ou de comportamento marginal. Caratateua serviu de quarentena para migrantes, no início do século XX, Cetijuba abrigou, depois da década de 30 um reformatório para menores, uma colônia penal e famílias de japoneses discriminados no período pós 2ª Guerra Mundial. As ilhas cumpriram igualmente papel estratégico em momentos de conflitos armados como a Cabanagem e estiveram sob o domínio e controle das Forças Armadas da União (GUERRA, 2010, p. 157).

Para Marques (2010) ainda no ano de 1885 o Pará passa a vivenciar um processo de desenvolvimento econômico com o boom da Borracha e Belém passa a adquirir contornos de um centro urbano. A autora destaca ainda que as obras destinadas a modernização e ampliação da área urbana da capital paraense contavam com o apoio de um número significativo de técnicos estrangeiros.

A capital passa a abrigar um relativo contingente de estrangeiros envolvidos com os grandes empreendimentos. O movimento de “descobrimto” de Mosqueiro como balneário e lugar de lazer se inicia nesta fase de urbanização experimentada por Belém. Os estrangeiros que ali se encontravam foram os primeiros a eleger a Ilha como local preferido para passar os fins de semana, hábito de seus países de origem, que, para tal, procuravam lugares pitorescos, exóticos e sadios nas proximidades de suas cidades (MARQUES, 2010, p. 177).

Ainda segundo as palavras de Marques (2010) a Ilha do Mosqueiro, reduto de pescadores no século XIX, passou no início do século XX a ser cada vez mais procurada nos fins de semana pelos estrangeiros que habitavam Belém. Aos técnicos estrangeiros se somaram também a elite belenense, comerciantes portugueses, libaneses e hebraicos, “elegendo a Ilha como seu lugar de lazer nos fins de semana, principalmente a praia do Chapéu-Virado” (MARQUES, 2010, p. 177).

Quanto às transformações estruturais decorrentes da “descoberta” da Ilha como lócus de lazer da população belenense, destacam-se: a instalação em 1904 de um ferro-carril que interliga a praia do Chapéu-Virado à Vila, construção de trapiches (portos) particulares nas residências praianas – Porto Arthur e Porto Franco, construção de dois hotéis e algumas olarias e a criação de uma linha regular de navios da Port of Pará. Foi construído um trapiche na Vila, inaugurado em 1908, destinado a atracação dos navios a vapor. Estes faziam viagens diárias entre Belém e a Ilha. Além disso, ergueu-se o mercado municipal, a delegacia de polícia, a sede da agência Distrital da Prefeitura, dos correios e algumas lojas para atender a população nativa e, principalmente, a flutuante oriunda de Belém. A construção do ferro-carril era uma necessidade dos veranistas, haja visto o difícil acesso entre a Vila e o Chapéu-Virado. Vale registrar que a praia do

Chapéu-Virado era nesta fase do Mosqueiro o principal balneário da elite belenense (MARQUES, 2010, p. 178).

Guerra (2010) destaca que a atividade balneária ocupou importante papel no processo de integração das ilhas de Mosqueiro, Caratateua e Cotijuba ao território municipal de Belém / PA. “As duas primeiras pela construção de pontes, e a terceira pela regularização do transporte fluvial passaram a fazer parte do espaço de lazer de amplas camadas do continente belenense” (GUERRA, 2010, p. 158).

Preferidas pelas terras altas e pelas costas voltadas para o golfo marajua, favorecendo a formação de imensas praias, estas ilhas de fácil e rápido acesso se constituíram em espaço cobiçado e rapidamente apropriado. São evidentes a movimentação fundiária, o fracionamento dos lotes, o processo acelerado e desordenado de construções civis, a instalação de pequenos comércios, pousadas, restaurantes e a instalação de serviços públicos de comunicação, educação, saúde e transporte. Praticamente reintegradas ao espaço territorial da capital do estado, as ilhas de Belém guardam características atrativas pelo bucolismo e estilo de vida rústico, mas confortável (GUERRA, 2010, p. 158).

O autor informa ainda que “embora reconhecido o volume e valor produtivo destas ilhas, elas continuaram funcionando como uma espécie de reservas de terras urbanas ou de fornecimento de produtos primários, sem que políticas públicas claras lhe fossem dedicadas” (GUERRA, 2010, p. 157). Apesar da proximidade do aglomeramento urbano, a literatura é inconsistente sobre o número e o nome dessas ilhas, imprecisão que permanece quando se trata da quantificação de seus habitantes e das atividades produtivas que ali são exercidas (GUERRA, 2010). Marques (2010) aponta que na década de 1960 com a ligação definitiva por via terrestre entre Belém e Mosqueiro é que a ilha passaria por novas transformações espaciais, marcando também, a decadência do transporte fluvial de passageiros neste percurso (MARQUES, 2010). “Esta mudança começa com a abertura da estrada Belém-Mosqueiro” (MARQUES, 2010, p. 179).

Como pode ser analisado no caso da Ilha do Mosqueiro no município de Belém/PA e será exposto no capítulo 4.2.2 sobre a Ilha dos Marinheiros em Rio Grande/RS, dois fatores foram culminantes para o processo de implantação e abertura destes espaços insulares para o turismo. O primeiro e mais importante é uma nova cultura – estabelecida por uma elite local formada principalmente por estrangeiros – de valorização do lazer em áreas com a possibilidade para banho e passeios junto a cursos de águas naturais. O segundo fator é a facilitação e

regularização do transporte por terra ou água e a conseqüente construção de casas de segunda residência que permitiam não só o acesso, mas também um maior tempo de estadia nestas ilhas. Estes fatores também foram cruciais para que o mesmo ocorresse com as ilhas costeiras no Brasil na primeira metade do século XX quando se estabelece uma cultura de valorização do espaço litorâneo.

3.4.2 O turismo litorâneo e nas ilhas costeiras

A história do turismo nas ilhas costeiras do Brasil se confunde, em parte, com o turismo litorâneo do país. Calvente (1993) atribui o aparecimento desta modalidade turística no litoral norte paulista:

A abertura da estrada de rodagem São Sebastião – São Paulo (1935) que se, por um lado, facilitou a migração dos habitantes de região para outras que estivessem com crescimento econômico, trouxe, em um fluxo contrário, os primeiros e poucos turistas que chegavam para as férias de verão ou feriados prolongados. É desencadeado, assim, o processo de urbanização, com o aparecimento das segundas residências e a melhoria do equipamento do antigo núcleo (CALVENTE, 1993, p. 33).

Este processo se aguça com o advento do turismo de massa no país, conseqüência:

[...] da industrialização, que no Brasil é acentuada a partir da década de 1950. A organização industrial cria classes médias entre os trabalhadores, como gerentes, engenheiros, supervisores, técnicos, cientistas, etc., classes que vão participar do mercado de consumo (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 267).

Os autores relatam ainda, que neste período, uma nova necessidade surge: a de viajar. Em um primeiro momento estas viagens tinham como principal destino “as praias, com a família, nos automóveis que são produzidos pela recém-instalada indústria automobilística” (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 267).

No mesmo período, o Estado deixa de investir nas ferrovias para investir nas rodovias, permitindo a circulação de automóveis (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004). Desta época datam a abertura e melhoria das

estradas de rodagem que ligavam os grandes centros ao litoral norte e sul de São Paulo (DIEGUES, 2004, p. 34).

Nesse sentido, a abertura dos eixos rodoviários entre São José dos Campos-Caraguatatuba (datada da década de trinta), Ubatuba-Caraguatatuba (na década de cinquenta), Bertioga-São Sebastião (na década de sessenta a partir da estrada de terra) e a Rio-Santos (com asfaltamento finalizado na década de 80, ligando o norte de Ubatuba ao litoral fluminense e o sul de São Sebastião a Baixada Santista), incrementaram gradativamente o fluxo turístico para o litoral norte [paulista], especialmente através da implantação de um turismo baseado em segundas residências (CARDOSO, 2010, p. 50).

A facilitação do acesso possibilitado pelas rodovias e a “abertura” do litoral norte paulista para a atividade turística trouxe rápida transformação para este espaço, principalmente, “com a valorização econômica das terras do litoral, que até então tinham pouco valor mercantil” (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 267).

A praia deixa de ser um espaço de trabalho, desvalorizado (algumas sedes de fazendas chegaram a ser construídas de costas para a praia, no próprio litoral norte de São Paulo), passando a representar um alto potencial turístico para os poucos turistas existentes inicialmente e, atualmente, para a grande quantidade de usuários (CALVENTE, 1997, p. 100).

Nestes locais turísticos a natureza é uma mercadoria, aparecendo como um lugar de evasão ao mundo do trabalho e do cotidiano. A fuga disciplinada do espaço cotidiano aparece como capaz de trazer bem estar ao homem, reproduzindo, porém, a condição de homem dividido (trabalho – lazer), generalizada na sociedade atual. Ao mesmo tempo em que se controla o tempo de não-trabalho, aparecem mecanismos que propiciam à atividade turística ser outra fonte de capital (CALVENTE, 1993, p. 113).

O turismo tem sido, desde a década de 1950, elemento profundamente transformador da paisagem litorânea caiçara, que se intensificou a partir do década de 1970, no litoral norte, com a abertura da BR-101 e no litoral sul com a melhoria das estradas federais e estaduais (DIEGUES, 2004, p. 44).

Cardoso (2010a) destaca que o desenvolvimento do turismo irá marcar a paisagem litorânea do litoral norte de São Paulo a partir de meados do século XX. Cardoso também salienta o impacto gerado no mercado imobiliário, como pode ser analisado nas palavras do autor:

Iniciada nos anos 30 com a vinda dos primeiros turistas à região, se incrementa com a melhoria das vias de acesso ao litoral. Com as estradas, e mesmo antes da abertura efetiva das vias de circulação, o mercado

imobiliário litorâneo se transforma com a chegada de incorporadores, empresas de loteamento e de construção civil (CARDOSO, 2010a, p. 49).

Os espaços da pequena produção agrícola e pesqueira caiçara se transformam e o mercado de terras se implanta. Estas, que muitas vezes não passavam de posses sem titulação, vão sendo compradas por preços irrisórios, quando não simplesmente griladas, e passam a ser medidas em metro quadrado, conforme os padrões urbanos e cotadas a preços altos, valorizadas pela beleza da paisagem, pelo desejo da segunda residência à beira-mar e pela sua raridade (CARDOSO, 2010a, p. 49).

Diegues (2004) também aponta a questão fundiária como um dos principais impactos negativos causados pelo turismo no espaço litorâneo do Brasil. O autor destaca ainda que:

As décadas de 1950 e 1960 deram início a profundas transformações nas comunidades caiçaras que estão relacionadas, basicamente, à perda de suas terras e parias ocasionada pela vinda de veranistas e turistas dos grandes centros, como São Paulo e Rio de Janeiro. O litoral norte sofreu, de forma mais drástica, a invasão do território caiçara, cujos proprietários não tinham título legal das terras, eram considerados pelos especuladores simples “posseiros”. Os caiçaras não somente não tinham documento das áreas de uso comum, onde praticavam a agricultura, a coleta, a caça e a pesca e que circundavam a vila, mas também do próprio terreno onde estava a sua casa. O litoral norte na década de 1950 e 1960 sofreu o impacto maior dos veranistas e especuladores de terra por se encontrar no caminho entre Rio de Janeiro e São Paulo, e porque suas praias, por sua beleza, atraíram pessoas de alta renda, comparando-se com as do litoral sul (DIEGUES, 2004, p. 34).

São muitos os exemplos do processo de expropriação das terras sofrida pelos moradores ancestrais do litoral norte paulista em função do turismo. Cardoso (2010a) destaca o trabalho de Noffis (1988) o qual revela que no Toque-Toque Pequeno, praia de São Sebastião, o estabelecimento da primeira casa de veraneio data do final dos anos cinquenta e que:

“Esta mesma praia, na década de setenta, teve 80% de sua área adquirida pela Empresa Albuquerque e Takaoka, antes do asfaltamento da rodovia, que aí instala um condomínio de alto padrão, presente até os dias de hoje. Poucas foram as famílias caiçaras que se mantiveram nos seus espaços historicamente ocupados, diante de tal avassalador empreendimento” (CARDOSO, 2010a, p. 50).

É também no período da década de 1950 que ocorrem os primeiros registros da atividade turística em ilhas litorâneas no Brasil. Diegues assinala que “em nosso país, a ideia de ilha refúgio ou ilha paraíso conviveu por longo tempo com a ilha inferno, onde foram instaladas, pelo Estado, prisões para detentos de alta

periculosidade, como a ilha Anchieta (SP) e a ilha Grande (RJ)” (DIEGUES, 1998, p. 13). Souza (2007) aponta o mesmo exemplo em de Fernando de Noronha, onde na data de “novembro de 1938, a ilha é entregue à União para a instalação de um presídio político, o qual teve curta duração” (p. 48). Contudo, é com o advento do turismo que as ilhas litorâneas começam a sofrer um acelerado processo de transformação em seu espaço e no modo de vida das populações que habitavam estes territórios ancestralmente. Este processo é mais acentuado na Região Sudeste do país com destaque para a Ilhabela, como pode ser observado nas palavras de Diegues:

Os primeiros turistas que descobriram as praias desertas de algumas ilhas mais próximas do continente (como a ilha Bela, em São Paulo) como refúgio para suas férias de verão, com o afluxo dos visitantes, passaram a buscar outros paraísos insulares mais distantes. Quando seu universo de referência é ameaçado pelo turismo de massa, esse veranista vai em busca de praias e ilhas mais distantes e selvagens, produto natural puro em oposição aos lugares mais tocados pelo homem. Trata-se de uma verdadeira robinsonada, o contato com o exótico desprovido da presença de moradores autóctones. Estes são aceitos, quando muito, como decoração incorporada ao mundo natural isolado e selvagem (2008, p. 192).

Na Ilhabela, assim como na porção litorânea do continente, a introdução do turismo também afetou a questão fundiária.

Com o turismo, ocorreu um processo acelerado de valorização das terras e de especulação imobiliária. Estas terras passaram a ter valor de troca (tradicionalmente, tinham apenas valor de uso) e no início do processo muitas posses foram vendidas por valores mínimos, sendo que os caiçaras estavam pouco habituados às relações capitalistas ou a conviver com valores monetários, pois quase todas as necessidades eram satisfeitas com a produção familiar (CALVENTE, 1997, p. 104).

Maldonado (1997) também atribui ao aumento da atividade turística a valorização dos espaços próximos às praias na Ilhabela e como consequência um processo de internalização sofrido pelos caiçaras que residiam neste espaço. Diegues (2004, p. 34) salienta o mesmo processo em Ilhabela onde:

Em certos casos, o caiçara, depois de vender sua propriedade acabava trabalhando como caseiro do novo proprietário de que construía sua casa na praia. Em muitos casos, os moradores caiçaras, depois de venderem suas praias foram obrigados a construir suas casas nas encostas das serras, em lugares sujeitos a perigos de desabamentos onde tampouco sua presença é legalmente autorizada. Depois de serem considerados “posseiros” em suas próprias terras, são considerados agora moradores

ilegais nas encostas das serras, em áreas de restinga e mangue, consideradas áreas de proteção integral.

Calvente (1993) ressalta que na praia do Saco da Capela, onde registrou as primeiras ações de penetração do turismo em Ilhabela por meio de segundas residências que “os caseiros vão deixando de ser, preferencialmente, os moradores nativos, para serem os migrantes” (p. 63). Ainda sobre Ilhabela:

Nos bairros de Curral e Armação a profissão mais comum entre os caiçaras é a de pescador, estando em segundo lugar a profissão de caseiro. Já no Saco da Capela, mais urbanizado, com um processo de transformação mais antigo – muitas residências de veraneio lá estão desde a década de 1950 – as profissões mais comuns entre os caiçaras são as de pedreiro e funcionário público. Os caseiros são, na maioria, migrantes, que algumas vezes, foram trazidos pelo patrão de São Paulo, pessoas que estão desenraizadas geograficamente e são consideradas trabalhadores que causam menos conflitos ou que questionam menos a relação servil (CALVENTE, 1993, p. 116).

A autora expõe o surgimento dentro da atividade turística na mesma ilha, de “uma economia informal que permitiu a melhor sobrevivência de alguns moradores que possuíam terras bem localizadas e que resolveram mante-las” (CALVENTE, 1993, p. 34), a exemplo de alguns campings que surgiram por meio de iniciativas dos moradores caiçaras locais na praia do Curral (CALVENTE, 1993). Contudo, esta forma de inserção dos ilhéus na atividade turística também trouxe conflitos como pode ser observado no registro de Calvente (1993, p. 83): “São vários os casos em que os campistas se cotizaram e compraram o terreno onde acampavam. Nesta mudança de status, ao passar de usuários para proprietários dos terrenos, um muro é construído e os campings passam a ser um motivo de queixas constantes [...]”.

O advento do turismo em Ilhabela – introduzido principalmente por meio das moradias de segunda residência – assim como em outras ilhas costeiras do litoral do sudeste brasileiro, não causou impacto somente no que tange a titularidade das terras que já eram ancestralmente ocupadas por populações tradicionais. Outro impacto registrado por diferentes autores refere-se à forma de apropriação destas terras. Como destaca Maldonado (1997, p. 126) também em Ilhabela:

Observações *in locu* no decorrer de 1996 apontam para a existência de cerca de 100 edificações, com alterações no padrão construtivo, incluindo a construção de muros e cercas. Outra alteração significativa é a existência de cercas de arame em lotes, característica inexistente em 1992.

Na Ilha de São Sebastião onde a urbanização é um fenômeno recente, trazido pela atividade turística “Há aproximadamente quarenta anos atrás a paisagem era rural, com casas de famílias caiçaras, vivendo basicamente da agricultura e da pesca de subsistência” (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 267). Calvente (1993) relata que os caiçaras desta ilha não conheciam cercas dividindo propriedades até 1970. Ainda sobre a Ilha de São Sebastião a autora registra a existência de:

[...] um conflito de segmentos populacionais, basicamente um conflito de classes, acirrado pelo impacto cada vez maior do turista sobre a comunidade. A população deseja melhor infra-estrutura urbana que possa beneficiá-la e o turista deseja afastar-se do mundo do trabalho e do cotidiano urbano. Trazem um arsenal de equipamentos de lazer, como motocicletas, Jet-sky, lanchas e equipamentos sofisticados de mergulho que principalmente para o caiçara mais jovem, representam símbolos de status aos quais não têm acesso, produzindo uma desestabilização social, como ocorre com todas as comunidades tradicionais que sofreram os impactos negativos do turismo (CALVENTE, 1993, p. 87).

Cardoso (2010a) também registra uma mudança no padrão de construção das casas da ilha Vitória, de casas com paredes em taipa e cobertura de sapê para casas construídas em chapas de compensado e telhas compradas no comércio. O autor também expõe na mesma ilha:

A presença de algumas casas e terreiros cercados, também denota mudanças em relação ao uso do espaço, com famílias delimitando seus espaços de residência e o entorno imediato, talvez como um ato simbólico, uma vez que as pequenas criações de galinhas, frangos e patos e alguns animais domésticos transitam livremente (CARDOSO, 2010a, p. 79).

A Ilha Grande, situada no litoral do Estado do Rio de Janeiro, também é um exemplo da especulação imobiliária ocorrida nos espaços insulares da Região Sudeste do Brasil. Esta ilha foi visitada por D. Pedro II que adquiriu a Fazenda Dois Rios na Vila do Abraão (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005). Este fato pode ser um registro da valorização das terras da Ilha Grande e de turismo de segunda residência já no século XIX.

Ainda sobre o impacto fundiário gerado pela introdução do turismo nos espaços insulares do Brasil, cabe destacar uma forma mais abrupta deste processo: os exemplos de aquisição de todo o território de determinadas ilhas. Para Diegues (1998; 2008) existe no país uma cultura de que o paraíso insular típico não pode ser

compartilhado com ninguém, resultando em uma crescente tendência à ocupação privada de ilhas, especialmente para instalação de marinas e hotéis:

[...] dando origem à compra de ilhas e ilhotas, sobretudo na região de Angra dos Reis. Ai o símbolo da ilha selvagem é levado ao extremo, pois até os raros habitantes locais, os caiçaras, são expropriados e abandonam seu lugar de trabalho e moradia que se metamorfoseia em lugar de lazer exclusivo (DIEGUES, 2008, p. 192).

Cardoso (2010a) pontua um caso singular de disputa pela titularidade das terras da ilha de Monte de Trigo no litoral do Estado de São Paulo. Como pode ser observado nas palavras do autor:

A posse da ilha pelos ilhéus tem sido constantemente ameaçada, em função da tentativa de grilagem dos herdeiros de um morador da costa sul de São Sebastião, que afirma ter comprado a ilha. Os ilhéus relataram que já tiveram informações da existência de anúncios de venda da ilha. Por ocasião da pesquisa realizada anteriormente, um dos moradores afirmava que o documento de aforamento da ilha foi levado por uma pessoa que “engamelou” os ilhéus e sumiu com o papéis (CARDOSO, 2010a, p. 84).

A atividade turística, não irá impactar somente as ilhas do litoral sudeste brasileiro. Como registra Diegues (2008) sobre este processo em Florianópolis:

Nas primeiras décadas do século XX começou a decadência do modo de vida ilhéu, agravado com a construção da Ponte Hercílio Luz (1926), ligando a ilha ao continente e o crescimento urbano-administrativo da capital do Estado. Na década de 1960 instala-se na ilha um período modernizante, caracterizado por um crescimento demográfico vertiginoso que, a partir da capital se expandiu sobre o restante da ilha, ocasionando uma expropriação crescente das terras e praias habitadas por pescadores e agricultores (p. 235).

O autor esclarece que foi com a conseqüente ligação terrestre de Florianópolis ao continente que os primeiros turistas vindos do continente começaram a fixar moradias de veraneio na ilha (DIEGUES, 2008).

Nos anos 70 intensificou-se o turismo na ilha que culminou, nos anos 80 em diante na implantação de demasiados projetos turísticos de padrão internacional. Muitos hotéis foram construídos em áreas de dunas ou praias de pescadores, descaracterizando o meio ambiente e contribuindo para a desorganização social dos pescadores artesanais, muitos dos quais transformaram-se em caseiros. Os próprios moradores têm dificuldades para chegar a algumas praias transformadas em condomínios de veranistas ou numa verdadeira selva de cimento armado (DIEGUES, 2008, p. 235).

Tomaz (1997) ilustra uma situação semelhante à de Florianópolis na Ilha do Mel no Estado do Paraná, mas nesta última o advento do turismo se dá em virtude da regularização do transporte aquaviário. Segundo a autora, foi “a partir da década de 1980, com a instalação de uma empresa marítima que faz regularmente a travessia (Pontal do Sul – Ilha do Mel) e a instalação da luz elétrica, que o fluxo de turistas aumentou consideravelmente” (TOMAZ, 1997, p. 220).

Como pôde ser constatada na bibliografia consultada, a instalação do turismo no litoral brasileiro é decorrente de um período econômico vivido ao longo da década de 1950 que possuiu duas características marcantes: um investimento acentuado em rodovias por parte do Estado – que facilitaram o ingresso às praias; e de um acréscimo de renda e, conseqüentemente, no poder aquisitivo das famílias de classe média que passaram a ter acesso ao turismo, sobretudo no turismo de segunda residência, antes restrito as pessoas de alta renda. Foram principalmente estas duas características, que permitiram a apropriação do espaço litorâneo pela atividade turística e posteriormente, quase de forma concomitante, a apropriação do espaço das ilhas próximas ao litoral pela mesma atividade. Como pode ser resumido nas palavras de Diegues, com a introdução do turismo nestas ilhas:

“O impacto mais negativo tem sido a resultante da construção de casas de veraneio e outras instalações turísticas nas praias, o que resulta na venda das posses caiçaras a turistas e a transformação dos moradores locais em caseiros, já a partir dos anos de 1940” (2004, p. 44).

Constata-se também que, a implantação da atividade turística tanto no litoral, quanto nas ilhas próximas, ocasionou uma nova forma de ocupação dos espaços insulares brasileiros. As ilhas que eram ancestralmente habitadas por populações tradicionais – que viviam da prática da pesca e da pequena agricultura – com a introdução do turismo, tornam-se espaços de lazer por meio, principalmente, do estabelecimento de segundas residências. Esta nova forma de ocupação do espaço insular irá causar impactos significativos na natureza e na cultura dos habitantes das ilhas do Brasil.

3.4.3 A natureza insular, a cultura ilhéu e o turismo

Como pode ser analisado, foi com a introdução do turismo nas ilhas do litoral brasileiro, a partir de meados do século XX que, um processo significativo de urbanização passou a ocorrer, com a instalação massiva de moradias de segunda residência e da implantação de projetos turísticos a exemplo de resorts, hotéis e marinas (DIEGUES, 1998, 2008, 2013; CARDOSO, 1997, 2010a; CALVENTE, 1997). Foi, principalmente, com a justificativa de frear este processo e proteger a natureza das ilhas que, a partir da década de 1960, se acentua no Brasil a ação de transformar muitos espaços insulares em áreas naturais protegidas, por meio de parques nacionais (DIEGUES, 1998; 2008).

Os parques nacionais em ilhas são recentes no país e diversas entidades ambientalistas internacionais têm alertado para a necessidade da preservação desses espaços únicos, “ameaçados pela degradação do meio marítimo (poluição por petróleo), pelo turismo avassalador ou menos impactante (turismo ecológico), pela pesca predatória, pela instalação de bases militares, alvos de tiro de exercício militar etc” (DIEGUES, 2008, p. 111). Contudo, em muitos casos, a implantação dos parques tem como principal característica a expulsão dos ilhéus.

A ideia de parque como área selvagem e desabitada, típica dos primeiros conservacionistas norte-americanos, pode ter suas origens nos mitos do “paraíso terrestre” próprios do Cristianismo. A concepção cristã de paraíso, existente no final da Idade Média e no período anterior ao descobrimento da América, era de uma região natural, de grande beleza e rigorosamente desabitada, de onde o homem tinha sido expulso após o pecado original. No imaginário ocidental, ela poderia estar numa ilha ou em terras desabitadas além das Colunas de Hércules (DIEGUES, 2008, p. 29).

Para Diegues (1999; 2008) essa posição de área natural protegida sem a presença humana tem gerado conflitos intermináveis com as populações locais que têm dificuldades em aceitar porque turistas e/ou pesquisadores podem entrar livremente nestas áreas enquanto eles sofrem limitações em atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. O autor expõe ainda que esse conflito pode se acentuar ainda mais numa ilha, pois, “existe frequentemente uma forte associação do ilhéu com seu espaço insular em que nasceu e uma igual rejeição aos de fora

que pretendem morar aí (a não ser que se ligue a um morador local através do casamento)” (DIEGUES, 1999, p. 20; 2008, p. 125).

Nos casos em que as autoridades permitem a presença dos ilhéus, em áreas protegidas, muitas vezes lhes é negado o acesso a certos espaços considerados de proteção total. Ou ainda, em outros casos, certos grupos ecologistas admitem a presença dos ilhéus, desde que sua cultura e seu modo de vida tradicional permaneçam congelados no tempo (DIEGUES, 2008, p. 125).

Existem ainda casos em que, após a criação do parque, os ilhéus passam a considerar seu território pertencente à polícia florestal ou aos administradores do parque (DIEGUES, 2008). Outro conflito registrado por Diegues (2008) entre as sociedades tradicionais insulares e as autoridades conservacionistas após a implantação dos parques é referente ao território. Este território, segundo o autor, é distinto das sociedades urbano-industriais, marcado por uma descontinuidade e por vazios aparentes a exemplo de terras em pousio e áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano. São estas áreas que tem levado autoridades da conservação a declará-las parte das unidades de conservação com a justificativa errônea de que não são usadas por ninguém (DIEGUES, 2008).

Um outro fator de conflito, nas relações entre caiçaras e turistas/ambientalistas, era a preferência destes de uma ilha com aparência natural, pois é um traço característico dos turistas, de maneira geral, procurar uma paisagem diferente da do seu cotidiano. Já para a população local, o importante era conseguir equipamentos de infra-estrutura urbana, como estradas pavimentadas, transporte coletivo, mais escolas, etc (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 270).

Segundo Diegues (2008, p. 190) o “crescimento do veraneio litorâneo e insular levou a uma distinção espacial: de um lado o porto de recreação, com seus veleiros, de outro lado, espremido nos cantos, e frequentemente em reduzidos quarteirões ao longo do porto de pesca, a casa dos ‘selvagens’ remanescentes do mundo natural transformado”. Esse mundo marginal se aproxima do folclórico, figura de decoração e objeto de visitas turísticas em busca do passado (DIEGUES, 2008).

O mesmo autor relata que estas visões e mitos diferenciados estão na origem de alianças sociais complexas: “os veranistas que já têm casa na ilha se aliam aos ambientalistas para evitar a vinda de novos proprietários de casas; dos candidatos à

construção se opõem às autoridades ambientalistas que lhes cerceiam a liberdade de construir onde bem entenderem” (DIEGUES, 1999, p. 21). Em muitos casos, os moradores tradicionais são acusados por autoridades ambientalistas de ocupar, de forma predatória, o território onde sempre viveram (DIEGUES, 1999).

Outra característica importante que distingue muitas comunidades tradicionais insulares das demais é a utilização comunal de determinados espaços. Para Diegues (2008, p. 68):

Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitário) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça, pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta etc.) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculação mais ou menos limitadas com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal. Existem também normas de exclusão de acesso aos recursos naturais pelos “não-cumunitários”. Estes, por sua vez, podem ganhar acesso a espaços e recursos de uso comum, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte da comunidade (mediante casamento, compadrio, etc.).

Diegues (2008) expõe que, estes casos, configuram um confronto de dois saberes, onde de um lado está o conhecimento tradicional. Este conhecimento é acumulado pelas populações tradicionais sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais, as proibições do exercício de atividades em certas áreas ou períodos do ano, tendo em vista a conservação das espécies (DIEGUES, 2008).

[...] para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos [naturais] significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nasceram seus filhos. Isso não implica uma visão bucólica dessas comunidades, que geralmente são obrigadas a “burlar a lei” usando de forma inadequada os recursos naturais das áreas protegidas para assegurar sua sobrevivência (DIEGUES, 2008, p. 123).

Do outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências naturais que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicionalmente

acumulado (DIEGUES, 2008). No lugar do conhecimento tradicional se instala nas ilhas transformadas em parques nacionais o poder da ciência moderna, com seus modelos ecossistêmicos, com a administração moderna dos recursos naturais, com a noção de capacidade de suporte baseada em informações científicas que, na maioria das vezes, é insuficiente (DIEGUES, 2008).

No caso de parque nacional em ilhas, o arquipélago de Fernando de Noronha destaca-se como o exemplo mais emblemático do Brasil (DIEGUES, 2008). Situado a 360Km da costa brasileira e constituído por 21 ilhas, ilhotas e rochedos o arquipélago é o espaço insular habitado com população humana permanente mais distante da costa do país (SOUZA, 2007). O turismo no arquipélago já despertava a atenção do governo:

[...] no ano de 1959, quando é solicitado à Comissão Brasileira de Turismo uma avaliação do potencial turístico paisagístico local. As primeiras viagens organizadas para Noronha aconteceram em 1963, quando aviões da Força Aérea Brasileira – FAB e voos comerciais de carga, começaram a levar alguns turistas por semana. As viagens turísticas foram interrompidas em 1964, quando a ilha passou a abrigar o presídio público (SOUZA, 2007, p. 52).

Foi em 05 de junho de 1986, por meio do decreto nº 92.755, que o “então presidente José Sarney declara área de proteção ambiental o Território Federal de Fernando de Noronha, o Atol das Rocas e os Penedos de São Pedro e São Paulo” (SOUZA, 2007, p. 51). Para Souza (2007) entre os motivos que influenciaram a transformação do arquipélago de Noronha em área de proteção ambiental está uma rara e única ocorrência de manguezal oceânico no Atlântico Sul, localizado na baía do Sudeste.

Souza (2007) expõe que foi com a transição do governo militar para o governo civil em 1988, que a comunidade de Fernando de Noronha passou a enfrentar uma reestruturação nos seus modos de vida e produção, nas relações sociais, nos valores culturais e em todos os aspectos das dimensões sociais, políticas e econômicas. “O turismo tem início na ilha como parte do processo de transição para o governo civil para alavancar o desenvolvimento local, quando os governantes perceberam a necessidade de exploração do enorme potencial turístico insular” (SOUZA, 2007, p. 52).

Os meios de hospedagem nesta época eram escassos. Em 1989, a ilha contava com 90 leitos, sendo 80 leitos na Pousada Esmeralda e 10 leitos na pensão da Dona Piteca. Com o aumento da atividade turística, surgiu o sistema de hospedagem familiar, transformando residências de moradores em hospedarias para turistas. Paralelamente, apareceram equipamentos de apoio, como lojas, restaurantes, empresas de mergulho e um comércio informal (SOUZA, 2007, p. 53).

Foi também no ano de 1989 que ocorre a instituição da Taxa de Preservação Ambiental – TPA, pela Lei nº 10.403, cobrada a todas as pessoas não residentes ou domiciliadas em Fernando de Noronha, que estejam em visita, de caráter turístico ou a serviço de empresas privadas e calculada em termos proporcionais ao tempo de permanência no arquipélago (SOUZA, 2007). Também no ano de 1989:

[...] foi realizado o primeiro estudo de capacidade de carga, considerando a disponibilidade de leitos, o abastecimento de água e as recomendações da Organização Mundial do Turismo – OMT para ilhas oceânicas de origem vulcânica, que indica de 15 a 20 turistas por dia/km². Noronha tem seu limite estabelecido em 200 turistas por dia (SOUZA, 2007, p. 53).

No Brasil, com base no Artigo 20, Capítulo IV da Constituição Federal, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países são consideradas bens da União. O mesmo Capítulo determina também como bens da União as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no Art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005). O Artigo 26, nos Capítulos II e III incluem entre os bens dos Estados as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros; e as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.

No caso específico do arquipélago [de Fernando de Noronha], por ser formado por um conjunto de ilhas oceânicas e por ser bem da União, não existem áreas particulares. As áreas foram cedidas ou entregues a DEFN, COMAR ou IBAMA, cuja função é administra-las. Nesse caso, não há propriedades particulares no arquipélago e os residentes se enquadram em duas situações: residem em benfeitorias da União e possuem um termo de permissão de uso para imóveis, ou são proprietários de benfeitorias construídas sobre o solo da União, possuindo um termo de permissão de uso do solo. Por esse motivo, os moradores não podem vender seu imóvel, nem transferir seu termo de permissão de uso do solo. Cabe à ADEFN a atividade de parcelamento do solo, e a autorização para construção ou reforma de imóvel. Antes do início das obras, o projeto deve ser avaliado e autorizado pela ADEFN, Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Renováveis - CPRH e IBAMA (SOUZA, 2007, p. 42).

Fernando de Noronha possui também normas para aqueles que desejam residir no Arquipélago. “Para que a condição de ser ilhéu seja formalizada, a ADEFN possui um departamento de controle migratório que, entre outras funções, aplica algumas regras para a concessão de carteiras aos moradores” (SOUZA, 2007, p. 75).

As carteiras se dividem em duas categorias: moradores permanentes e moradores temporários. Os portadores da carteira de morador permanente, que se enquadram na categoria de ilhéus, têm como benefício principal a aquisição de lotes ou moradias, além da possibilidade de abertura de empresas sediadas no arquipélago (SOUZA, 2007, p. 75).

Souza (2007) destaca que apesar do rígido controle migratório, os moradores se ressentem quanto aos benefícios concedidos aos novos migrantes, que se colocam mais facilmente no mercado de trabalho. “A geração de empregos enquanto impacto positivo é questionável, uma vez que os melhores cargos se destinam aos ‘de fora’ sem muitas perspectivas profissionais para a população jovem local” (SOUZA, 2007, p. 87).

Para Souza (2007) após a criação das unidades de conservação e a abertura para o turismo no arquipélago de Fernando de Noronha, os antigos moradores gradativamente foram perdendo o controle de seu espaço e de seu patrimônio e começaram a participar de uma nova realidade sociocultural marcada pela exploração turística. “Entre os principais custos sociais detectados nas entrevistas realizadas com os moradores mais antigos, destacam-se a ameaça ao estilo de vida e aos hábitos tradicionais da comunidade noronhense, identificados como fator modificador de sua estrutura sociocultural” (SOUZA, 2007, p. 83). “Os moradores [de Fernando de Noronha] relembram saudosos dos amigos e as festas em que todos participavam e animavam a comunidade e que hoje foram perdendo espaço para bares e restaurantes voltados para os turistas” (SOUZA, 2007, p. 89).

Em todos os depoimentos dos moradores, percebe-se a valorização do passado, geralmente idealizado, e um sentimento saudosista em relação ao tempo em que, segundo eles, todos se conheciam e não tinha tanta gente ‘de fora’. Em uníssono, afirmam que antigamente a comunidade era mais solidária, os moradores eram mais companheiros e unidos. Para os antigos, os que vieram ‘de fora’ modificaram a ilha (SOUZA, 2007, p. 97).

Souza (2007) atribui a transformação do estilo de vida e dos hábitos da comunidade como os principais impactos gerados pelo turismo em Fernando de Noronha. “Para os moradores mais antigos, as mazelas sociais, como o aumento do consumo de álcool e de drogas, assim como o turismo sexual são efeitos ocasionados pela expansão da atividade” (SOUZA, 2007, p. 90).

Com o crescimento da população e o número de turistas em Fernando de Noronha houve também um agravamento na falta de abastecimento de água e energia, e aumento na produção de esgoto e de resíduos sólidos (SOUZA, 2007). “Atualmente o racionamento de água é um dos maiores problemas do arquipélago, em que a demanda é maior que a oferta” (SOUZA, 2007, p. 40). “Além do consumo dos escassos recursos, há o problema da falta de terrenos e moradia para as novas famílias” (SOUZA, 2007, p. 86).

Os impactos socioculturais do turismo em Noronha são caracterizados por uma forte ambivalência. Se por um lado, o turismo apresenta novas oportunidades de trabalho, geração de renda, valorização sociocultural e consequente manutenção dos valores da comunidade, proporcionando a seus moradores um sentido de pertencimento à localidade, por outro lado, gera importantes custos sociais (SOUZA, 2007, p. 83).

Segundo Souza (2007), na opinião de alguns moradores, o turismo em Noronha pode ser considerado um agente de fortalecimento da cultura local, ao garantir a continuidade e a manutenção dos hábitos e das tradições da comunidade, tais como as lendas e festas, que se apresentam como atrativos turísticos (SOUZA, 2007, p. 84). A autora destaca que “O maior indicador de existência de uma cultura noronhense é a presença marcante dos conceitos ‘ilhéu’ e ‘haole’ que permeiam a vida na comunidade e diferenciam os grupos sociais” (SOUZA, 2007, p. 85). “As pessoas que vieram de fora são chamadas pelos ilhéus de ‘haoles’, palavra de origem havaiana, que significa estrangeiro, homem branco” (SOUZA, 2007, p. 69).

A maior parte dos haoles veio para Noronha com recursos financeiros e muitas ideias para novos investimentos, em oposição à maior parte dos antigos moradores, que não possuía capital para investimento ou perfil empreendedor, além da herança militar paternalista, que durante anos regulou a economia da ilha (SOUZA, 2007, p. 70).

Atualmente, segundo Souza (2007 p.53) “existem pouco menos de 100 pousadas em funcionamento, 26 restaurantes, 23 bares e lanchonetes, 21 lojas de souvenir e 65 locadoras de veículos”. A autora expõe que, em função de restrições

impostas pelo Plano de Manejo da APA/FN (2005) foi limitado um número máximo de cem pousadas (SOUZA, 2007).

Entre 1988 e 2007, a população residente da ilha, incluindo moradores permanentes e temporários, passou de 1.500 para 3.456, devido à imigração de pessoas para trabalhar nos postos de serviços abertos pelo turismo. Em junho de 2003, o arquipélago contava com 112 pousadas, totalizando 1.260 leitos, além de 17 restaurantes, 20 bares e lanchonetes e 18 lojas de souvenir (SOUZA, 2007, p. 53).

Para Diegues, o arquipélago de Fernando de Noronha, de acesso controlado por se tratar de Parque Nacional “é o modelo de ilhas procuradas por uma clientela seleta em busca de aventura, do desconhecido e de paisagens marítimas de grande beleza” (DIEGUES, 1999, p. 1). Souza (2007, p. 63) relata o fato de: “Após ter sido inscrito no seletivo grupo de lugares reconhecidamente especiais, em 16 de dezembro de 2001, Fernando de Noronha recebe o título concedido pela UNESCO, de Sítio do Patrimônio Mundial Natural”.

O principal acesso dos turistas a Noronha se dá por meio de transporte aéreo, com dois voos procedentes de Recife e um de Natal e, em algumas épocas do ano, há operações de voos fretados (SOUZA, 2007). O porto de Santo Antônio é o único da ilha para atracação de pequenas embarcações que fazem a navegação de cabotagem e para os barcos de pesca e de turismo, que realizam passeios turísticos e mergulhos (SOUZA, 2007, p. 41).

Souza (2007) relata que 50.000 turistas passaram por Fernando de Noronha em 2006. A autora expõe também que:

Atualmente, o turismo é a principal atividade econômica da ilha que é considerada um dos melhores pontos para a prática do ecoturismo no Brasil, embora muitos fatores ainda limitem a exploração da atividade, como distância do continente, a cobrança da taxa de preservação ambiental, o alto preço das tarifas praticadas pelas companhias aéreas que servem a localidade e a pouca infra-estrutura de serviços (SOUZA, 2007, p. 12).

Os relatos de Diegues (1999) e Souza (2007) possibilitam afirmar a dependência da população do Arquipélago dos segmentos do turismo na natureza a exemplos do ecoturismo e do turismo de aventura. Para Diegues (2008) estas modalidades de turismo são formas mais elitistas de conquista da natureza selvagem e que, grosso modo, se pautam pela mesma simbologia do mundo natural intocado como ocorre com o ecoturismo.

Para se contrapor ao turismo *tout court*, propõe-se uma nova forma de turismo ambulante, pela qual um seleto número de pessoas tem o privilégio de conhecer áreas prístinas, muitas vezes localizadas em áreas naturais protegidas cujo acesso é negado mesmo aos moradores tradicionais (DIEGUES, 2008, p. 193).

Com a transformação das ilhas em parques, o espaço da pesca artesanal, do pequeno roçado e da caça para subsistência passam a ser o espaço de lazer e “elitista, reservado aos que podem pagar por tarifas especiais” (DIEGUES, 2008, p. 64). Desta forma, pode-se concordar com Diegues (1997, p. 25; 1999, p. 19; 2008, p. 112) com a existência de uma superposição de símbolos referentes às ilhas: “de um lado, a ilha como paraíso, espaço de aventura e liberdade, explorada pelo chamado turismo de aventura e por outro lado, a ilha como paraíso natural, transformado também em objeto de consumo pelo chamado turismo ecológico”. Ainda que, em muitos casos, quando abordamos algumas práticas do ecoturismo e, substancialmente, do turismo de aventura, estas nem sempre são condizentes com a preservação da natureza, como foi esclarecido anteriormente.

Diegues (1997; 1999; 2008) atribui ao turismo e a transformação de ilhas em unidades de conservação como os principais fatores de decadência das atividades tradicionais em deferentes ambientes insulares do Brasil. “As dificuldades em se manter as atividades tradicionais, como a agricultura e as pesca, em vista da concorrência da grande pesca e agricultura, associadas à melhoria dos meios de comunicação, aceleram o êxodo de grande parte dos ilhéus [...]” (DIEGUES, 2008, p. 112).

Se, de um lado, existe uma tendência à migração em muitas dessas ilhas, levando os habitantes a se transferir para o continente em busca de melhores serviços (educação, saúde, trabalho, etc.), existe, por outro lado, a ocupação desses espaços por atividades turísticas que transformam profundamente os modos de vida anteriormente existentes (DIEGUES, 1997, p. 19; 1999; p. 25; 2008, p. 111).

Assim, com base no autor, pode-se verificar uma ambivalência nos processos de transformação de ilhas em unidades de conservação e na introdução da atividade turística nestas ilhas. De um lado, há a unanimidade por parte de muitos pesquisadores que os impactos negativos gerados pela massificação do turismo em muitas ilhas do Brasil são, na maioria dos casos, os principais responsáveis pela migração dos ilhéus para o continente. De outro lado, a implantação da unidade de

conservação pode servir para regradar e limitar a atividade turística, como relata Parada (2004) na Ilha do Cardoso onde:

Os moradores, a princípio criticam as restrições impostas pela legislação, como a proibição do uso do fogo, da caça e da extração, mas a maioria afirma que a criação do Parque foi positiva, freando a especulação imobiliária e impedindo que a ilha fosse transformada numa “nova Ilha Comprida” (PARADA, 2004, p. 259).

Constata-se também que o turismo pode servir para fixar parte dessa população nestas ilhas. Isso ocorre porque, parte dos ilhéus, sem alternativas econômicas, passa a viver da renda conseguida durante três ou quatro meses do ano, em atividades ligadas ao turismo (DIEGUES, 1997; 1999; 2008). Este fato foi registrado por Parada (2004) na Ilha do Cardoso no litoral do estado de São Paulo onde:

O calendário de atividades, dependentes dos ciclos anuais, do clima e das estações do ano, é uma característica antiga que está presente até hoje. Observa-se a existência de uma sazonalidade nas atividades desempenhadas pelos moradores. Assim como no passado, quando as atividades eram guiadas pelo calendário agrícola, hoje em dia existe a “safra” do turismo, durante o verão, na qual se obtém capital para investir na pesca da tainha no inverno com melhoria na infra-estrutura para receber turistas no verão (p. 261).

Fato semelhante foi observado por Cardoso (2009) nas ilhas de Vitória e Monte de Trigo no litoral paulista onde, segundo o autor, pescadores acabam atuando em serviços voltados à pesca esportiva, tais como no transporte, no comando das embarcações e no fornecimento de iscas, vivas ou não, que abastecem os pescadores esportivos. Ainda com base nos relatos do mesmo autor, observa-se que:

Neste último caso, em algumas localidades se estabelece uma categoria laboral de trabalhadores na coleta de iscas, conhecidos como isqueiros, e que podem ou não ser constituídas de egressos da pesca profissional, ou pescadores que articulam a atividade pesqueira com a coleta de iscas de acordo com as temporadas de maior afluxo de turistas (CARDOSO, 2009, p. 42).

Para o autor, a articulação entre pescadores e turistas nestas ilhas são “atividades que acompanham a sazonalidade do turismo costeiro e podem ser interpretadas como o complemento de rendimentos para enfrentar ‘o longo e frio

inverno', quando a presença de turista retrai este fluxo" (CARDOSO, 2010b, p. 10). Caso análogo ocorre na Ilha de Cananéia no litoral sul de São Paulo onde, segundo Ribaric (1997, p. 203) "a pequena pesca artesanal e o atendimento ao turismo são praticamente as únicas atividades econômicas das comunidades desta ilha".

Durante os meses de novembro a março, principalmente atendem ao turismo, seja alugando suas lanchas, seja como guias de pesca ou vendendo camarões vivos para servirem de iscas para os pescadores esportivos que infestam esta região (RIBARIC, 1997, p. 204).

Na Ilha Grande no final do século XX com: "A queda da atividade pesqueira na década de 1990, devido à expulsão dos pescadores de suas colônias em razão da especulação imobiliária, fez com que os pescadores, então, investissem em atividades complementares" (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005, p. 21). Entre as atividades complementares os autores destacam o transporte de cargas e de turistas, o trabalho na construção civil ou ainda como "caseiros" em residências secundárias (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005). Cardoso também aponta na Ilha de Monte de Trigo o envolvimento de ilhéus em atividades complementares ligadas ao turismo:

Nos anos de 2009 e 2010, foi observado o trabalho dos ilhéus em atividades voltadas ao turismo, tais como pilotos de barcos em pousadas, promotores de passeios com seus próprios barcos e acompanhamento de pescarias esportivas (2010a, p. 75).

Porto Belo localizado no litoral do Estado de Santa Catarina é também um exemplo desta complementaridade. Para Ruschmann & Rosa (2010) a introdução do turismo e o envolvimento dos pescadores locais no transporte dos turistas possibilitou que estes trabalhadores tivessem seus rendimentos incrementados se comparados com os anos anteriores quando dependiam somente da pesca.

Desta forma, pode-se constatar certa complementaridade entre a atividade pesqueira artesanal e a atividade turística, de modo que o trabalho dos pescadores em atividades características do turismo, sobretudo do segmento do turismo de pesca, pode servir para aumentar a renda nos períodos de defeso e/ou em épocas de safras ruins. Como relata Ribaric (1997) sobre a Ilha do Cardoso:

Embora com frequente desdém do turista e da importância que estas atividades têm no seu cotidiano como secundárias ou eventuais ("só quando

não tem mais nada para fazer”), torna-se cada vez mais evidente e inegável a relação de dependência que vem se estabelecendo entre eles (pescadores e turistas). Uma situação que o dramático empobrecimento dos estoques lagunares contribuiu para viabilizar e, de certa forma, acelerar. Principalmente durante o verão quase todo seu tempo ou esforço produtivo, está voltado diretamente em atende-lo (p. 205).

Ribaric (1997) analisa o envolvimento dos pescadores em atividades turísticas na Ilha do Cardoso como uma nova demanda, que oferece aos ilhéus a possibilidade de exercerem uma atividade menos sacrificada e mais garantida que a pesca e que, conforme o autor vai aos poucos propondo/impondo ao caiçara outro cotidiano, outro calendário, específico e com dinâmica própria. “Vai surgindo desta forma um outro tipo ideal de pescador, o pescador prestador de serviços, conhecedor dos hábitos e características de sua nova presa, cuja safra espera tão ansiosamente quanto as outras, a do turista” (RIBARIC, 1997, p. 206). Ainda sobre a mesma ilha, Parada (2004, p. 258) relata:

O que se observa nas formas de trabalho é a existência de uma sazonalidade. Em virtude dessa sazonalidade nas atividades econômicas da população fica difícil falar de uma renda familiar. Diversas são as fontes geradoras de capital para os habitantes das comunidades, mas quase todas variam em função do clima e da sorte entre outros fatores. Perguntar para um pescador artesanal quanto ele ganha por mês é pedir para receber uma gargalhada como resposta. Quanto ele ganha com camping ou com a pousada também é relativo, depende do feriado, depende do tempo, depende dos turistas. O comerciante também não escapa da dependência do clima (se está calor, as pessoas bebem mais e se chove, ninguém vai ao bar).

Para Silva (1997) o turismo surge na Ilha do Cardoso como um novo ciclo econômico que vai alternando ou coincidindo com a pesca. “O turismo é a nova safra que aparece como um grande aliado dos caiçaras-ilhéus rearranjando seu dia-a-dia” (SILVA, 1997, p. 194).

Cardoso (2009) expõe caso semelhante nas ilhas Vitória e Monte de Trigo onde a complementaridade antes restrita ao binômio pesca e roça passa a envolver outras atividades como a pesca e “biscate”, pesca e artesanato, pesca e aquicultura e também a pesca e turismo, entre outros binômios, trinômios e quadrinômios. “Na ilha Vitória o lavrador, o artesão e o pescador, em muitos casos é a mesma pessoa. No Monte de Trigo pouco se planta, porém a pesca e o artesanato compõe as principais ocupações dos ilhéus” (CARDOSO, 2010b, p. 06). Neste último caso, aparece outro fator de complementaridade entre os ilhéus e a atividade turística: o

artesanato. E como é esclarecido por Cardoso (2010a) nas ilhas Vitória e Monte de Trigo:

O artesanato é praticado por alguns ilhéus como uma fonte de renda esporádica e representado pela confecção de remos, miniaturas de embarcações e gaiolas – via de regra realizado pelos homens e toalhas, tapetes, bolsas e chapéus de palha – em geral tecidos pelas mulheres. A venda pode ser feita para turistas que visitam as ilhas e as peças podem ainda ser vendidas, ou deixadas em consignação, nas casas de comércio de artesanato nas cidades e bairros litorâneos (p. 73).

É, sobretudo, devido aos impactos econômicos positivos que, por diversas vezes, se atribui ao turismo a expressão “tábua de salvação” para a comunidade onde ele se estabelece (LIMA e MARQUES JÚNIOR, 2007). Contudo, mesmo que a atividade turística possibilite uma atividade complementar para muitos ilhéus, deve-se ressaltar também os impactos negativos deste segmento do turismo em muitas ilhas do Brasil. Este impacto se acentua em ilhas como nas ilhas de Búzios, Vitória e Monte de Trigo onde as atividades tradicionais ligadas sobretudo à pequena pesca se constituem na fonte de renda mais importante dos moradores (DIEGUES, 1997, p. 17; 1999, p. 12; 2008, p. 193).

Diegues (2008, p. 85) expõe que “para muitas populações tradicionais que exploram o meio marinho, o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertas e guardadas cuidadosamente pelo pescador artesanal”. “No território marítimo próximo as ilhas, muito frequentemente, existem marcos invisíveis aos estranhos (rochas submersas, por exemplo), indicando locais ricos em peixes que são apropriados individual ou coletivamente” (DIEGUES, 1998, p. 107). Para Cardoso (2003) este território é tratado por seu valor de uso para o grupo social que delimitado formal ou informalmente, garante a reprodução dos pescadores e transforma-se em instrumento de gestão das pescarias.

Chegar ao pesqueiro requer o domínio do território marinho e de uma série de elementos naturais que o compõem, tais como o relevo submarino, os ventos, as marés, as formas de terra que representam os referenciais de localização, as profundidades da coluna d’água e a cor da água. E a apropriação desse território pelo pescador é um processo de mediação com a natureza (CARDOSO, 2003, p. 10).

No processo de mediação com a natureza o pescador cria distintas representações, que por sua vez, “não existem apenas no pensamento, mas

também são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão” (DIEGUES, 2008, p. 64). Lisboa (1997) atribui à linguagem criada para o desenvolvimento da faina pesqueira, como um dos fatores que possibilitaram a formação de um linguajar na ilha de Florianópolis que se diferencia ao do continente, principal responsável pela autoidentificação dos ilhéus como “manezinhos”.

Em uma atividade marcada por uma intensa apropriação da natureza, a reprodução da pequena produção na pesca passa também pelo aprendizado dos ciclos naturais e pela convivência diária com os processos que determinam a presença e a busca do peixe (CARDOSO, 2003). Cada tipo de pescaria revela uma espacialização do mar, a distribuição e mobilidade das espécies, suas áreas de ocorrência, o grau de desenvolvimento tecnológico das embarcações e sua autonomia de permanência no mar, são responsáveis por uma divisão do espaço marinho em áreas de pesca exploradas por um outro tipo de pescaria (CARDOSO, 2003).

Na apropriação dos recursos marinhos “o conflito se instala quando diferentes formas de pesca exploram o mesmo espaço marítimo e interferem diretamente na reprodução do pequeno pescador, que por suas características, possuem pouca mobilidade no mar” (CARDOSO, 2003, p. 10). Entre os “conflitos de uso do espaço ocorrem também com o desenvolvimento de atividades turísticas, tais como a caça submarina, o uso de jet-skis e embarcações de recreio e de pesca esportiva” (CARDOSO, 2010a, p. 66; 2010b, p. 06). Com relação aos espaços e territórios marinhos, o autor relata que o entorno da ilha Vitória

[...] continua sendo objeto de atração de mergulhadores contemplativos e de caçadores submarinos. A implantação da APA Marinha do Litoral Norte delimitou pontos de mergulho, que devem ser acessados a partir do “Passaporte Azul”, que apresenta o arquipélago da Vitória como um atrativo para esta prática, apesar das constantes e recorrentes reclamações dos ilhéus.

A esta questão soma-se as viagens de pesca esportiva, um setor que se incrementa na última década, com locação de embarcações para grupos de pescadores amadores que se dirigem para áreas costeiras da ilha, entre outras áreas, com a finalidade de lazer (CARDOSO, 2010a, p. 80).

A forma de captura do pescado, seu tamanho e quantidade estão entre os principais impactos ocasionados pelo segmento do turismo de pesca na atividade da pesca artesanal exercida em muitas ilhas do país (CARDOSO, 2010a; CARDOSO,

2010b; DIEGUES, 1997; 2004; 1999; 2008). Diegues (2008) destaca que, na maioria dos casos, estes turistas abatem não só grandes quantidades de pescado, mas também aqueles com maior valor comercial, ocasionando grande queda na quantidade e na rentabilidade da atividade pesqueira tradicional. Isto ocorre, ainda segundo o autor, porque os turistas contam com uma gama de aparatos tecnológicos (a exemplos de GPS, sonda submarina e embarcações com grande autonomia) que tornam impossível para os pescadores artesanais uma competição justa (DIEGUES, 2008).

Os impactos negativos da introdução da atividade turística em ilhas brasileiras não se restringe apenas aqueles infringidos a pesca artesanal. Como observou Guerra (2010) na Ilha do Mosqueiro no Estado do Pará:

A superlotação das praias, o aumento dos níveis de violência, as mudanças na estrutura do emprego e da utilização de força de trabalho, a destruição e substituição da vegetação nativa por equipamentos modernos de habitação e divertimento são alguns dos aspectos das transformações recentes no ambiente insular. A intensidade do processo de ocupação expresso pela quantidade de construções obriga jovens e adultos a reinventarem formas de convivência, sobrevivência e sociabilidade nestas áreas (p. 158).

Na Ilha Grande, na Vila do Abraão, a maioria dos residentes acredita que o turismo gera acúmulo de lixo nas praias e cachoeiras (92%) e a quase totalidade dos entrevistados (96%) afirma que as trilhas são as mais afetadas pelo mesmo problema (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005). “A erosão também foi citado por 56% dos entrevistados, enquanto que 12% creem que o turismo não é responsável pelo desgaste das trilhas” (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005, p. 23). Na mesma Ilha durante uma Audiência Pública, realizada pelo Centro de Referência de Justiça Ambiental (Cereja), em 18/01/2002 foram expostos pelos moradores, entre outros problemas, a ausência de saneamento básico adequado e a privatização de algumas praias, como as do Abraãozinho e do Morcego e indefinição quanto à destinação do lixo (ARAÚJO; CARVALHO & SILVA, 2005).

Em Fernando de Noronha, segundo Souza (2007), a elevação do custo de vida foi apontado pelos ilhéus como um dos principais impactos trazidos pelo turismo. Este impacto é agravado devido à dependência dos moradores do Arquipélago do abastecimento vindo do continente, acentuada quando grande parte dos ilhéus deixaram de praticar a pesca artesanal, as hortas e o cultivo de animais e se dedicaram ao trabalho com o turismo (SOUZA, 2007).

A transformação no espaço físico das moradias sofreu forte efeito com o aumento da exploração do turismo, quando os moradores transformaram suas residências em hospedarias. O espaço familiar ficou relegado a um segundo plano, à medida que o local de moradia vai sendo cedido para os hóspedes (SOUZA, 2007, p. 88).

O relato de Souza (2007) serve para exemplificar um modelo onde o turismo é supervalorizado e passa a se constituir não como mais uma atividade econômica em um ambiente insular, mas como a principal responsável pela renda dos ilhéus. Exemplo idêntico é registrado por Lisboa (1997, p. 76) em Florianópolis: “[...] estamos vivendo o apogeu (ou melhor, vivemos uma ‘febre turística’) de um ciclo econômico marcado pela monocultura do turismo que, como os ciclos anteriores, desarticula e marginaliza a pequena produção independente”. “O turismo não resulta ser uma ‘indústria sem chaminés’, mas traz graves impactos que comprometem a sustentabilidade de Florianópolis. A fragilidade característica de todo ecossistema insular agrava a ruptura dos delicados ambientes locais” (LISBOA, 1997, p. 79). Calvente (1993, p. 124) também expõe o mesmo problema em Ilhabela onde, segundo a autora, o que se observa hoje:

[...] é uma administração totalmente voltada para a atividade turística, podendo-se comparar o momento atual com a fase da monocultura de café, ou mesmo com a fase da pesca comercial. Continua-se pensando no espaço como voltado para a única atividade, o que já se mostrou, historicamente, imprudente.

Como relata Silva (1997, p.177): “Há de se considerar que o espaço geográfico numa ilha é limitado, aumentando assim a necessidade de se diversificar as formas de sobrevivência. A finitude do espaço sobrevaloriza tudo o que existe em seu interior”. Portanto, entende-se que o turismo não deve ser a única atividade econômica em uma ilha, mas caso venha a ocorrer, que seja pautado por uma forma complementar as atividades tradicionais já existentes e

[...] nas quais os moradores se organizaram em associações cujos membros estabeleceram pousadas, organizaram não somente passeios a lugares de beleza natural como também mostram aos visitantes as atividades de fabricação da farinha, visita aos cercos de pesca, danças tradicionais, etc. Uma dessas experiências é do Marujá, bairro caiçara ao sul da Ilha do Cardoso em São Paulo (DIEGUES, 2004, p. 45).

Como relata Diegues (2004) à participação dos moradores locais também é importante na gestão da atividade turística. “Estudos atuais propõem um turismo no qual os moradores do local sejam os agentes principais, porém são necessárias ações de apoio que permitam a manutenção do território e a valorização social das culturas populares [...]” (CALVENTE; MARTINEZ; MADONADO & FUSCALDO, 2004, p. 271).

As tentativas de organização por parte dos ilhéus com o intuito de controlar e/ou se fazer presente nas decisões referentes à atividade turística ainda é recente nas ilhas do Brasil. Um destes exemplos ocorreu no ano de 2010, quando os moradores da ilha de Monte de Trigo tentaram construir uma Organização da Sociedade Civil – OSCIP, para viabilizar suas demandas (CARDOSO, 2010a). Dentre estas demandas estão:

[...] a discussão sobre a criação, ou não, de estruturas para receber turistas na ilha. Como em Vitória, pescadores esportistas e mergulhadores acabam concorrendo com os ilhéus pelo uso dos pesqueiros no entorno da ilha, acirrando a discussão sobre a conveniência de incentivar o turismo na localidade. Recentemente, surfistas frequentam o entorno da ilha, se deslocando até a proximidade do Monte de Trigo para pegar ondas em mar alto, provocando a revolta dos moradores pelo fato de contribuir para afastar o pescado das costeiras da ilha (CARDOSO, 2010a, p. 85).

Possivelmente, a contemporaneidade destas organizações deva-se a característica, observada por Diegues (1997), da quase total inexistência de liderança em todas as comunidades tradicionais das ilhas do país. Contudo, esta informação não pode ser corroborada, pois, este tema ainda carece de estudos no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Ilha dos Marinheiros: um estudo de caso

4.1.1 Antecedentes históricos

A Ilha dos Marinheiros está localizada no município de Rio Grande/RS, no estuário da Lagoa dos Patos próximo a sua foz com o oceano Atlântico. Seu principal acesso ocorre por meio da estrada municipal RG-250 que não possui pavimentação e tem seu início junto ao entroncamento da BR-392 com a BR-471. A Avenida Frederico Albuquerque é a única via no interior da Ilha, com 24,2 Km de extensão, a avenida é parcialmente revestida com saibro e circunda todo o território insular.

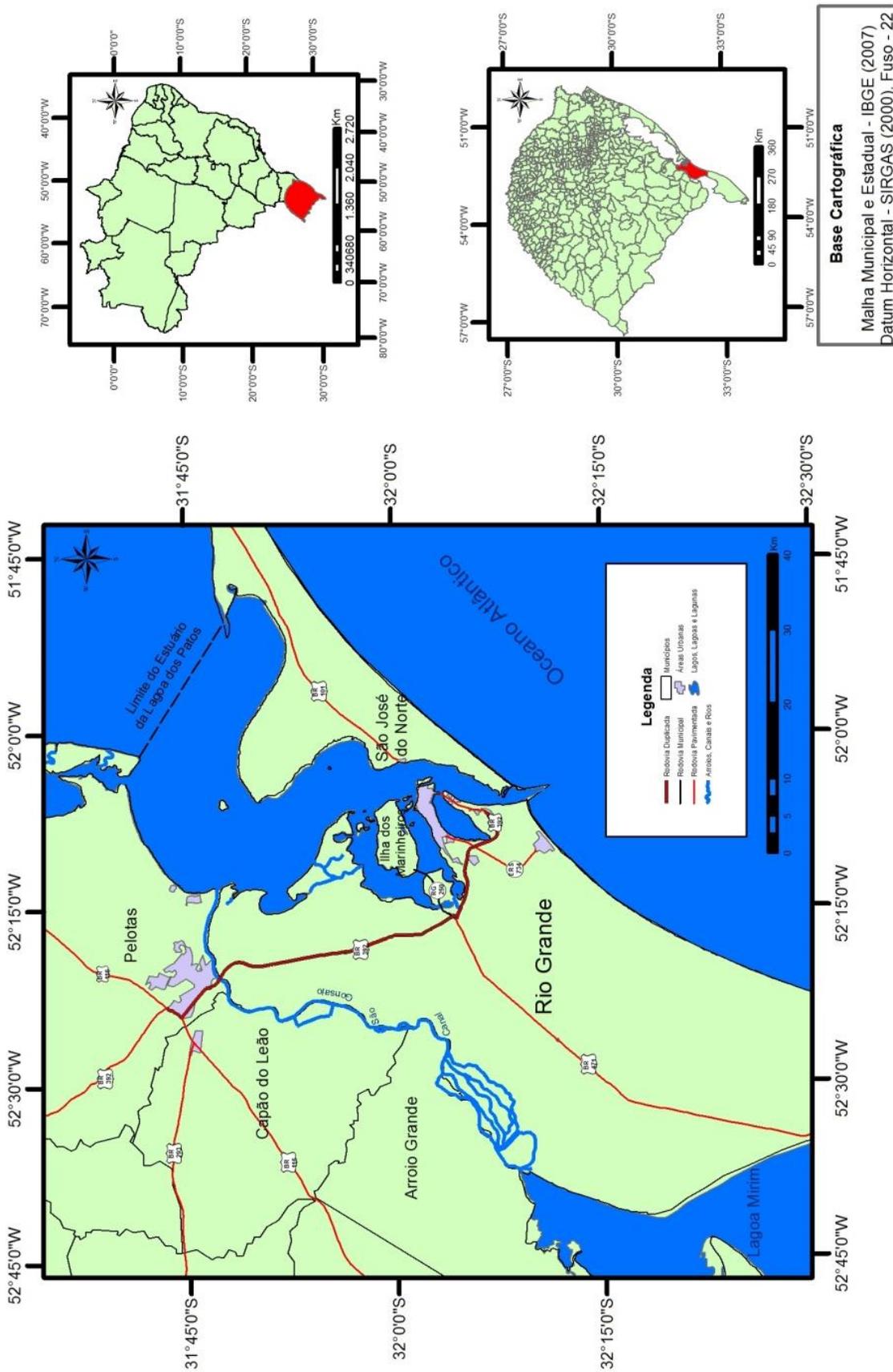


Figura 3 – Localização da Ilha dos Marinheiros.
 Fonte: o autor.

Apresentando uma superfície de 3.980 hectares, um comprimento de 10,5 Km (no sentido sudoeste-nordeste) e uma largura de 5,7 Km (no sentido noroeste-sudeste) a IM é a maior ilha do estado. A IM, junto com outras sete ilhas do estuário da Lagoa dos Patos, formam o Segundo Distrito do município de Rio Grande (Figura 4).

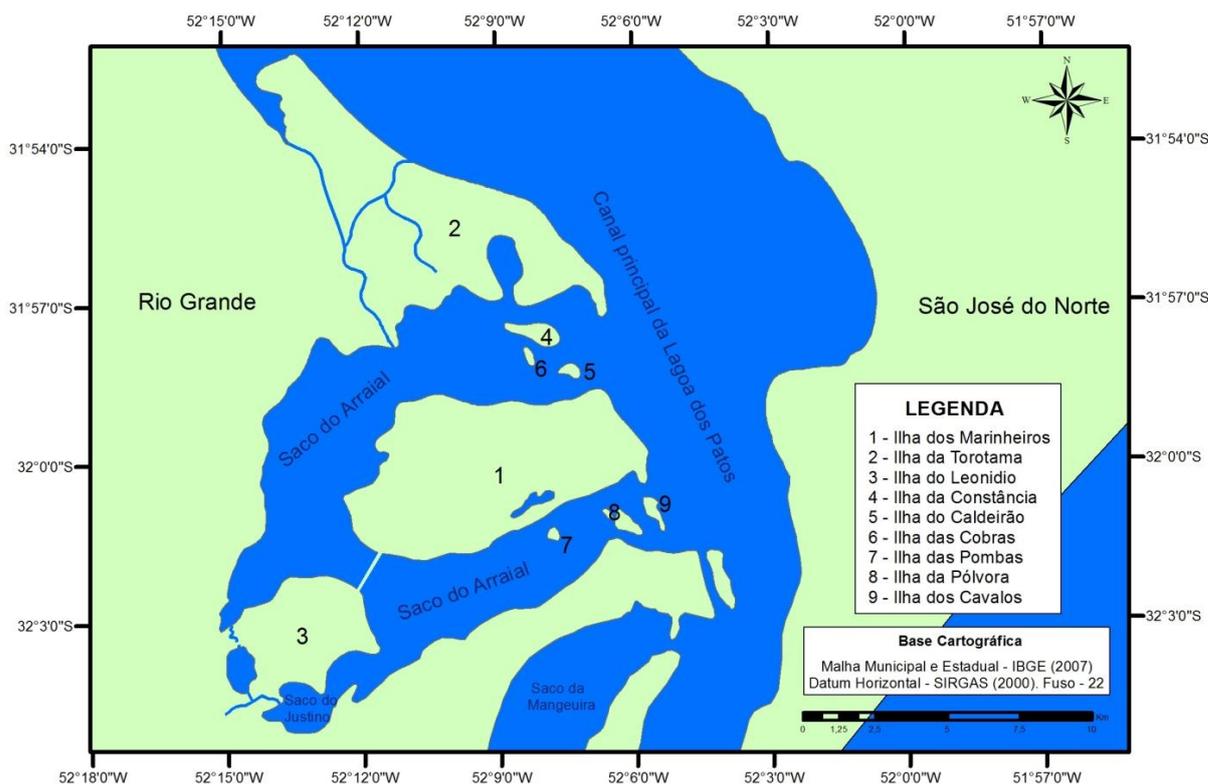


Figura 4 – Mapa das ilhas do município de Rio Grande.

Fonte: o autor

Segundo Rebouças (2003) ao compilar as considerações de Long & Paim (1987), a formação da Ilha dos Marinheiros, tem seu início há 2.500 anos. Neste período a Ilha encontrava-se unida ao município de São José do Norte. O fluxo lagunar se comportava com dinâmica semelhante à de um rio e seu canal principal escoava onde hoje se encontra o Saco do Arraial e a Ilha do Leonideo. O fluxo lagunar acabou por erodir os flancos côncavos dos meandros, depositando sedimentos nos flancos convexos o que ocasionou o rompimento do cordão arenoso, isolando a Ilha dos Marinheiros e formando o canal principal da Lagoa dos Patos.

A história da IM está, em grande parte, intrinsecamente ligada à ocupação do atual território do município de Rio Grande. Este último, por sua vez, tem sua história

vinculada à ocupação do território nacional pela coroa portuguesa e na consequente disputa com a coroa espanhola. Como expõe Martins (2006, p. 12): “Rio Grande contempla os grandes períodos da história econômica brasileira, especializando-se, não de forma direta, mas a partir de mediações, devido à forma particular como as determinações realizam-se no local”. O autor destaca também que os ciclos econômicos nacionais foram ajustados às particularidades locais o que constitui uma periodização particularizada (MARTINS, 2006).

Dependente das relações estabelecidas em diversas escalas do território – e, por consequência, com os ciclos da economia mundial, desde que se aceite a importância da mediação do Estado Nacional como instância política – Rio Grande assimila, de forma singular, os diferentes processos técnicos relativos aos períodos específicos da acumulação em escala nacional. Nascida enquanto ponto de defesa, Rio Grande forma sua primeira centralidade com a localização da igreja matriz entre a fortificação e o ancoradouro, constituindo o núcleo histórico inicial. Sua pequena economia local, arruinada pelos quatorze anos de domínio espanhol ainda no século XVIII, recuperou-se lentamente, dedicando-se cada vez mais às charqueadas e constituindo a cidade comercial cosmopolita do século seguinte. Essa acumulação inicial contou com a colaboração de migrantes portugueses, alemães, ingleses e italianos – muitos deles, futuros industriais – e podia ser contemplada nos belos casarões ecléticos que ocupavam as áreas próximas ao Porto Velho da cidade (MARTINS, 2006, p. 10).

Deste modo, ligada à dinâmica do município de Rio Grande e com base em Martins (2006), Ruivo (1994), Azevedo (2003), Ribeiro (1994) e Fantouro (1985) constatou-se que a história da Ilha dos Marinheiros passou cinco ciclos econômicos de grande importância, com atividades econômicas marcantes que definem estes ciclos e com períodos delimitáveis (Quadro 2). Contudo, pode ser verificado que, a ocorrência de um ciclo econômico, não extinguiu a(s) atividade(s) econômica(s) do ciclo econômico anterior, mas que, na maioria dos casos, estas atividades coexistiram com uma nova que, por sua vez, passou a ser mais importante economicamente para o período, como será detalhado a seguir.

Período	Ciclo econômico
Século I – 1736	Ocupação sazonal e extrativismo indígena
1737 – 1798	Incursões extrativistas portuguesas
1799 – 1829	Surgimento das moradias de segunda residência
1830 – 1944	Ascensão da agricultura
1945 – 2003	Crise da agricultura e recessão econômica
2004 – 2014	Ligação terrestre ao continente e surgimento do turismo

Quadro 2 – Ciclos econômicos da Ilha dos Marinheiros.

Fonte: Martins (2006), Ruivo (1994), Azevedo (2003), Ribeiro (1994) e Fantouro (1985).

O primeiro deles corresponde à presença nativa. Com base em registros arqueológicos encontrados na IM, Ruivo (1994) constatou a permanência de Minuanos nesta área por volta do século I d.C. “Os habitantes ancestrais da Ilha dos Marinheiros eram nômades. Não conheciam a ocupação permanente da terra, geralmente utilizando os recursos disponíveis na natureza por meio da pesca, caça, coleta, além do cultivo para consumo” (RUIVO, 1994, p. 148). Ribeiro (1994) destaca que estes grupos indígenas além de grandes pescadores eram também notáveis construtores de canoas. No que tange às práticas de pesca dos Minuanos, Ribeiro especifica que eles:

Pescavam com caniços de taquara, fios de algodão e anzóis de osso, e também com redes. Pescavam também com flechas e lanças especiais, em madeira farpada. Utilizavam outras técnicas para a apreensão de peixes. Uma delas é através de cestos cônicos que funcionavam como armadilhas, outras em represas, etc. Deviriam pescar tartarugas e coletar moluscos aquáticos (RIBEIRO, 1994, p. 16).

Para Ruivo (1994) era em virtude da pesca que eles se deslocavam principalmente no verão, do interior do estado para as margens da Lagoa dos Patos e a Ilha dos Marinheiros. O autor expõe ainda que “existem vestígios arqueológicos da presença de outros grupos no município de Rio Grande, como os Charrua e Tupi-guarani, mas não obtivemos informações sobre a presença deles na Ilha dos Marinheiros” (RUIVO, 1994, p. 148).

Como pôde ser analisada a presença humana na Ilha dos Marinheiros é quase tão antiga quanto o surgimento da própria Ilha. Contudo, esses grupos indígenas não fixavam moradias permanentes na área em estudo, dedicando-se a pesca, coletas e a construção de canoas com as árvores ali existentes e em períodos sazonais. Estes fatos permitem caracterizar o primeiro ciclo econômico da IM como um ciclo de ocupação sazonal e extrativista realizado pelos indígenas, o que – com exceção de alguns registros arqueológicos – deixou poucas marcas e registros na paisagem e na cultura da Ilha.

No entanto, tal fato, sofre uma mudança repentina com a chegada dos colonizadores portugueses. “A cidade do Rio Grande foi o primeiro marco lusitano deixado nas terras rio-grandenses, representado pela fortificação Jesus-Maria-José, cuja fundação data de 19 de fevereiro de 1737, e que serviu como ponto inicial do traçado urbano” (MARTINS, 2006, p. 63). Com o desembarque a mando da coroa

portuguesa, da armada do Brigadeiro José da Silva Paes na atual cidade de Rio Grande, a Ilha passa a sofrer significativas mudanças em sua paisagem. Deste período em diante a Ilha torna-se responsável por abastecer com madeira para a construção de fortificações e principalmente com água potável os primeiros colonizadores que se instalaram no continente (AZEVEDO, 2003).

É devido às incursões dos marinheiros da armada de Silva Paes para obtenção de madeira que a Ilha recebe o nome de “Ilha do Marinheyro”, no entanto, segundo Azevedo (2003) existe registros históricos de que poucas décadas depois da chegada dos portugueses já era atribuído a Ilha o seu nome atual. É também a estas incursões que se distingue o segundo ciclo econômico da IM, um ciclo caracterizado pela extração da madeira e coleta de água que foram, segundo Ruivo (1994), vitais para o sucesso da colonização portuguesa no estado do Rio Grande do Sul.

No ano de 1739, Ribeiro Coutinho, então comandante do Forte Jusus-Maria-José, dividiu: “a Ilha em três sesmarias, a porção sul-este, fronteira à cidade, permaneceria com o mencionado Capitão Antônio dos Anjos. Os outros dois sesmeiros foram Antônio de Araújo Vilella e Antônio Gonçalves Pereira de Faria. Segundo Décio Neves” (RUIVO, 1994, p. 151). “O intuito do Comandante Ribeiro Coutinho era conter a depredação dos matos da Ilha, visto que o consumo extinguiu os mesmos no continente, próximo à concentração humana” (RUIVO, 1994, p. 151).

Em 1742 a Ilha é considerada inóspita pelos colonizadores que nela condenaram a permanecer por três meses o sargento que liderou um motim no forte (RUIVO, 1994). Em 1744 é registrado uma nova doação da IM a Marçal da Silva Veiga, o que para Ruivo (1994) e Azevedo (2003) indica que, efetivamente, não ocorreu a ocupação dessa terra por parte dos três sesmeiros anteriores. Os autores afirmam que Marçal também não toma posse de sua sesmaria.

Fontoura relata que no ano de 1763 que das poucas cacimbas existentes no continente brotavam águas salobras e “os moradores mais abastados ou de mais fino gosto, mandam buscal-a de um manancial que brota na fronteira ilhá chamada dos Marinheiros, donde tambem se fornecem alguma lenha” (1985, p. 28). O autor relata também que a água e a madeira “se iam buscar na Ilha dos Marinheiros, com muita morosidade pela falta de embarcações” (FONTOURA, 1985, p. 28). Azevedo (2003) registra que, neste período, “para transportar a madeira e a água utilizavam a

falua, embarcação de boca aberta, proa e popa afilada, com dois mastros e velas triangulares” (p. 36).

É, principalmente, em função da massificação desta forma de utilização que Bettamio – o então presidente da câmara municipal de vereadores – declara no ano de 1780 a IM “como local cujas terras serão de uso público, disponíveis tanto à Fazenda Real como aos moradores, no que se refere à utilização da madeira e da macega e também da água” (RUIVO, 1994, p. 153).

Com relação à primeira providência, Bettamio recomenda que se evite a exploração desregrada da madeira existente na Ilha, pois muito se avançou sobre a mata, exigindo extensa penetração interior. Propõe o plantio de árvores em quintais e pântanos junto à vila. E sobre as cacimbas, recomendou que a Câmara daquele período procurasse facilitar a vida da população, que se deslocava muito longe para obter água, ao que sugeriu a manutenção da limpeza de algumas cacimbas, que seriam tornadas públicas, servindo de fonte com bicas e tanque para que o povo lavasse a roupa (RUIVO, 1994, p. 153).

A ocupação de maneira efetiva da Ilha se dá somente no final do século XVIII quando, segundo Azevedo (2003), em 1799 se instala José de Souza Rey. Este português de apenas 17 anos manda construir um trapiche em frente a sua chácara que passa a ser chamado pelos locais de Porto do Rey, ele também ordena a abertura de uma passagem de uso público em sua propriedade que passa a ser chamada de Rua do Rey (AZEVEDO, 2003). Aqui se registra a primeira construção de uma casa de segunda residência na IM, uma vez que, com base em Azevedo (2003) José de Souza Rey era comerciante no continente e ocupava a casa em finais de semana. É também neste período (final do século XVIII e início do XIX) no qual:

Rio Grande acabou incorporando um cosmopolitismo característico de cidades portuárias, mas improvável, tratando-se de uma cidade no extremo sul do Brasil e os interesses mercantilistas que moviam a colonização portuguesa no país. Essa abertura da economia regional com acréscimos nas importações e exportações será dada pelo enriquecimento propiciado pela produção do charque nas terras rio-grandenses. Rio Grande, como único porto marítimo do Estado, teria melhores condições de exportar essa produção, além do mais era por esse porto que entrava a maior parte dos produtos manufaturados e que seriam consumidos em quase todo o território que hoje é o Rio Grande do Sul (MARTINS, 2006, p. 74).

Foi no decorrer desse período de ascensão econômica devido ao comércio portuário internacional – principalmente após o Decreto de Abertura dos Portos às

Nações Amigas, promulgado pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, no dia 28 de Janeiro de 1808 – que Rio Grande passa a ser moradia de muitos comerciantes e representantes diplomáticos de diferentes países da Europa (MARTINS, 2006). São, especialmente, estes estrangeiros, que expandem de forma significativa as moradias de segunda residência na Ilha dos Marinheiros. A construção dessas moradias – assim como relatou Marques (2010) sobre a Ilha do Mosqueiro em Belém/PR em meados do século XX – expressa um hábito característico dos países de origem destes estrangeiros que, neste período, procuravam lugares pitorescos, exóticos e sadios nas proximidades de suas cidades para desfrutar de lazer nos fins de semana.

Essa cultura trazida pelos europeus irá marcar a paisagem da Ilha pelo incremento – em um período muito curto de tempo – de uma infraestrutura urbana até então inexistente no local com a presença de muitos casarões com características arquitetônicas típicas dos países de origem de seus construtores que, em grande parte permanecem até hoje. É em virtude do legado arquitetônico construído neste período que se caracteriza o terceiro ciclo econômico da Ilha dos Marinheiros. Contudo, o estabelecimento das moradias de segunda residência na IM neste período não se dá somente devido ao lazer, como expõe Azevedo (2003) os estrangeiros abastados lá se estabeleciam devido ao acesso a água potável do interior da ilha que tinha uma qualidade muito superior a do continente.

Em 1820 o naturalista francês Saint-Hilaire faz um importante registro do uso dos recursos da ilha: “Há, de fato, na ilha dos Marinheiros alguma lenha, mas reservada ao consumo do hospital, ao corpo de guarda e a pobres, a quem se permite ir ali cortá-la” (SAINT-HILAIRE, 2002, p. 107). O registro de Saint-Hilaire expõe que, mesmo que este período seja marcado pelo ciclo econômico das segundas residências, a Ilha ainda tem um importante papel no fornecimento de madeira para o continente.

Em 1833 as matas da Ilha dos Marinheiros ainda ocupavam uma expressiva área, a ponto de seu interior servir de esconderijo por mais de uma década para escravos fugitivos. O Quilombo do Negro Lucas – assim denominado devido ao seu líder – contava com dezesseis pessoas que resistiram a diversas tentativas de capturas das autoridades locais, até que em uma destas tentativas, o filho de um delegado foi morto (RUIVO, 1985). Este fato motivou uma expedição da Guarda Nacional que após doze dias de buscas no interior das matas da Ilha, chegaram por

meio de uma denúncia ao esconderijo dos quilombolas (RUIVO, 1985). A ação da Guarda Nacional resultou na morte do Negro Lucas e mais cinco de seu grupo, enquanto as demais conseguiram fugir (AZEVEDO, 2003).

Ruivo (1985) expõe que na terceira década do século XIX a IM possuía algumas chácaras que produziam hortaliças e legumes em abundância e a presença de algumas famílias de pescadores que, se dedicavam também, a uma pequena criação de gado. Foi também na década de 1830 que ocorreu outro fato de grande importância para a Ilha. Nesta data, foram enviadas pelo Marquês de Lisboa, que estava na cidade de Washington, as primeiras mudas de parreiras para seu amigo inglês Thomas Messiter³ que morava em Rio Grande e possuía terras na Ilha dos Marinheiros (AZEVEDO, 2003).

Inicialmente o vinho produzido na Ilha dos Marinheiros era consumido pelas famílias, depois estendeu-se ao mercado do Rio Grande e mais tarde para exportação. Cada propriedade produzia 10 pipas de vinho. As pessoas da casa, inclusive os empregados, tomavam vinho em todas as ocasiões e até quando sentiam sede. A produção era tanta que quando se produzia vinho de uma nova safra, às vezes era necessário jogar vinho fora para desocupar as pipas para o vinho da nova colheita. As vezes isso era feito nos canais de irrigação e o vinho tingia a água da Lagoa dos Patos (AZEVEDO, 2003, p. 62).

A uva e o vinho se tornarão os principais produtos produzidos na IM e serão exportados até para cidade do Rio de Janeiro (AZEVEDO, 2003). Todavia, estes não serão os únicos artigos produzidos na IM neste período. Outras bebidas originárias da uva serão produzidas a exemplos: da aguapé, da graspa e da jurupiga. Esta última, segundo Azevedo (2003), é uma bebida criada na Ilha dos Marinhos após uma tentativa dos colonos portugueses de produzir Vinho do Porto com as uvas cultivadas no local. A autora expõe que para obter uma boa jurupiga usa-se de preferência a uva branca, para que a bebida fique mais clara e mais dourada que “para um barril de 100 litros, 80% de suco e 20% de álcool. Com essa porcentagem obtém-se uma jurupiga com paladar mais doce e mais calmo. Não se utiliza açúcar” (AZEVEDO, 2003, p. 66).

A aguapé é um subproduto do vinho e era “obtida por ação da água sobre os bagaços não-prensados. É um vinho mais fraco. Na ilha, era obtida em 100 litros de suco, 20 litros de água e um litro de álcool. Esse vinho era mais consumido pelas

³ Thomas Messiter também era proprietário da Ilha da Pólvora e construiu a casa onde hoje se localiza o Ecomuseu da Ilha da Pólvora (AZEVEDO, 2003).

crianças e às vezes pelos empregados” (AZEVEDO, 2003, p. 71). Enquanto a graspa produzida na IM “era classificada em três níveis. A mais forte era possível jogar para o alto e ela evaporar completamente. A segunda e a terceira eram mais fracas. A bebida era produzida em alambiques particulares” (AZEVEDO, 2003, p. 71).

Contudo, a uva e as bebidas provenientes dela não eram os únicos gêneros produzidos na IM. Neste período foi marcado também de diferentes flores e frutas. Segundo Azevedo (2003) a partir de meados do século XIX:

A produção de frutas na Ilha era tão significativa que até a decoração das residências eram colocados motivos relacionados com a produção. Os rodapés e as paredes eram decoradas com cachos de uvas, folhas de parreiras, flores e outros frutos como pêssego e peras (p. 72).

A autora expõe que neste período era costume na Ilha dos Marinheiros dar às variedades cultivadas o nome de quem as cultivava. “Exemplo: pêssego Rachadela, cultivado pela família Rachadela. Uva Carriça, cultivada pelo velho Curriço. Feijão Martins, cultivado por António Martins. Pêssego Diamantino, cultivado pelo senhor Diamantino e assim por diante” (AZEVEDO, 2003, p. 115).

Outro produto significativo na economia da IM no século XIX eram as flores: “Cada chácara preparava de 1.000 a 3.000 buquês, nos Finados ou nas datas mais importantes. Em média 50 mil buquês eram comercializados” (AZEVEDO, 2003, p. 78). “Os galpões ficavam repletos de balaios de flores. O chão dos galpões era forrado com macega e as mulheres trabalhavam sentadas no chão” (AZEVEDO, 2003, p. 78).

Assim que ficavam prontos, os buquês eram arrumados nos balaios e cuidadosamente molhados com regador. Logo depois eram cobertos com sacos de aniagem para que não pegassem vento e sol ao atravessar o mar, quando eram trazidos para o mercado do Rio Grande (AZEVEDO, 2003, p. 79).

A fase posterior à terceira década do século XIX para a Ilha dos Marinheiros é marcada por um processo acelerado de crescimento econômico amparado pela agricultura diversificada, cultivada por escravos de origem africana e colonos portugueses (AZEVEDO, 2003; RUIVO, 1985; MARTINS, 2006). Esta produção agrícola tinha como principal destino abastecer o comércio local de Rio Grande em um período assinalado pela monocultura da pecuária desenvolvida no pampa

gaúcho e o comércio do charque que era exportado pelo porto da cidade (AZEVEDO, 2003; RUIVO, 1985; MARTINS, 2006). Este período é distinguido também pelo uso da Ilha como um espaço de lazer nos finais de semana, desfrutado nos casarões das chácaras construídas pela elite formada por comerciantes – em grande parte de estrangeiros – que residiam no continente.

O caso mais emblemático verificado no atual município referente a imigrantes estrangeiros no trabalho agrícola se refere a colonização portuguesa: parte dela se instalaria na Ilha dos Marinheiros e formaria aquela que foi durante muito tempo a principal área agrícola no município, ao abastecer de hortifrutigranjeiros tanto o consumo da área urbana como parte da indústria de alimentos em conserva que surgiria posteriormente (MARTINS, 2006, p. 81).

Como relata Azevedo (2003) uma prova do destaque adquirido pela Ilha nesta fase é marcada pela visita, em 18 de novembro de 1845 por uma comitiva liderada pelo Imperador D. Pedro II. O qual segundo a autora:

[...] manifestara o desejo de conhecer a ilha de perto. Até então o imperador não havia saído dos limites da cidade. A visita começou com salvas de artilharia no edifício da Câmara do Comércio, que havia sido fundada há um ano, no local denominado praça do Comércio.

D. Pedro e D. Teresa Cristina foram recepcionados na casa de veraneio da família do vereador João de Miranda Ribeiro. Foram obsequiados com saborosas iguarias e jantaram nas primeiras horas da tarde. Os anfitriões reservaram 42 cavalos para que a visita se estende-se às chácaras mais próximas. Retornaram à cidade às 18 horas.

Acompanhando a comitiva, entre outros, o Presidente da Província, o general Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias; o Ministro do Império, Antônio de Paula e Holanda Cavalcante de Albuquerque, Visconde de Albuquerque, e ainda o Chefe-de-esquadra, John Pascoe Greenfell, um dos mais destacados comandantes ingleses contratados pelo Império do Brasil (AZEVEDO, 2003, p. 44).



Figura 5 – Ruínas da casa do vereador João de Miranda Ribeiro visitada pela comitiva de D. Pedro II em 18 de novembro de 1845.

Fonte: o autor.

Ruivo (1985) também salienta que, de forma acelerada, a Ilha dos Marinheiros vinha adquirindo cada vez maior expressão neste período.

É o que podemos concluir, pois, como resultado de um persistente debate, que durou dez anos, de 1849 a 1959, que partiu da Câmara Municipal a proposta de uma comissão de estudos e elaboração de uma planta destinada a orientar a construção de uma ponte levadiça, unindo a cidade do Rio Grande à Ilha dos Marinheiros (RUIVO, 1985, p. 157).

Azevedo (2003) detalha que em 30 de setembro de 1853 os vereadores Antônio Bonone Martins do Carmo e José Luiz de Mesquita indicam que a Câmara em virtude da Lei Provincial nº. 252, de 25 de Novembro de 1852, passe a pedir autorização ao Intendente da Província para promover a organização de uma empresa construtora de uma ponte entre a cidade e a Ilha dos Marinheiros. “Em 14 de Outubro de 1853, a Câmara recebe o ofício nº. 28, de 8 do mesmo mês, do Intendente da Província, que aprova a proposta da Câmara para a construção da ponte” (AZEVEDO, 2003. P. 45). Este é o primeiro registro de uma tentativa de ligação a seco da IM ao continente e que não foi realizada assim como:

Em 23 de fevereiro de 1861, quando o capitão Nabor Delfin Pereira pediu à Câmara Municipal que fosse encaminhada com informação ao Intendente da Província sua proposta para a construção de uma ponte para a Ilha dos Marinheiros, tentativa essa que também não foi concretizada (AZEVEDO, 2003. P. 45).

Mesmo em um período marcado pela ascensão e intensificação da agricultura que determinará o quarto ciclo econômico da história deste ambiente insular, alguns recursos que tiveram grande importância nos ciclos anteriores ainda mantêm significativa relevância nesse momento. Como relata Ruivo (1985, p. 159):

A água proveniente da Ilha dos Marinheiros é tão significativa que originou a formação de uma empresa de fornecimento. Esta armazenava a mencionada água e oportunamente a redistribuiu. Assim concluímos, a partir da notícia “Água da Ilha”, publicada no jornal Echo do Sul, de 9 de outubro de 1868, onde é feita uma crítica negativa com relação aos depósitos de água do distribuidor, que prejudicam a qualidade do produto.

Nos últimos anos da década de 1880 três acontecimentos irão marcar a história da Ilha dos Marinheiros. O primeiro é a promulgação da Lei Áurea (Lei Imperial nº 3.353), sancionada em 13 de maio de 1888. Para Azevedo (2003) com a extinção da escravidão no Brasil, os escravos que representavam uma mão de obra

importante nos diversos cultivos da IM naquele período migram para o continente em busca de trabalho remunerado.

O segundo acontecimento ocorre, com base em Pesavento (1988) devido à acumulação de capitais provinda pela pecuária e seu principal produto, o charque, no decorrer de século XIX. A autora expõe que surge no Rio Grande do Sul, com grande expressão em Rio Grande as primeiras indústrias baseadas, principalmente, na manufatura dos produtos agropecuários da região. Martins (2006) salienta o caso de Francisco Marques Leal Pancada que:

Juntamente com outros sócios, fundou em 1889, na cidade do Rio Grande, a Leal Santos & Companhia. Esta era a filial de uma empresa portuguesa que beneficiava alimentos em conserva e posteriormente produziria biscoitos no Brasil. A fábrica empregava 600 operários no ano de 1916. Os alimentos em conserva eram oriundos da própria região de Rio Grande: legumes e frutas – fornecidos pelos produtores rurais da Ilha dos Marinheiros – e o pescado, outrora abundante na região (MARTINS, 2006, p. 81).

Em 26 de janeiro de 1890 ocorre o terceiro acontecimento que irá marcar a história e a cultura da Ilha dos Marinheiros. Nesta data, é inaugurado o Balneário Cassino, localizado junto à orla do oceano Atlântico, distante 25 km do centro da cidade de Rio Grande e que contava com um bonde elétrico para percorrer este trajeto.

O Cassino surge quando ainda não existiam balneários na costa oceânica do Brasil. Os governantes da Província de São Pedro, conselheiro Tritão de Alencar Araripe e seu sucessor, Rodrigo de Azambuja Vilanova, ficaram entusiasmados com a fama conquistada pelos balneários europeus de Dieppe Deauville e Biarritz, que além de banhos e passeios à beira mar nas temporadas de férias, ainda eram consideradas excelentes estações de cura e queriam proporcionar algo semelhante nas terras gaúchas (MARTINS, 2006). Por isso, concordaram com a ideia, pioneira no País, de Candido Siqueira e seus companheiros de criar uma estação exclusivamente balneária na costa do Rio Grande (MARTINS, 2006). Este empreendimento turístico, produto de uma nova cultura de valorização das praias litorâneas que se instala em Rio Grande, culminou, segundo Azevedo (2003), em um processo de abandono das moradias de segunda residência que a elite comercial da cidade mantinha na Ilha dos Marinheiros e a migração dos mesmos para o novo balneário.

É, portanto, a partir deste período (1888 a 1890) que passa a surgir na IM uma cultura tipicamente ilhéu, de clara descendência lusitana e pautada, principalmente, por uma forte crença católica e de rotina agrícola. Os produtos oriundos da agricultura na Ilha sustentaram e atraíram novos colonos portugueses nas primeiras décadas do século XX. Azevedo relata que “o porto que recebeu maior número de imigrantes portugueses foi o de Rio Grande, seguido do porto do Rio de Janeiro, de Pelotas e de Santos” (2003, p. 30). São estas levas de imigrantes que segundo a autora, transformaram a paisagem da Ilha e criaram uma cultura que se diferencia a do continente.

A partir de 1920 o vinho, principal produto comercializado pelos agricultores da Ilha, passa a sofrer concorrência com os produtos oriundos da Serra Gaúcha (AZEVEDO, 2003). “Apesar de ser a mais antiga produtora de vinhos, sua forma de produção era primária, sem nenhuma técnica especial” (AZEVEDO, 2003, p. 47). Contudo, os demais produtos agrícolas, comercializados para as indústrias de conserva de alimentos da cidade de Rio Grande abrandam os prejuízos desta concorrência.

Em 1940 a IM atinge número de 7.200 habitantes, o maior de sua história (Quadro 3). Segundo Azevedo (2003) baseada em relatos dos ilhéus, esta população chega à marca de 9.800 pessoas até 1945.

Data	Habitantes
1776	1.500
1858	961
1863	1.051
1885	1.500
1911	1.935
1940	7.200
1974	2.725
1980	1.690
1988	1.500
1991	1.377
1993	1.102
1996	1.092
2001	1.323
2010	1.119

Quadro 3 – Dados populacionais da Ilha dos Marinheiros
 Fonte: RUIVO (1994), AZEVEDO (2003), FANTOURA (1985), e IBGE (2010).

O mês de maio de 1941 é marcado por uma enchente de grandes proporções, que atinge todas as cidades situadas às margens da Lagoa dos Patos, causando significativos prejuízos (TORRES, 2011). Rio Grande é uma das cidades que contabilizaram prejuízos em decorrência desta enchente e na Ilha dos Marinheiros todas as lavouras são perdidas, tornando para alguns ilhéus a continuidade da atividade agrícola insustentável (AZEVEDO, 2003; TORRES, 2011; MARTINS, 2006).

A agricultura da Ilha, que atravessava uma fase difícil, sofre outro grande revés em 1945, quando uma praga atinge e extingue as videiras. “Segundo os ilhéus, a praga atacou não só as videiras, mas também árvores frutíferas e outras plantas” (AZEVEDO, 2003, p. 47). Após 1945 a IM passa a viver um período de recessão econômica e o consequente êxodo dos ilhéus para o continente em busca de melhores condições de vida (AZEVEDO, 2003).

Moura ao resumir as palavras de Ávila (1995) destaca que na segunda metade do século XX “mais um infausto se abate sobre a economia da ilha provocando frequentes abandonos do meio rural: o monopólio dos produtos da CEASA de Porto Alegre e da CEAGESP de São Paulo nas feiras semanais e nos supermercados da cidade” (2009, p. 48). Martins acrescenta ainda que:

No início da segunda metade do século XX ocorreu a desaceleração do primeiro período industrial da cidade do Rio Grande, com o término das atividades produtivas em várias grandes empresas, como as indústrias têxteis, os frigoríficos, a fábrica de charutos e outras. Tais fatos desencadeiam uma crise no âmbito local e diminuição na oferta de trabalho, o que conseqüentemente, afetou o município. Isso pode ser verificado na diminuição de mão-de-obra industrial entre as décadas de 1940 e 1960 e no crescimento negativo durante esse período (2006, p. 178).

Essa crise, segundo Martins (2006) só não tomou maiores dimensões devido à ampliação do parque industrial pesqueiro na cidade de Rio Grande que absorveu boa parte dessa mão de obra. Neste período, a pesca também passa a se tornar a atividade mais importante na Ilha.

Internamente, durante todo o processo de declínio econômico da Ilha dos Marinheiros, sobrevêm dois processos: um intenso movimento migratório para as comunidades mais próximas a cidade cujas terras são abandonadas ou vendidas por baixos preços pelos grandes proprietários que emigram para a cidade e a especialização de pescadores-agricultores e de alguns agricultores (‘chacreiros’) na atividade pesqueira, ou seja, passa a surgir na

ilha, em grande quantidade, a categoria de pescador artesanal (MOURA, 2009, p. 49).

Pode-se, portanto atribuir, com base nos registros de Moura (2009), Azevedo (2003) e Martins (2006) a crise da agricultura e o conseqüente declínio econômico gerado por ela, o processo de abandono e de migração dos moradores da IM para o continente neste período. Desta forma, pode-se considerar, com base nestes autores que, na fase que segue, após o ano de 1945, a Ilha passa por um período de relativo “isolamento”. Nesta fase, tornou-se “muito comum na ilha o casamento entre primos, como na família Rodrigues Pinto” (AZEVEDO, 2003, p. 113). É, em grande parte, é a este “isolamento” que se deve a formação das comunidades existentes até os dias atuais no interior da IM (AZEVEDO, 2003; MOURA, 2009; RUIVO, 1994). Para Ruivo no município de Rio Grande:

A Ilha dos Marinheiros é um dos redutos onde se encontram valores remanescentes da cultura portuguesa continental, que colonizou a Ilha a partir do final da primeira metade do século passado. Essa preservação parece não só expressar-se inteiramente na Ilha e nas comunidades lá estabelecidas, mas também se manifesta através de práticas relativas à demarcação de sua identidade local, o que lhes dá unidade e representação político-econômica (1994, p. 147).

4.1.2 Distinções espaciais da Ilha dos Marinheiros

Cada uma das comunidades da IM teve sua formação e ocupação de forma singular. É, sobretudo, devido à religiosidade que se delimitaram seus territórios apresentando até os dias de hoje “três comunidades católicas bem distintas: a Comunidade de Nossa Senhora da Saúde, que fica nos Fundos da Ilha; a Comunidade São João Batista, localizada no Porto do Rey, e a Comunidade Santa Cruz, na Marambaia” (AZEVEDO, 2003, p. 84).

A comunidade Porto Rei tem sua delimitação ligada à religiosidade e a crença dos seus moradores. De forma que todos aqueles que são católicos e devotos de São João Batista e frequentam a capela que leva o nome deste santo, são considerados como pertencentes desta comunidade. Assim como nas outras comunidades da Ilha, os limites da Porto Rei são bem claros para os seus moradores, como pode ser observado no trecho da entrevista a seguir:

Elas se dividem por causa das comunidades religiosas. Tem a Comunidade São João que é essa aqui da Porto Rei, tem a Comunidade da Santa Cruz que é a da Marambaia e a Comunidade Nossa Senhora da Saúde que é a dos Fundos da Ilha. O Porto Rei termina ali no Posto de saúde, depois é Marambaia e começa ali, um pouco prá cá do Abílio, aquele ali que planta moranguinho sabe? (Agricultora de 44 anos e moradora da Comunidade Porto Rei).

Azevedo (2003) destaca que a festa em homenagem a São João Batista é a maior da comunidade Porto Rei. Segundo a autora, no passado esta festa era iluminada por fogos de artifícios trazidos por navios alemães, atualmente ainda há a presença de fogos no decorrer da procissão ocorrida durante o dia.

Segundo Azevedo (2003) e Gibbon (2006) outra grande festividade realizada na Ilha dos Marinheiros é em homenagem a Nossa Senhora de Fátima. Esta festa ocorre na localidade dos Fundos da Ilha. Nesta ocasião, assim como na festa em homenagem a João Batista segundo as palavras de Azevedo (2003, p. 92):

Estas festas iniciam-se no sábado pela manhã com o hasteamento das bandeiras brasileira e portuguesa e com os respectivos hinos. Ao meio-dia há almoço e a noite o baile. No domingo a festa continua com banda típica tocando na rua e no salão, ao meio-dia o almoço, à tarde procissão e no final da tarde o arreamento das bandeiras, finalizando a festa. Quanto à comida são servidos pratos típicos da gastronomia portuguesa.

As festividades de Nossa Senhora de Fátima e de São João Batista contam com um adereço que as diferenciam das demais ocorridas na Ilha dos Marinheiros, como também de todas as outras festas de tradição lusitana no país (AZEVEDO, 2003; GIBBON, 2006). O adereço em questão são os Arcos Ornamentais que, segundo Gibbon (2006, p. 06) são

[...] indispensáveis nas festas religiosas por conterem uma grande significação dentro de um contexto religioso, sendo o início e término da caminhada em procissão com a Imagem da Santa Padroeira. Trata-se de uma estrutura confeccionada em madeira, enfeitado com papéis de seda colorido. As cores utilizadas variam de uma comunidade para outra, tendo cada uma delas, cores específicas e permanentes, ou seja, cada comunidade festeira da Ilha utiliza determinadas cores para a confecção de seus arcos, e estas permanecem mesmo com a construção de um arco novo, caso necessário, devido os desgastes do uso.

Portanto, da mesma forma que a comunidade Porto Rei, a comunidade dos Fundos da Ilha também tem sua delimitação ligada à religiosidade e a crença dos

seus moradores. Deste modo, todos os moradores dos arredores da Capela de Nossa Senhora da Saúde e frequentadores das liturgias deste templo são considerados integrantes da comunidade dos Fundos da Ilha. Para Moura (2009) a persistência em manter a agricultura e a não adesão à atividade pesqueira por parte dos moradores desta comunidade no período posterior a 1945, culminou no quase desaparecimento da mesma.

A comunidade Bandeirinhas possui uma formação peculiar. Com uma área localizada entre as comunidades Porto Rei e Fundos da Ilha, a Bandeirinhas se desenvolve como uma zona “tampão” entre estas outras duas comunidades de forte tradição católica.

A comunidade Bandeirinhas possui uma população concentrada de forma nuclear, apresentando grandes áreas despovoadas entre este núcleo e o território das comunidades vizinhas. Os moradores desta comunidade, em sua maioria, não fazem parte de nenhuma das congregações católicas que formam as demais. É este fato, agregado a sua forma nuclear de habitação e a autoidentificação dos seus residentes como integrantes da Bandeirinhas que atribuem a esta o caráter de comunidade.

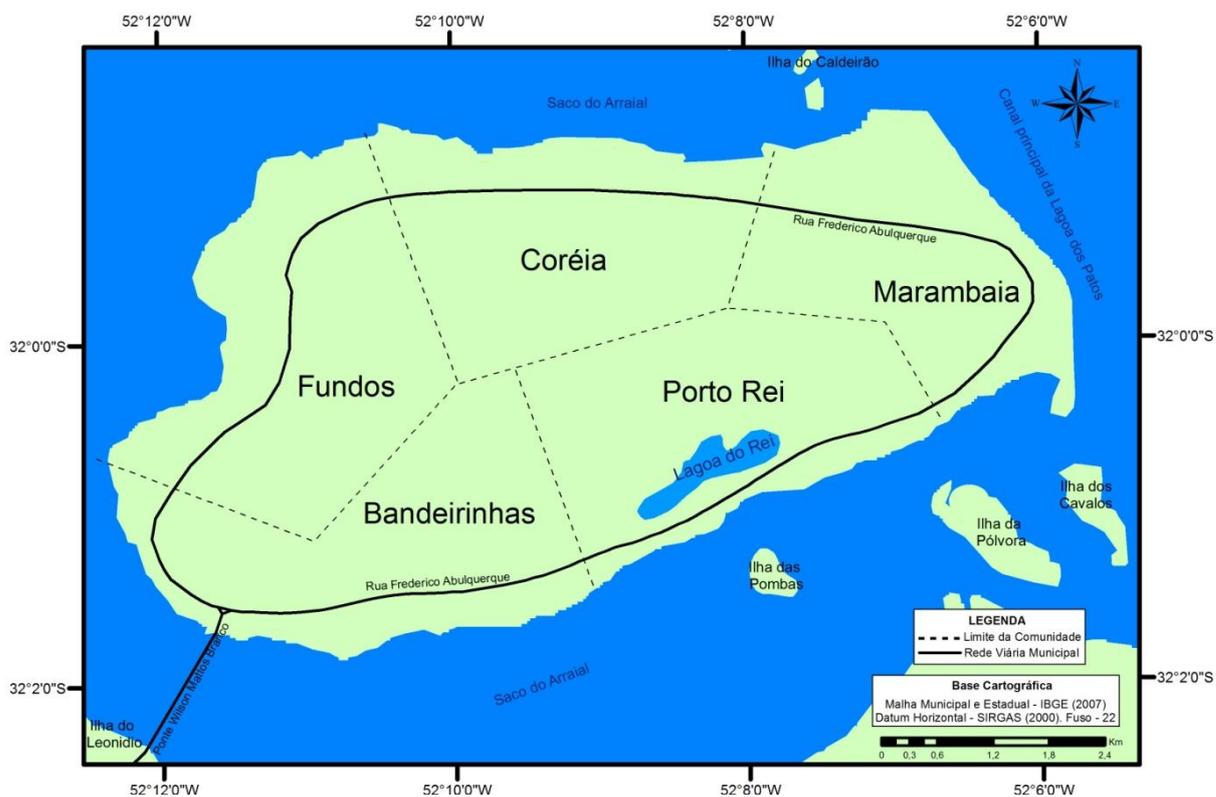


Figura 6 – As comunidades da Ilha dos Marinheiros.

Fonte: o autor.

Outro fator de delimitação das comunidades foi à especialização em determinada atividade (pesca e/ou agricultura). No caso da comunidade da Coréia, sua formação está associada ao momento de declínio econômico ocorrido na Ilha na segunda metade da década de 1940. No espaço localizado entre os Fundos da Ilha e a Marambaia, onde hoje é considerado o território coreano, houve um intenso e singular processo de migração e a adoção da atividade pesqueira por alguns “chacreiros” e a ocupação destas terras por pescadores artesanais oriundos de outras comunidades pesqueiras da Lagoa dos Patos que se especializaram na pesca outrora (MOURA, 2009).

Neste local, pescadores artesanais, pescadores-agricultores e “chacreiros” passam a conviver num mesmo lugar. Mas não apenas: em função do preconceito dos “chacreiros”, então elite econômica decadente, para com os pescadores, estes passam a reagir com violência física ao desprezo à sua profissão e à condição econômica proporcionada por ela.

Portanto, nesta comunidade os pescadores artesanais e os “chacreiros” não apenas se encontram, mas também se confrontam. Constroem a identidade do lugar em torno dos conflitos entre os próprios nativos. É um “lugar de guerra” contemporâneo às Guerras das Coréias (1950-53). Entre a década de 1950-60 há a emergência de três, e não de apenas duas Coréias: a Coréia do Norte, a Coréia do Sul e a Coréia da Ilha dos Marinheiros (MOURA, 2009, p. 49).

A formação de forma violenta do território da comunidade da Coréia também foi registrada nas entrevistas realizadas com os moradores da IM no decorrer desta pesquisa. Como pode ser analisada no trecho da entrevista a seguir esta formação é motivo de orgulho para os moradores da comunidade: “Aqui na Coréia era um lugar de gente muito valente. Aqui antigamente até olho a gente já arranco em briga. O nome Coréia é por causa das brigas de antigamente” (Pescador artesanal de 71 anos e morador da Coréia).

Moura (2009) salienta que em virtude da tradição pesqueira que caracteriza a comunidade da Coréia, seu território é delimitado por dois bancos de areias (ou “croas” como são denominadas estas formações pela população local). Estes bancos de areias recebem nomes por parte da população da Coréia, passando a ser chamados de “croas do Lúcio” e a “croas Grande” (MOURA, 2009).

No mesmo período, a especialização na atividade pesqueira é tão significativa que surge uma comunidade eminentemente pesqueira, a Marambaia, a mais antiga e tradicional comunidade pesqueira da Ilha dos Marinheiros (MOURA, 2009). A palavra Marambaia é de origem tupi-guarani, e significa cerco de mar (NÓBREGA, 2004). A delimitação do território desta comunidade apresenta-se como um caso misto: entre a questão religiosa e a especialização dos seus moradores na atividade pesqueira (mesmo que alguns possuam pequenos cultivos agrícolas, em maior parte destinados a subsistência). No que tange a religiosidade dos moradores da comunidade, no dia 6 de janeiro ocorre uma grande festividade da Marambaia em homenagem aos Santos Reis (AZEVEDO, 2003). Nesta data, os “Ternos Reis”⁴ reúnem-se no início da noite em frente à Capela da Santa Cruz de onde partem, percorrendo toda a comunidade, carregando um estandarte com a imagem dos Três Reis Magos. Neste percurso os Ternos visitam diversas residências onde geralmente são recebidos com doces, jurupiga e cachaça (AZEVEDO, 2003).

Como pode ser analisado na literatura consultada e nas entrevistas realizadas em campo, as comunidades da Ilha dos Marinheiros têm diversos fatores de autoidentificação e diferenciação entre elas. Entre estes fatores destacam-se a religiosidade e a especialização em atividades como a pesca e/ou a agricultura por parte dos moradores das comunidades. Pode-se analisar também que, o processo de formação e delimitação de cada comunidade ocorreu, de forma mais acentuada, no período marcado por vários infaustos que afetaram, expressivamente, a produção agrícola da Ilha no decorrer da década de 1940. Deste período em diante a IM passou a conviver com a migração de seus moradores para o continente resultando em um relativo “isolamento” que possibilitou a formação de uma cultura ilhéu representada, principalmente, nas práticas de identificação e delimitação de cada comunidade.

Contudo, é claro que essas comunidades não são isoladas umas das outras, existindo muitas trocas e fluxos entre elas. Entre os fluxos mais notórios catalogados na Ilha estão os gerados pelas festividades religiosas. Nestas datas a comunidade que sedia determinada festa, abriga também moradores de outras comunidades – principalmente mulheres – que ajudam na preparação dos festejos. No exemplo da festividade de Nossa Senhora de Fátima, as demais comunidades da Ilha se reúnem

⁴ Grupo de músicos vestidos com trajes tradicionais portugueses (AZEVEDO, 2003).

anteriormente a data religiosa nos Fundos da Ilha para a confecção dos Arcos Ornamentais (GIBBON, 2006).

A atividade pesqueira também é responsável pela concretização de diferentes fluxos na Ilha. Como relata Moura (2009) ao analisar a comunidade da Coréia:

[...] (por alguma necessidade e/ou oportunidade de pescar em outros locais), experiência recorrente (viagens regulares para as regiões de borda em função de 'safras' permite contato com o ambiente e com pescadores além borda), informações advindas de outras comunidades (há a difusão de informações como uma forma de cooperação intercomunitária, seja por via do rádio, telefone celular e/ou pessoalmente) e por origem (alguns habitantes coreanos originários de outras comunidades pesqueiras passam a habitar a Coréia por meio de casamentos exogâmicos). Em qualquer um destes casos, no entanto, o conhecimento gerado é pautado sob a lógica das tradições pesqueiras da Coréia. (MOURA, 2009, p. 55)

São comuns também os chamados “bicos” – nos períodos de safra de determinado pescado – por parte de moradores de comunidades que não tem tradição pesqueira (Porto Rei, Bandeirinhas e Fundos da Ilha). Nestes períodos, moradores de outras comunidades trabalham auxiliando na pesca em troca de dinheiro ou até mesmo de um percentual do pescado abatido durante a safra (denominada pelos ilhéus de *partí*).

Como a especialização na pesca artesanal é um processo recente na Coréia, na percepção da terra e do mar ainda persiste a contiguidade terra-“mar” apontado por Diegues (1983) para pescadores-agricultores em geral. Isso implica que o proprietário das terras adjacentes à encosta possui direito de uso exclusivo do local ('praia de fulano' ou 'porto de ciclano'), bem como de um “trecho de água” bem raso adjacente à encosta chamado por eles de “aqui no seco”, “o seco da croa” ou “costão”. “O seco da croa” em geral usado para atracar o “caíco”, limpar o “bote”, desmalhar peixes e atracar o “bote” nas “balizas”, onde se dá o limite mais externo de propriedade individual. Normalmente, no entanto, esta região da encosta não é utilizada individualmente, mas compartilhada entre vários membros da comunidade com quem se tem mais afinidade. Se pessoas de outras comunidades quiserem fazer uso deste local têm que se pedir permissão, o que por vezes é concedido sob a forma de trocas de favores ou não. (MOURA, 2009, p. 56)

Como fica claro nas palavras de Moura (2006) o limite do território do lote de cada família estende-se para a água da Lagoa dos Patos que cerca a Ilha dos Marinheiros. É nesta área, limite entre a terra e a água, que se encontram as

marismas⁵. Deste ecossistema são extraídas as vegetações denominadas “macegas” (*Spartina densiflora*) que são utilizados principalmente para a adubação orgânica das hortas e para forragem de estábulos de animais. As marismas são mais preservadas na porção norte da Ilha, onde estão localizadas as comunidades da Coréia e grande parte do território da comunidade da Marambaia (ambas com predominância da atividade pesqueira e pouca presença de agricultura). É comum que moradores das comunidades de tradições agropastoris extraiam as macegas do território dessas comunidades em troca, muitas vezes, de produtos de sua própria produção.

O mesmo ocorre com a agricultura na Ilha que no ano de 2011 foi responsável por contribuir com 12% da produção de hortigranjeiros do município de Rio Grande (COSTA; ASMUS, 2011). Nos períodos de colheitas ou plantios é comum a utilização de mão de obra temporária nestas tarefas. Neste caso o fluxo se inverte em relação à pesca, pois, são alguns dos moradores das comunidades com característica predominantemente pesqueira (Marambaia e Coréia) que vendem sua mão de obra as comunidades que possuem especialidade agrícola (Porto Rei, Bandeirinhas e Fundos da Ilha).

Pode ser observada uma significativa identificação dos ilhéus em relação à maneira como trabalham a terra. Alegam que as pessoas não nascidas na ilha, não se perpetuaram na “arte” porque tentaram trabalhar a terra de outra maneira como pode ser analisado no trecho da entrevista a seguir:

Eles chegam aqui e colocam as vacas a pastar em cima dos canteiros. Não é assim que se faz. O bicho arrasa todo o canteiro e tu ta perdendo aquela terra boa ali. Ou então eles chegam e botam maquina pesada em cima, arando tudo com máquina, não é assim, aqui na Ilha não pode se assim. Eles vêm de outros lugar e acham que vão plantar aqui como plantavam lá, só que não adianta, aqui tem que fazer os valo, bota a macega pra aduba, não é assim como eles faz. Por isso eles não duram muito, eles compram terra aqui, passam um tempo tentando plantar do jeito que eles faziam antes e depois vão embora porque não consegui produzi (Agricultor, 45 anos de idade e morador da comunidade Porto Rei).

O cultivo de flores também é responsável por significativa coesão entre as comunidades da IM. No período de colheitas das flores e confecção dos vasos e arranjos, moradores das demais comunidades rumam diariamente para as

⁵ Ecossistema que, como o mangue, se desenvolve na zona entre-marés, composto por vegetais terrestres que possuem adaptações para suportar as variações de salinidade e de mares, caracterizada por gramíneas baixas e densas.

comunidades Bandeirinhas e Fundos da Ilha onde as flores são cultivadas. Em paridade a pesca e os cultivos de hortigranjeiros, os ilhéus que auxiliam na colheita das flores também não possui um salário fixo e seu trabalho é pago com parte da renda obtida com a venda da produção nas feiras no continente.

No início dos anos 60 do século XX o município de Rio Grande passa por um período de estagnação e decadência econômica, gerando um grande empobrecimento da população trabalhadora com o fechamento de grande número de fábricas (MACHADO, 2000). A ditadura militar, instalando-se no Brasil em 1964, percebendo a localização estratégica do município e o valor do seu porto, faz grandes investimentos estruturais no porto da cidade e melhora o acesso rodoviário (MACHADO, 2000). A década de 1970 foi marcada por um período de grande crescimento econômico para Rio Grande, quando ocorreu uma substituição gradual na base produtiva das indústrias localizadas na cidade “das indústrias de bens não-duráveis por indústrias de bens intermediários” (MARTINS, 2006, p. 192).

As alterações implantadas na economia agroindustrial do Rio Grande do Sul, frente a uma economia nacional que se integrava, fortalecia a monocultura da soja como base produtiva agrícola, que se refletiria em algumas cidades industriais através da produção de bens voltados a esse setor primário. Os principais exemplos são as empresas de bens duráveis no Nordeste de Rio Grande do Sul, como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações, que se expandiram em parte devido à modernização do setor agrícola. Por outro lado, as empresas de fertilizantes e de óleos vegetais seriam as duas tipologias industriais que preferencialmente se instalariam na cidade do Rio Grande, pois eram empresas que necessitavam da proximidade do porto como forma de baratear seus custos.

Se por um lado criava-se uma grande estrutura com financiamento público e privado para implantação de uma grande plataforma portuária de importação e exportação, ao mesmo tempo criavam-se as condições para inauguração de empresas industriais na cidade que acompanhariam tal envergadura portuária, e por outro lado a cidade receberia um significativo contingente de migrantes atraídos pela mão-de-obra para a construção de tal infra-estrutura e para trabalhar nas novas indústrias. Além do mais, a indústria pesqueira estava em expansão desde a década anterior e seria nas duas décadas posteriores (1970 e 1980) que apresentaria seu maior crescimento quanto à criação de empregos e volume de matéria-prima transformada (MARTINS, 2006, p. 192).

Devido, em grande parte, ao desenvolvimento econômico vivido pelo município na década de 1970, a Ilha dos Marinheiros passa, uma vez mais, a ser considerada uma área de relativa importância nesse período. Azevedo (2003, p. 49) expõe que no em “setembro de 1974, o Tem.-Cel Cid Scarone Vieira, então prefeito de Rio Grande, encaminhou um trabalho apresentado pelo Clube de Diretores

Lojistas solicitando à Sudesul o aproveitamento e desenvolvimento das ilhas da Torotama e dos Marinheiros”. Segundo a autora, análises foram feitas e apresentaram as seguintes metas: a ligação entre a IM e a Leonídeo devia ser encarada como prioritária para o atendimento da população e permitindo o escoamento da produção; desenvolver estudos sobre aspectos institucionais, analisando a conveniência de criação de um distrito das ilhas do Leonídeo e da IM, com a instalação de uma subprefeitura no local; implantar serviços de energia e comunicações, aproveitando a ligação a seco e a estrada e realizar estudos para a criação de uma cooperativa agrícola para estabelecer melhores condições de comercialização da produção da IM.

“No dia 28 de fevereiro de 1977 deu-se início aos trabalhos de aterro que ligariam a Ilha do Leonídio e a Ilha dos Marinheiros” (AZEVEDO, 2003, p. 48). Segundo Azevedo esta tentativa de ligação a seco da IM ao continente “foi executada conforme o sugerido pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). Um aterro sem qualquer ponte, devido ao baixo custo” (AZEVEDO, 2003, p. 48). Contudo, devido a uma tempestade, este aterro acabou sucumbindo às forças das águas do Saco do Arraial como pode ser constatado nas palavras do morador da IM:

Eu tinha 18 anos, sai pra ir na cidade me alistar no Exército, cruzei a pé pro Leonídio, era de manhã. Eu me lembro que quando cheguei no Leonídio eu olhei pra traz e pensei: agora sim a Ilha dos Marinheiros vai se desenvolver. Quando voltei de noite, tava dando um “nordestão⁶” e já tinha levado boa parte do aterro (Agricultor de 54 anos e morador da Comunidade Porto Rei).

As obras do aterro não foram retomadas. Contudo, uma balsa foi construída pela Associação dos Amigos da Ilha dos Marinheiros, presidida e fundada por Albano Batista, então vice-prefeito de Rio Grande (AZEVEDO, 2003). A balsa foi construída no Estaleiro dos Irmãos Santos, localizado na comunidade da Marambaia e era conduzida por um funcionário da prefeitura, realizando a travessia duas vezes por dia.

A segunda metade da década de 1970 é marcada por significativos investimentos na IM com a característica da utilização da mão de obra militar para a realização das obras de infraestrutura. Além da regularização do transporte por balsa em 1977, no mesmo ano, o Exército conclui a abertura e pavimentação da

⁶ Denominação dada pelos ilhéus ao vento com sentido nordeste/sudoeste.

estrada que circunda a IM e com ela, 14 de julho de 1978 as obras de instalação de energia elétrica (AZEVEDO, 2003). Com a conclusão da estrada, o centro da Ilha passa a sofrer um processo de abandono por parte dos ilhéus. “Aqui, antes da construção da estrada, agente ia nas festa do outro lado pelas trilhas no meio da Ilha. Agora, tem mais de 6 anos que eu não cruzo a Ilha por aí. As trilhas que agente pegava nem existi mais porque ninguém usa há muito tempo” (Agricultora de 44 anos e moradora da Comunidade Porto Rei). É, em parte, devido ao abandono e ao desmatamento promovido nas matas do interior da IM que os ilhéus passam a conviver , no início da década de 1980, com o avanço das dunas sobre os cultivos e as construções (AZEVEDO, 2003).

Em 1982, aparecem na ilha empresários da firma Flopal, Florestadora Palmares, que convenceram o líder ilhéu Albano Rodrigues Batista a arrendar suas terras, a fim de que fossem plantados pinus, que iriam conter as dunas. O Sr. Albano já havia plantado com a ajuda da Prefeitura 300 mil mudas de acácia-trimervis, acácia-negra, pinheiro-marítimo e eucalipto, além de tentar conter as dunas com palhas, madeiras e macega. Ele chegou à conclusão de que seria bom fazer essa plantação e foi assinado assim o primeiro contrato com a firma Flopal (AZEVEDO, 2003, p. 58).

O início dos anos oitenta do século XX foi marcado também por uma estagnação e posteriormente, uma grave crise, na economia no nível nacional e que teria reflexos tanto no município de Rio Grande (MARTINS, 2006) quanto na Ilha dos Marinheiros (AZEVEDO, 2003). Com a queda nas exportações e nas atividades do setor pesqueiro, Rio Grande passa por uma forte recessão econômica e grande parte dos investimentos planejados para a IM na década de 1970 não são realizados, entre eles a ligação com o continente. Com a crise se instala mais uma vez na Ilha, a plantação de pinos – além da possibilidade de conter as dunas – apresenta-se como uma alternativa a agricultura para alguns ilhéus (AZEVEDO, 2003). Foi nesta fase que a empresa Flopal “mapeou a ilha, arrendou e comprou diversas propriedades, das quais registrou 287, mas actualmente já foram subdivididas. A decisão do líder Albano Batista levou muitos moradores a assinarem os contratos de arrendamento” (AZEVEDO, 2003, p. 59).

Foram plantados 700 hectares de pinus-americanano (*Pinus Elliotti*) com o pretexto de conter as dunas e aumentar a área produtiva. Algum tempo depois, alguns ilhéus deram conta do erro que cometeram. As dunas foram contidas, mas o consumo de água dessas árvores é muito grande. As lagos de centro de ilha secam mais rapidamente e suas águas, que antes eram cristalinas, passaram a ter uma coloração mais escura, devido à

decomposição da palha seca que cai destas árvores (AZEVEDO, 2003, p. 59).

A IM não é provida com sistema de água encanada, de forma que os moradores utilizam de poços artesianos para terem acesso ao recurso. No decorrer das entrevistas realizadas com os ilhéus pode ser observado que, de forma recorrente, é atribuída ao cultivo dos pinos uma significativa queda na qualidade da água subterrânea: “A água aqui sempre foi boa, até que uma empresa ai plantou esses pinos ai no meio da Ilha, daí pra frente a água nunca mais presto” (Pescador artesanal de 44 anos e morador da Marambaia).

Com base em estudo divulgado em 2010, a água subterrânea da Ilha possui uma concentração de ferro ferroso (reduzido) e ferro férrico (oxidado) em concentrações médias até trinta vezes maiores que o limite máximo da legislação doenças (WALLY; PAIXÃO; PAIVA; BAUMGARTEN; CASARTELLI, 2010). Os autores destacam ainda que esta água é inadequada para o consumo direto e a ingestão contínua de águas ferruginosas pode acarretar doenças (WALLY; PAIXÃO; PAIVA; BAUMGARTEN; CASARTELLI, 2010).

Contudo, o plantio de pinos serviu para diminuir a área ocupada por dunas no interior da IM, contendo assim, o avanço das mesmas sobre os cultivos e as construções (AZEVEDO, 2003; ÁVILA, 2005). A diminuição do campo de dunas está associada, segundo Ávila (2005), ao fato dos pinos atuarem como um anteparo, diminuindo a força da ação dos ventos dominantes nesta área e assim impedindo o movimento das dunas. Tal aspecto possibilitaria a formação de uma vegetação pioneira transformando áreas de dunas em planícies de campos (ÁVILA, 2005). Como pode ser analisado no quadro a seguir, a área ocupada por dunas na IM sofreu um declínio de 75% de sua área em 49 anos.

	1964	1996	2004	2009
Duna (ha)	1.691	1.443	688	441

Quadro 4 – Evolução da área de dunas na Ilha dos Marinheiros (1947 a 2012).

Fonte: o autor, adaptado de Ávila (2005).

No dia 7 de março de 2004, é marcado por um grande incêndio na Ilha. O jornal Diário Popular noticiou que “dois incêndios que consumiram 150 hectares de

plantação de pinos, campos e matos, duas casas e um galpão, na Ilha dos Marinheiros, deixaram a população, de 1,2 mil habitantes, apreensiva” (Anexo A).

A silvicultura de pinos foi extinta na IM somente em 2012 pela empresa Flopal no cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta do Ministério Público Estadual (Anexo B). Este fato pode ter resultado no aumento da área de dunas no interior da IM. No mesmo ano a área de dunas: 684 hectares ⁷ (Figura – 7) configurando um aumento de quase 50% em relação ao ano de 2009.

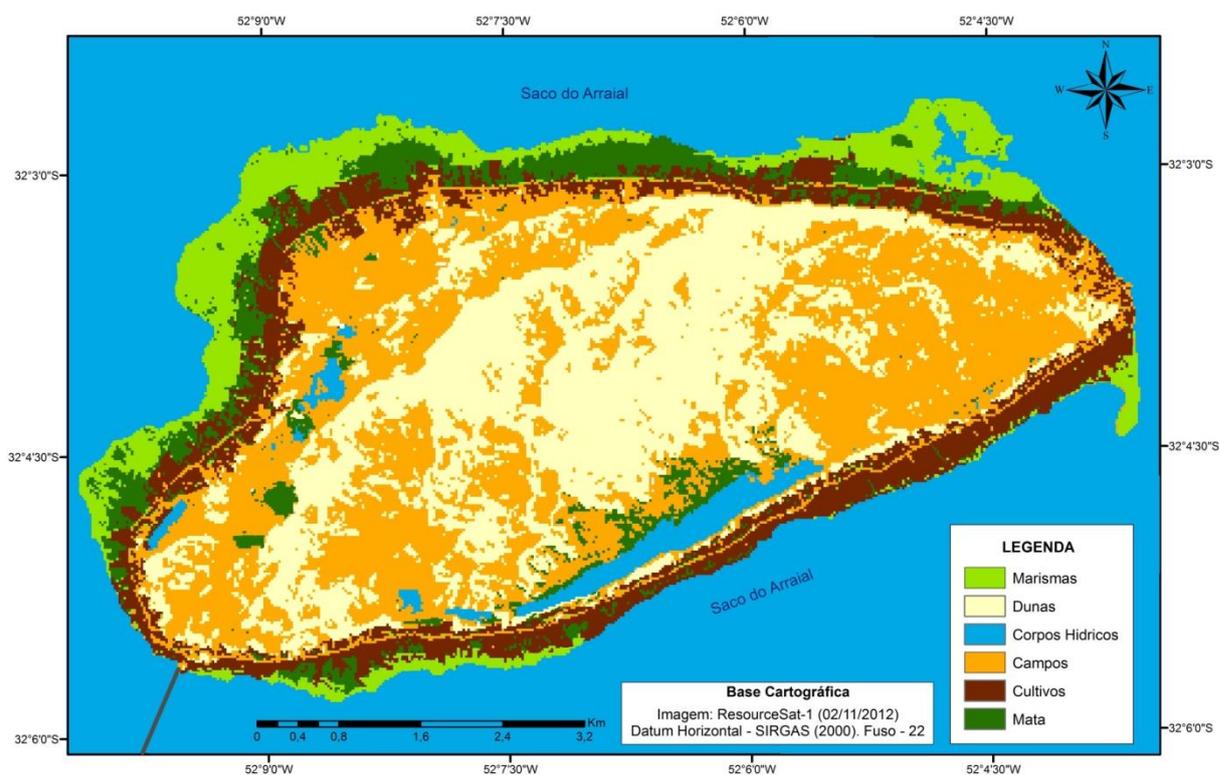


Figura 7 – Uso da terra na Ilha dos Marinheiros.
Fonte: o autor.

No ano de 2004 a ponte de ligação entre a Ilha e o continente finalmente foi concluída após cinco anos de obras. Desse período em diante a Ilha dos Marinheiros passa a viver uma nova fase, entrando em um novo ciclo econômico.

⁷ As demais classes de uso da terra com suas respectivas dimensões catalogadas na Ilha dos Marinheiros são: Cultivos 1.089 hectares; Corpos Hídricos: 196 hectares; Campos: 1.667 hectares; Mata: 148 hectares; e Marismas: 196 hectares.

4.1.3 O turismo na Ilha dos Marinheiros

Os relatos e os projetos envolvendo a possibilidade de fomentar a atividade turística na Ilha dos Marinheiros não são recentes. Como registra Azevedo (2003, p. 238): “Em 1959 o jornal do Rio Grande dizia que o Solar de Vila Isabel, a construção mais importante da ilha, mesmo em ruínas poderia ser uma atração turística”. Na década de 1990 Ruivo (1994, p. 148) defendia a criação de focos de atração turística na IM:

Considerando a Ilha dos Marinheiros um patrimônio do município de Rio Grande, particularmente devido à preservação de valores remanescentes da cultura portuguesa, cujos aspectos sócio-culturais ainda hoje oferecem coesão a suas comunidades internas, nosso ponto de vista é o prestigiarmos essas comunidades, de maneira que se criem focos de atração turística local, assim como se pratica nas regiões de colonização italiana do Rio grande do Sul.

Contudo, pode-se constatar, com base nos relatos das 52 pessoas entrevistadas na Ilha, que o início da atividade turística ocorreu com a finalização das obras da ponte de ligação ao continente em 2004. Ainda que, 14 entrevistados tenham relatado uma significativa presença de turistas nos dias de festividades religiosas e 4 entrevistados apontaram a visita e acampamento de grupos de escoteiros em finais de semana foi somente:

[...] após a construção de uma ponte ligando esta ilha ao continente, o fluxo de visitantes aumentou, exercendo pressões sobre as formas tradicionais de uso e ocupação da terra. A especulação imobiliária é uma dessas pressões, assim como a degradação de ambientes naturais e o estabelecimento de residências secundárias (PEREIRA, 2010, p. 1).

Já na etapa final da obra, é significativa a esperança dos ilhéus de que passe a existir efetivamente serviços básicos, como coleta periódica de lixo, transporte coletivo interno, assistência à saúde, policiamento, entre outros (AZEVEDO, 2003; REBOUÇAS, 2003). “Espera-se certo aquecimento da economia local, seja a partir de novas atividades relacionadas ao turismo, seja devido a uma maior facilidade de escoamento da produção – constituída principalmente de hortifrutigranjeiros” (REBOUÇAS, 2003, p. 3).

No mesmo período começaram a surgir preocupações com os possíveis problemas que a ligação da IM ao continente poderia suscitar. Entre as principais preocupações estavam à violência, a especulação imobiliária (REBOUÇAS, 2003; AZEVEDO, 2003; AZAMBUJA, 2009; FREIRE, 2003) e a urbanização descontrolada como pode ser observado no relato de Martínez (2005, p. 42):

Si empezamos con las amenazas, el factor más importante que la isla debe afrontar es la posible urbanización descontrolada. Esto implicaría la pérdida de la identidad cultural de los isleños con lo cual, toda la singularidad de Ilha dos Marinheiros.

Freire (2003, p. 48) também expressou a mesma preocupação com os impactos que decorreriam com término das obras da ponte: “As possibilidades são inúmeras, inclusive a desta localidade rural, transformar-se de espaço de trabalho em espaço de lazer, ou do rural tornar-se urbano”. Foi principalmente com o propósito de representar os ilhéus frente a estes e outros possíveis impactos que foi criada a Sociedade Marinhense de Desenvolvimento Sustentável CGC/CNPJ nº: 06.103.471/0001-01, qualificada pelo Ministério Justiça como Organização do Sociedade Civil de Interesse Público com o número 08026.000747/2004-13 conforme o despacho da Secretaria Nacional de Justiça, em 15 de março de 2004 (AZAMBUJA, 2009).

No ano de 2005, muitos projetos turísticos são divulgados pela Prefeitura Municipal de Rio Grande, por parte da Secretaria Municipal de Turismo (AZAMBUJA, 2009). Muitos destes projetos apresentavam a Ilha dos Marinheiros como Segundo Polo Turístico de Rio Grande e “que não apresentava qualquer iniciativa no sentido de integrar a comunidade local nas iniciativas turísticas” (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011, p. 128).

Ainda em 2005, foi criado um projeto que visava à criação de um sistema de visitação orientada na Ilha dos Marinheiros (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011). Este projeto envolvia uma ONG com sede no município e tinha a supervisão e o financiamento da Universidade Federal de Rio Grande “ *cursos de capacitación para los moradores con el fin de integrar la población local en el desarrollo de la isla, prestando el servicio de monitores en las rutas y senderos establecidos*” (MARTÍNEZ, 2005, p. 41). No decorrer deste projeto, um diagnóstico preliminar:

[...] identificou, na Ilha dos Marinheiros, pessoas e serviços (comércio, transporte, gastronomia e artesanato) que atendiam visitantes de forma desarticulada. Através de conversas informais e reuniões, propôs-se a integração desses segmentos para a composição do sistema de visitação orientada, levando-se em conta as bases sócio-ambientais elaboradas para a visitação (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011, p. 128).

No mesmo período, Martínez (2005) relata que a IM contava com um camping situado na Marambaia⁸. *“No existem otros tipos de alojamiento, ya que el turismo potencial seria de visitantes de um día, aunque hay un proyecto de la Sociedade Marinhense de Desenvolvimento Sustentável que pretende la construcción de cabanãs y posadas en Marambaia y Bandeirinhas”* (MARTÍNEZ, 2005, p. 41).

Por meio das ações do Projeto, foram capacitados dezessete monitores locais, envolvidos cinco estabelecimentos comerciais e realizadas aproximadamente 28 trilhas abrangendo todos os integrantes do sistema de visitação (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011). Além disso, foram seis placas indicativo-informativas ao longo da trilha do Rey, a fim de organizar e delimitar o percurso da mesma além da confecção e distribuição de um *folder* (ANEXO B) contendo informação da história e dos atrativos turísticos da IM (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011). Os autores relatam ainda que a partir da proposta de criação do Sistema de Visitação Orientada na Ilha dos Marinheiros, foi possível “implantar e fomentar o ecoturismo e envolver a comunidade no processo de apropriação e participação no desenvolvimento do ecoturismo local” (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011, p. 132).

Atualmente, a Ilha dos Marinheiros e a Trilha do Rey já fazem parte da rota turística do município e são cada vez mais procuradas pelos visitantes e moradores do Rio Grande. Foram realizadas parcerias com associações de turismo do município, que vêm auxiliando no fortalecimento do sistema de visitação da Ilha e na valorização da comunidade local (CRIVELLARO; MONTEIRO; SILVA, 2011, p. 133).

Com base em Azambuja (2009) parece ter havido uma tentativa, por parte da Prefeitura Municipal de Rio Grande, de dar prosseguimento e fomentar esta iniciativa, quando:

[...] em 2007, a Secretaria de Turismo lança o passeio turístico denominado “Trilha do Rey” com a finalidade de incentivar o turismo interno, oportunizar que a comunidade possa conhecer ou retornar a um dos mais belos locais do município, além de promover o aumento da renda dos ilhéus e

⁸ Com base nos dados obtidos no decorrer da pesquisa na Ilha dos Marinheiros, foi possível constatar que este camping não está em atividade desde o ano de 2009.

sensibilizar para a preservação do patrimônio natural e cultural. O passeio foi operado pela Agência de Viagens e Turismo Cassinotur, que levava um grupo por dia com o número mínimo de dez e no máximo vinte e cinco pessoas, de barco para fazer a Trilha do Rey. Os visitantes iniciaram o passeio pela Rua do Rey, onde acompanhados por guias turísticos e monitores locais, podiam, através de uma trilha ecológica curtir as belas paisagens de matas, lagoas e dunas, e após, conhecer a vida cotidiana dos ilhéus em suas chácaras a atividade de pesca. Também eram apreciadas casas e capelas em estilo português, o Recanto de Nossa Senhora de Lourdes e o artesanato local. O passeio incluía ainda um café típico português e a visita ao galpão da Jurupiga (AZAMBUJA, 2009, p. 40).

Azambuja (2009) identificou no ano de 2007 quatro agências de turismo que realizavam passeios para a Ilha. Somente uma destas agências costumava contratar monitores locais.

[...] a maioria das agências entrou em consenso que o período de maior procura é aproximadamente entre os meses de setembro a dezembro, quando a temporada é amena e a Ilha mais florida, e que a maioria das pessoas que visitam a Ilha é de moradores das partes centrais da Cidade de Rio Grande. Neste período, a média de grupos é de um ou dois por mês. Uma destas agências ainda citou julho como também um mês de procura, devido as férias escolares, além dos estudantes rio-grandinos, também visitam a Ilha, estudantes de Pelotas, São Lourenço do Sul e Turuçu (AZAMBUJA, 2009, p. 53).

Ainda com base na mesma autora, as agências de turismo relataram uma grande dificuldade em entrar em contato com os guias locais da IM e que os mesmos quase nunca estão disponíveis para realizar esta tarefa em virtude de trabalhos correlatos (AZAMBUJA, 2009). No decorrer das entrevistas realizadas em campo, no decorrer desta pesquisa, verificou-se que dos dezessete monitores capacitados no ano de 2005 apenas três residem na Ilha atualmente, e apenas um desenvolve atividade relacionada ao turismo (possui um pequeno quiosque de produtos artesanais na comunidade Porto Rei). Desta forma, constata-se que nenhum dos monitores exerce a atividade que foram habilitados no referido projeto.

No ano de 2006, foi criado o Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros. Lima (2009) expõe que o Conselho tem suas raízes no processo de construção da ponte de ligação da Ilha com o continente e a execução do Compromisso de Ajustamento (Anexo C) firmado entre o Ministério Público Estadual, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), a Prefeitura Municipal de Rio Grande e o Departamento de Geociências da Universidade Federal de Rio Grande (LabGerco). Entre os objetivos firmados no Compromisso estava a criação do Plano de Manejo da Ilha dos Marinheiros que teria a função de estabelecer o controle da ocupação

futura e gerenciamento deste espaço insular, visando à manutenção dos ecossistemas remanescentes.

Em 06 de junho de 2006 a primeira versão do Plano de Manejo da Ilha dos Marinheiros foi entregue à Prefeitura Municipal de Rio Grande. Ainda no mesmo mês esta proposta inicial foi apresentada ao Conselho do Plano Diretor do Município de Rio Grande e ao Comitê Gestor do Projeto Orla, sendo que esta última reunião realizou-se na Ilha dos Marinheiros e teve pouquíssima participação de moradores (6 do total de 20 participantes) (LIMA, 2009, p. 51).

No dia 13 de julho foi realizada a segunda – desta vez com maior participação dos moradores (36 de 39 participantes) – com o objetivo da reunião era apresentar a proposta à comunidade e constituir o Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros (LIMA, 2009). Foi entregue aos presentes um documento que trazia os elementos centrais da proposta de Plano de Manejo Ambiental da Ilha dos Marinheiros que apresentava “uma visão de futuro para a Ilha: Uma ‘ilha jardim’ que cuida seu patrimônio natural e cultural através da gestão compartilhada, com uma economia baseada nos recursos naturais e plenamente integrada na região” (LIMA, 2009, p. 51).

Também apresentou as linhas de ação do plano: Gestão compartilhada: com objetivo de em curto prazo institucionalizar o Conselho e em médio e longo prazo construir uma relação de cooperação e confiança entre ilhéus, poder público municipal e outros atores; Transporte: objetivo no curto prazo é o estabelecimento de um transporte público diário; Produção sustentável: objetivo é transformar a matriz produtiva para a produção ecológica; Turismo: objetivo é integrar o turismo na economia local (LIMA, 2009, p. 51).

Lima (2009) esclarece que inicialmente o Plano não foi institucionalizado, conforme prevê o próprio Compromisso de Ajustamento, no qual um projeto de lei deveria ter sido encaminhado para a Câmara Municipal de modo a incluir, após aprovação da FEPAM, no Plano Diretor do Município. “O que se discutiu sobre o assunto no âmbito do Conselho foi à elaboração de um plano diretor para a Ilha, pauta das reuniões de abril, maio, junho e julho de 2007, ainda hoje sem encaminhamentos concretos” (LIMA, 2009, p. 74).

Ainda com relação ao Plano de Manejo da Ilha, Lima (2009) observou que o posicionamento dos agentes condutores do processo diferia das apostas para o futuro dos ilhéus participantes, que depois se tornaram conselheiros. Para a autora este conflito centrava-se especialmente sobre o incentivo ao turismo defendido pelos

elaboradores do Plano, enquanto os ilhéus afirmavam a necessidade de se trabalhar questões relativas à busca de melhores condições de vida, buscando centrar o Plano na mobilização de esforços para melhorar as atividades de agricultura e pesca (LIMA, 2009).

O movimento dos ilhéus para transformação do Plano foi barrado, permanecendo o texto do Plano conforme proposto inicialmente. Gerou-se com isto um conflito latente sobre a atuação do Conselho e um falso consenso sobre a necessidade do turismo. É importante registrar que no momento atual (reunião de 05 de março de 2009) o Conselho está discutindo um projeto de incentivo ao turismo a ser realizado pelo Núcleo de Monitoramento e Educação Ambiental com apoio da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Lazer (SMTEL) (LIMA, 2009, p. 103).

O Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros tem suas atividades encerradas dois anos após sua criação sem realizar os objetivos firmados. Lima (2009) atribui o término do Conselho, entre outros fatores, ao fim do financiamento ao projeto em 2008 e à inexpressiva participação dos ilhéus que não viam o Conselho como uma conquista que eles almejavam e pela qual lutaram, mas “[...] como resultado da ação de agentes externos à Ilha, em um primeiro momento a FEPAM e depois o LabGerco da FURG, preocupados com o modo como a questão ambiental e suas contradições iriam se apresentar” (LIMA, 2009, p. 49).

No ano de 2006 o Governo Federal, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), divulga um investimento de aproximadamente U\$ 13 bilhões até 2017 para a criação de um polo naval em Rio Grande. Estes e outros investimentos planejados para o Porto do Rio Grande são produto da atual conjuntura nacional que possibilitou a expansão do comércio internacional e almeja nos próximos quatro anos os investimentos para produção de petróleo e gás no pré-sal e no pós-sal passarão de 224 bilhões de Dólares⁹.

Até o ano de 2024, O Polo Naval de Rio Grande deve gerar 26 bilhões de dólares em bens e serviços e criar mais de 600 mil empregos diretos e indiretos no Estado do Rio Grande do Sul (SILVA; GONÇALVES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2012). Os investimentos de mais de 10 bilhões de reais no Polo Naval do Porto do Rio Grande de 2006 a 2012, possibilitaram a construção do Estaleiro Rio Grande I (ERG I) responsável pela montagem das plataformas de petróleo: P-53, P-55 e a P-

⁹ Fonte: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/transportes/portos/br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

63. O complexo do ERG I, ainda conta com projetos de expansão como a criação do ERG II, iniciado em 2010, e do ERG III, ainda não iniciado.

Estas obras geraram uma oferta superior a 30.000 empregos diretos e indiretos no município (SILVA; GONÇALVES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2012). Entretanto, a baixa qualificação da mão de obra local ocasionou a migração de diversos trabalhadores, o que resultou em um aumento da demanda por residências que, aliada a baixa oferta de imóveis causou um impacto nos preços, tanto para locação como para venda no município (SILVA; GONÇALVES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2012).

Quando se analisa separadamente, os incrementos de preço nos seis anos anteriores ao Polo Naval (2000 – 2006) e os seis anos a partir da implantação do polo (2006 – 2012) tem-se a dimensão do impacto causado pelos investimentos no setor do Polo e dos demais setores atraídos por este, no preço dos imóveis. De 2000 a 2006 os preços subiram em média 70%, enquanto que no período de 2006 a 2012 elevaram-se em mais de 330%. (SILVA; GONÇALVES; CARVALHO; OLIVEIRA, 2012).

Esta valorização dos imóveis também afetou a IM. No ano de 2003 “O preço de uma propriedade gira em torno de vinte mil reais (R\$ 20.000,00), com o tamanho aproximado de vinte hectares, localizada em frente à Ilha da Pólvora” (FREIRE, 2003, p. 28). No ano de 2012, uma propriedade de doze hectares e também localizada em frente à Ilha da Pólvora foi vendida por sessenta e cinco mil reais (R\$ 65.000,00), ou seja, uma valorização de 442% em nove anos.

Outro possível fator que pode servir para a valorização das terras na IM é a divulgação em 1 de agosto de 2012 pelo Jornal Agora (Anexo D) da retomada de um antigo projeto de ligação entre os municípios de Rio Grande e São José do Norte. Este projeto, há muito engavetado, passou a ser encarado como uma possibilidade real, segundo é exposto na notícia, em função da necessidade de expansão do Polo Naval para a outra margem da Lagoa dos Patos. Desta forma, a ligação se daria por meio de uma ponte entre a Ilha dos Marinheiros e o município de São José do Norte. Esta notícia causou grande apreensão entre os ilhéus que temiam perder suas residências como forma de viabilizar o referido projeto que, por sua vez, parece não ter passado de mera especulação, uma vez que esta foi a única notícia sobre o suposto projeto.

Os ilhéus atribuem também ao Polo Naval como a principal causa da migração dos jovens para o continente. “A agricultura aqui não dá mais nada, a pesca menos ainda né, então tem o Polo, que tá chamando gente pra trabalhar né. Os jovens que estudaram vão trabalhar na agricultura e na pesca por quê? Eles pode trabalha muito menos no Polo e ganha bem mais né. Não vão fica na Ilha costurando rede” (Pescador de 53 anos, morador da Marambaia”).

Os ilhéus relatam também que é praticamente impossível trabalhar no continente e morar na IM. Isto ocorre em função do deslocamento, que segundo os ilhéus não compensa financeiramente ser realizado por meio de veículo próprio, em função do alto custo com combustível. Tampouco com uso do transporte público, uma vez que o ônibus coletivo da empresa Noiva do Mar que é a responsável pela concessão da linha perfaz o trajeto somente nas terças e nas sextas-feiras, com duas saídas diárias da frente do Mercado Público de Rio Grande às 7 horas da manhã e às 5 horas da tarde, com um valor de R\$ 7,00 por pessoa. Enquanto que a travessia por via náutica, que ocorre diariamente por meio de embarcações de pescadores artesanais residentes na Ilha, possui um custo de R\$ 2,00 por pessoa, contudo, em dias de temporais e ventos fortes o transporte não ocorre.

Não existem estudos que comprovem os relatos dos ilhéus no que tange à migração de jovens para o continente em busca de emprego no Polo Naval de Rio Grande. Contudo, ao analisarmos a pirâmide etária da população da Ilha (Figura 8) constata-se uma base larga (na faixa etária entre 0 e 17 anos) com um estreitamento entre a população de 18 a 34 anos e posteriormente um alargamento na faixa etária dos 35 aos 59 anos. Desta forma, com base nesta análise, constata-se o que pode ser um indicativo de migração entre os ilhéus de ambos os sexos, na faixa etária que abrange de 18 a 34 anos de idade.

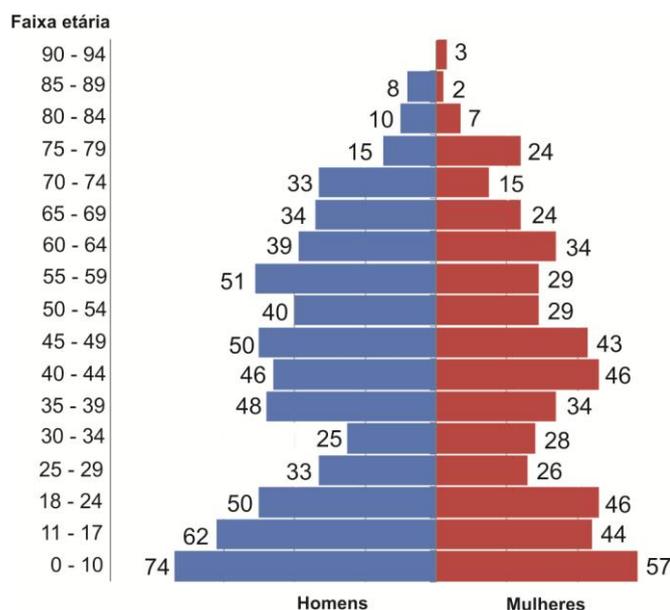


Figura 8 – Pirâmide etária da população da Ilha dos Marinheiros.
Fonte: Censo IBGE (2010).

Nas entrevistas realizadas na IM, constatou-se recorrente a preocupação com o que os moradores tradicionais denominam como “invasão dos de fora”. Para os ilhéus, esta “invasão” é decorrente da elevação nos valores dos imóveis e do aumento dos índices de violência na cidade que faz com que muitas pessoas vendam suas residências na cidade a preços elevados e adquiram chácaras na IM a um custo menor. Este fato é evidenciado no trecho da entrevista do agricultor de 68 anos morador da Comunidade Bandeirinhas: “Com esse negócio ai do Polo, muita gente se mudo pra cá né. Aqui é mais tranquilo e os terrenos bem mais baratos e agora com a ponte e a duplicação [da BR 392] ficou fácil pra esse pessoal de fora que tem carro ir todo dia e voltar da cidade”.

Pereira (2010, p. 8) relata que na IM “63% das propriedades vendidas, são destinadas ao lazer, ou seja, para estabelecimento de residências secundárias”. O Censo 2010 do IBGE catalogou 515 domicílios na Ilha, dos quais 53 são de uso ocasional (10,2% do total). Com base nestes dados se pode inferir que os domicílios de uso ocasional, provavelmente, correspondem a residências secundárias destinadas ao lazer.

Para Pereira (2010, p. 9) as mudanças de uso e ocupação ocasionadas pelas residências secundárias “comprometem a qualidade visual da paisagem quando resultam em elementos que fogem do contexto da Ilha dos Marinheiros, ou seja, negam a relação de dependência e harmonia com a natureza e com a característica rural e tradicional local”. Para o autor, as:

Paisagens modernas e tradicionais da ilha são mais preferidas pelos turistas quando representam residências, cultivos e construções que mostram aquilo que estes turistas vieram buscar na Ilha dos Marinheiros, isto é, uma paisagem rural que representa o contato com a natureza e possibilite o lazer e o descanso, assim como também as atividades tradicionais que representam a cultura local. Nesse sentido, mudanças de uso e ocupação, como a construção de residências secundárias ambientadas com a paisagem ilhéu e cultivos modernos, como as fruticulturas, são transformações positivas para a qualidade visual da paisagem e ajudam-na a mantê-la (PEREIRA, 2010, p. 9).

Pereira (2010) atribui à formação paisagística ilhéu um recurso potencial para o estabelecimento da atividade turística na Ilha. O mesmo pode ser observado nas entrevistas aplicadas aos turistas. Dos 55 turistas entrevistados, todos citaram a paisagem como um dos motivos de visitar a IM.

Entre os atrativos turísticos que formam a atual paisagem da Ilha estão àqueles característicos do turismo religioso. Entre eles, destaca-se a Capela São João Batista localizada na comunidade Porto Rei (Figura 9).

A Capela foi construída em 1858 por ordem de D. Faustina Centeno da Silva (sobrinha do General Bento Gonçalves) que possuía uma chácara na Ilha (AZEVEDO, 2003). Destacando-se como a segunda igreja mais antiga do Rio Grande do Sul, no ano de 1994 a Capela foi restaurada com financiamento da empresa Pescal S/A¹⁰ obedecendo suas características originais.

Também localizado na comunidade Porto Rei está o Recanto Nossa Senhora de Lourdes. Construído no ano de 2007 com doações de fiéis e de empresas sediadas no município de Rio Grande, o atrativo possui uma área de aproximadamente 2 hectares, onde pode-se encontrar as esculturas da Santa Tecla e de Nossa Senhora de Lourdes, ambas esculpidas pelo famoso artista riograndino Érico Gobbi. Seu interior possui também um jardim com plantas silvestres e exóticas e placas que contam trechos da histórica visita do Imperador D. Pedro II ao local.

¹⁰ A empresa Pescal S/A foi fundada no dia 11 de setembro de 1942 no município de Rio Grande e atua no beneficiamento e industrialização do pescado. Mais informações em: <http://www.pescal.com.br/>.

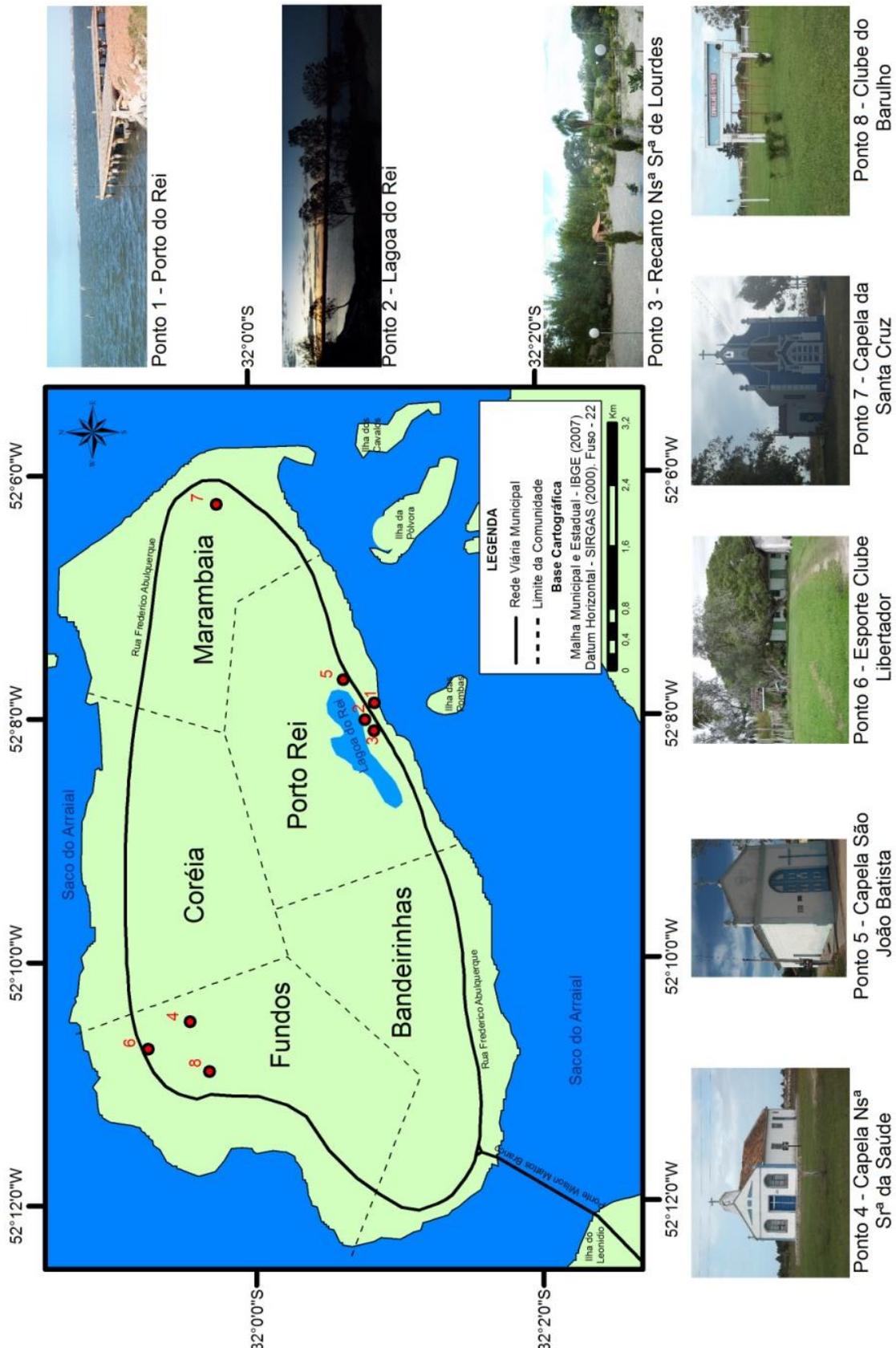


Figura 9 – Atrativos turísticos da Ilha dos Marinheiros.
 Fonte: o autor

O Recanto Nossa Senhora de Lourdes, de propriedade da Sociedade Marinheense de Desenvolvimento Sustentável, é mantido por doações e conta com apenas um zelador que reside no local e desenvolve também a função de jardineiro sem ser remunerado para estas funções. O atrativo tem seu funcionamento de terça a domingo das 8 horas até o por do sol e apresenta um grande número de visitantes principalmente nos finais de semana, quando por diversas vezes a Avenida Frederico Albuquerque tem seu fluxo obstruído devido ao grande número de veículos estacionados nos arredores do Recanto. Esta observação realizada em campo é corroborada com a análise dos dias com maior presença de turistas na Ilha dos Marinheiros. Como pode ser observado no gráfico a seguir (Figura 10), no período compreendido entre novembro de 2006 a julho de 2012, quando 3.539 turistas visitaram a IM, 2.159 (61% do total) realizaram estas visitas nos finais de semana.

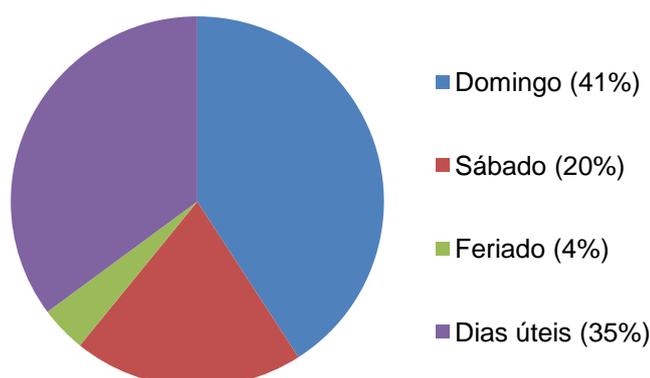


Figura 10 – Dias com maior presença de turistas na Ilha dos Marinheiros¹¹.
Elaboração: o autor

Nas entrevistas aplicadas aos turistas, constatou-se que 90% estavam visitando a Ilha pela primeira vez. Quanto aos estados de origem dos visitantes da Ilha dos Marinheiros entre novembro de 2006 a julho de 2012 foi possível verificar o destaque do Rio Grande do Sul em primeiro lugar com 79% e em segundo e terceiro lugar, os Estados do Rio de Janeiro e São Paulo com, respectivamente 3% e 2% (Figura 11).

¹¹ Fonte: Caderno de Registro de Visitantes da Casa da Jurupiga na comunidade Porto Rei. Período catalogado: de novembro de 2006 a julho de 2012. Total de turistas: 3.539. Cedido por: Rosângela Maria da Silva Dias.

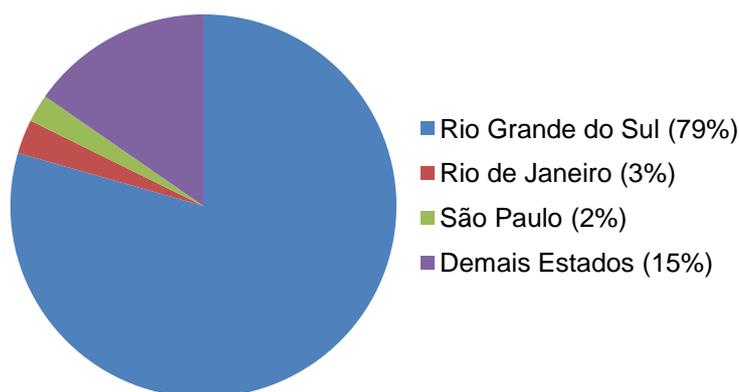


Figura 11 – Estados de origem dos turistas na Ilha dos Marinheiros¹².
Elaboração: o autor

Ao analisar as cidades de origem dos turistas gaúchos torna-se acentuada a presença dos turistas do próprio município de Rio Grande (Figura 12). Desta forma, pode-se caracterizar a Ilha dos Marinheiros como um espaço para lazer da população de Rio Grande.

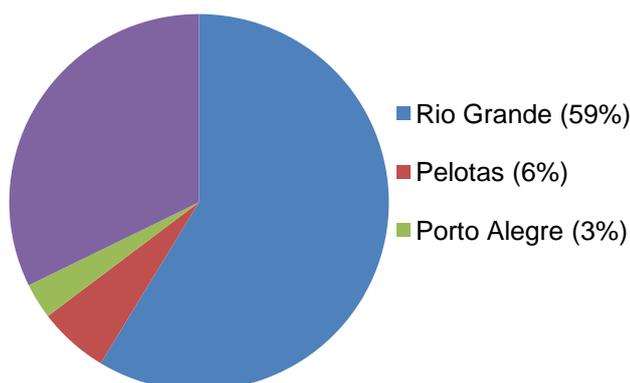


Figura 12 – Cidades de origem dos turistas na Ilha dos Marinheiros¹³.
Elaboração: o autor

Ainda sobre os atrativos característico do turismo religioso da Ilha dos Marinheiros, destaca-se a Capela da Santa Cruz. Sua história tem o início no ano de 1890 com a chegada à Ilha dos Marinheiros do casal José Bento dos Santos e Luísa de Jesus dos Santos. O casal recém-chegado de Portugal se instalou na localidade da Marambaia onde construíram um moinho e dedicaram-se ao cultivo da uva e a fabricação de vinhos (AZEVEDO, 2003). Certa ocasião, em decorrência de um grande período de estiagem, José dos Santos com mais dois amigos, Inácio e Júlio,

¹² Fonte: Caderno de Registro de Visitantes da Casa da Jurupiga na comunidade Porto Rei. Período catalogado: de novembro de 2006 a julho de 2012. Total de turistas: 3.539. Cedido por: Rosangela Maria da Silva Dias.

¹³ Idem.

resolveram colocar no campo uma cruz e pedir a Deus que mandasse chuva e segundo Azevedo (2003) o pedido teria sido atendido.

Passando algum tempo, um dos filhos de Inácio Pereira chegou à idade de servir o Exército e o pai fez uma promessa à cruz para que o filho não fosse selecionado. O pedido foi atendido. Inácio então ergueu uma capelinha de madeira e palha, onde cabiam quatro pessoas. Depois foi a vez do segundo filho. A promessa foi renovada e o pedido atendido. Inácio constrói uma capela maior, que abrigava quinze pessoas (AZEVEDO, 2003, p. 89).

A capela atual teve sua construção iniciada em 1926, mantida por quase uma década com doações arrecadadas em festas e quermesses realizadas na Ilha dos Marinheiros (AZEVEDO, 2003). Inaugurada em 1935, os moradores decidiram não homenagear um santo padroeiro, ao invés disto, escolheram a cruz devido a sua história (AZEVEDO, 2003).

A capela de Nossa Senhora da Saúde localizada na comunidade dos Fundos da Ilha também destaca-se como um atrativo do turismo religioso. Construída em 1928 a capela sofreu reformas em 1976, seguindo o estilo colonial português. A capela está situada em uma propriedade particular junto ao Esporte Clube Libertador onde foi catalogado também um extinto empreendimento turístico. Em uma casa em estilo colonial português, situada entre o clube à capela de Nossa Senhora da Saúde e que hoje serve para depósito de mercadorias ocorreram:

“dois café colonial por causa do pessoal da FURG, mais ou menos a uns sete ou oito anos atrás. Depois disso o pessoal da FURG quis reforma esse galpão ai, mais os herdeiros não quiseram, porque acharam que a FURG ia quere manda no galpão né, ai não deixaram” (agricultora, 47 anos, moradora dos Fundos da Ilha e presidente do Esporte Clube Libertador).

O relato da presidente do Clube remonta as tentativas descritas anteriormente de diferentes entidades de fomentar o turismo na Ilha dos Marinheiros, especificamente, neste caso, é exposto uma tentativa malfadada de implantar um empreendimento característico do turismo gastronômico na Ilha. Contudo, não foi encontrado nenhum registro deste empreendimento no decorrer da revisão bibliográfica sobre a atividade turística na Ilha. Não ocorreu também nenhuma menção ao referido café colonial nas demais entrevistas realizadas com os ilhéus. Desta forma, a declaração prestada pela presidente do Clube Libertador é a única base para as informações expostas sobre o empreendimento.

O Clube Libertador somado ao Esporte Clube do Barulho, também localizado na comunidade Fundos da Ilha, apresentam-se como os atrativos turísticos característicos do turismo esportivo catalogados na IM. Se historicamente as partidas de futebol realizadas na Ilha serviam para protagonizar brigas entre os moradores das comunidades (AZEVEDO, 2003), atualmente estes eventos esportivos tem a capacidade de atrair um público de quase duas mil pessoas¹⁴.

Os demais atrativos turísticos catalogados na IM foram a Lagoa do Rei e o (atracadouro) Porto Rei onde desembarcou a comitiva real de D. Pedro II. Ambos localizados na comunidade Porto Rei, estes atrativos são interligados pela Rua do Rei, o único logradouro público com exceção da avenida principal que circunda a Ilha. O Porto Rei apresenta-se também como o único atracadouro público da IM e é mantido com verbas da Prefeitura Municipal.

A Lagoa do Rei apresenta uma paisagem única no município de Rio Grande, caracterizada por um corpo hídrico formado pela água da chuva (ÁVILA, 2005) e cercada por dunas de areias brancas. Com base nas informações obtidas por meio das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa, durante a estação do verão, é comum a presença de um grande número de visitantes que usufruem de suas margens para atividades de lazer e atividades náuticas em pequenas embarcações a remo durante o dia e até mesmo para realização de acampamentos que duram alguns dias.

No que tange os atrativos turísticos da Ilha dos Marinheiros observou-se uma significativa concentração dos mesmos na comunidade Porto Rei (Figura – 9). Conseqüentemente, esta comunidade concentra também o maior fluxo de turistas que em 80% dos entrevistados, desconhecem o restante da Ilha, limitando-se ao trajeto de aproximados 5,5 km entre a ponte e os atrativos de comunidade Porto Rei e não percorrem os 24,2 km da rua que circunda a Ilha.

É na Porto Rei também que concentra-se maior parte da infraestrutura turística catalogada na IM (Figura 13). Além do único logradouro e atracadouro públicos, a comunidade é a única que dispõe de banheiros destinados aos turistas, localizados no Recanto Nossa Senhora de Lourdes.

¹⁴ Dados extraídos das entrevistas prestadas pelos presidentes de ambos os clubes.

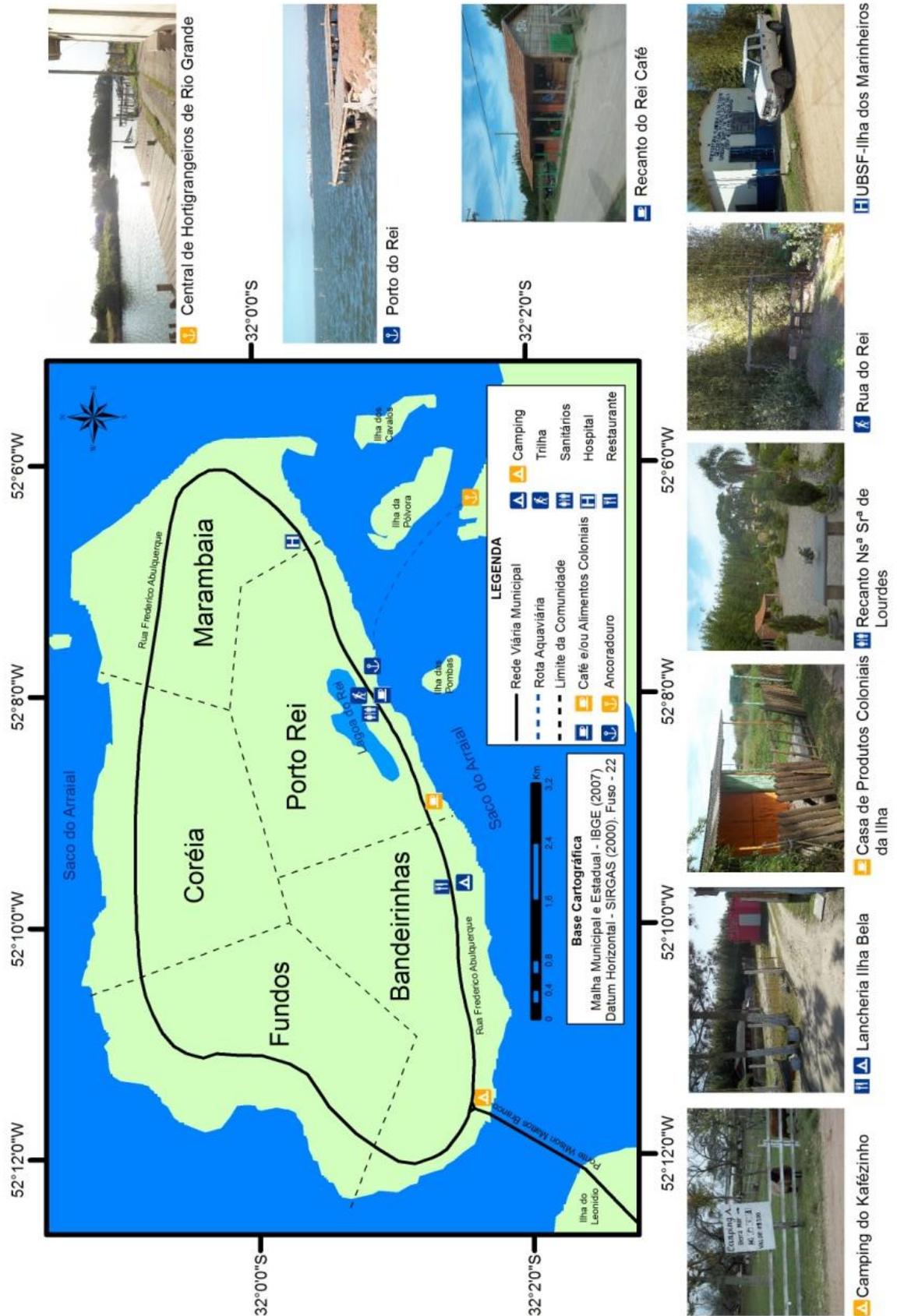


Figura 13 – Infraestrutura turística da Ilha dos Marinheiros.
 Fonte: o autor

Esta comunidade concentra três dos cinco estabelecimentos comerciais destinados à venda de gêneros alimentícios para turistas catalogados na Ilha, são eles:

- Casa de Produtos Coloniais da Ilha: fundada no ano de 2006 e destinada à venda de cucas e pães além de hortaliças cultivadas na chácara da família proprietária do empreendimento;
- Recanto do Rei Café: também fundada em 2006, dispõe de uma gama de produtos alimentícios destinados ao consumo imediato.
- Casa da Jurupiga: em atividade desde o ano de 2005, destina-se a venda de jurupiga, vinho¹⁵ e artesanato (miniaturas de embarcações de pesca) diretamente ao turista.

Os demais estabelecimentos comerciais destinados ao atendimento turístico na Ilha dos Marinheiros estão localizados na comunidade Bandeirinhas. Trata-se de dois estabelecimentos que acumulam as funções de lancheria e campings. Além destes dois locais destinados para acampamento foi catalogado um camping em fase de construção na comunidade da Coréia.

Na Porto Rei, onde o turismo tem maior presença, foi possível constatar, por meio das entrevistas, o maior grau de descontentamento dos moradores. Nesta comunidade 100% dos entrevistados relataram algum tipo de problema relacionado ao convívio com turistas, como a invasão de suas propriedades e/ou roubos de parte da produção agrícola e o pisoteamento de seus cultivos. Provavelmente, em virtude dos problemas relatados em decorrência da atividade turística que a Porto Rei, entre as demais comunidades da Ilha, se constitui como a que apresenta o processo mais visível de cercamento e a colocação de placas de aviso de “proibida a entrada de pessoas estranhas” nos limites de algumas propriedades.

Os relatos de problemas relacionados à infraestrutura também são recorrentes nas declarações dos turistas da IM. Quando questionados sobre sua opinião em relação ao turismo na Ilha todos foram unânimes em declarar a infraestrutura turística precária. Para os turistas, a falta de placas de indicação e a

¹⁵ No dia 9 de janeiro de 2010 o Jornal Diário Popular noticia a retomada do cultivo da uva bordô nesta propriedade para a produção de vinho e jurupiga (Anexo F). Com base nesta notícia e nos dados obtidos em campo esta é a primeira iniciativa do gênero na Ilha dos Marinheiros desde a erradicação dos cultivos na década de 1940.

delimitação das trilhas e das áreas onde se situam os atrativos possibilita que estes visitantes adentrem áreas particulares de forma involuntária.

No dia 3 de agosto de 2012, o Jornal Agora noticia o projeto: “Implementação de Infraestrutura de Qualidade na Ilha dos Marinheiros” (Anexo G). Decorrente de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo Esporte e Lazer com o Governo Federal, este projeto prevê a construção de um atracadouro coberto, a implantação de um pórtico de madeira e um quiosque de informações turísticas na entrada da Ilha. O projeto contempla ainda a instalação de quarenta e cinco placas de orientação para o sistema de visitação, assim como dez bandos de madeira com sombreado de palha e lixeiras nos pontos de visitação. A instalação desta infraestrutura turística tem como principal objetivo, segundo a reportagem do Jornal Agora, valorizar ainda mais a diversidade histórica, cultural, social, geográfica e ambiental da Ilha, bem como, estimular a chegada do visitante pela Lagoa dos Patos.

Com base na notícia do Jornal Agora, constata-se mais uma expressiva tentativa de fomentar o turismo na Ilha dos Marinheiros. A instalação da infraestrutura turística descrita no projeto pode servir não só para atrair mais turistas para Ilha, mas orientar estes visitas e com isto, minimizar os impactos relatados pelos ilhéus.

5. CONCLUSÕES

O presente estudo objetivou analisar os impactos oriundos da inserção da atividade turística nos espaços insulares do Brasil. Para atingir o objetivo da pesquisa foi realizada uma delimitação conceitual da atividade turística e dos seus segmentos. Com base nesta delimitação pode-se concluir que turismo como atividade organizada acontece somente no início do século XIX e ganha espaço na economia mundial a partir da Segunda Guerra Mundial. Pode-se concluir também que nas últimas décadas o estudo do turismo por distintas ciências e órgãos governamentais, resultou em uma expressiva segmentação dos atrativos e serviços ofertados o que resulta em uma polarização da atividade turística. Essa dualidade entre turismo alternativo e de massa categoriza modalidades de turismo que, do ponto de vista de seu objeto de consumo e da sua forma de apropriação do espaço, não se contrapõem, mas se diferenciam de certo modo em virtude de que a primeira requer maior densidade de infraestruturas e de serviços, se comparadas à segunda.

Quanto o modo de inserção da atividade turística nos espaços insulares do Brasil pode-se concluir que ocorreu em três períodos distintos na história. Os primeiros registros do turismo insular no país ocorreram já no final do século XVIII e na segunda metade do século XIX. No período de desenvolvimento da economia urbana que atraiu um contingente de estrangeiros originários, sobretudo da Europa. São estes europeus que difundem junto à elite local uma nova cultura de valorização do lazer em áreas que permitam a prática de banho e passeios junto a cursos de águas naturais elegendo as ilhas do Mosqueiro – PA e dos Marinheiros – RS como o espaço para a relação destas atividades nos finais de semana consequente construção de casas de segunda residência que permitiam um maior tempo de estadia nestas ilhas.

O segundo período da história do turismo nos espaços insulares do país ocorre, de forma mais concentrada a partir da década de 1950 nas ilhas costeiras e se mescla com o processo de massificação do turismo litorâneo brasileiro. Este processo se aguça em consequência da industrialização acentuada que possibilita um acréscimo na renda das famílias de classe média que passa a participar do mercado de consumo e do turismo. No mesmo período, há um investimento

acentuado em rodovias por parte do Estado que facilitam o acesso ao litoral, tornando as praias e as ilhas próximas de espaços ancestralmente habitadas por populações tradicionais que viviam da prática da pesca e da pequena agricultura em espaços de lazer por meio do estabelecimento de infraestruturas características do turismo de massa (moradias de segunda residência e da implantação de projetos turísticos a exemplo de resorts, hotéis e marinas). Esta nova forma de ocupação do espaço insular causou impactos significativos na natureza e na cultura dos habitantes das ilhas do Brasil (valorização das terras nas ilhas; implantação do mercado imobiliário - expropriação de terras; urbanização; mudança nos padrões construtivos das casas; cercamentos de terrenos impedindo a livre circulação a que os nativos estavam acostumados).

Foi, principalmente, com a justificativa de frear este processo e proteger a natureza dos espaços insulares que, a partir da década de 1960, se acentua no país o processo de transformação de ilhas em parques nacionais. É, sobretudo, com base neste processo que se determina neste estudo o terceiro período da história do turismo em ilhas do Brasil. Este período tem como característica a expulsão das populações nativas das ilhas como prerrogativa para a implantação dos parques. Nos casos em que foi permitida a presença dos antigos moradores nas ilhas, muitas vezes, lhes é negado o acesso a certos espaços considerados de proteção total e ainda sofrem restrições impostas pela legislação, como a proibição do uso do fogo, da caça e da extração.

No caso das unidades de conservação em ilhas no Brasil, o arquipélago de Fernando de Noronha destaca-se como o exemplo mais emblemático. Esta conclusão se baseia no fato de Noronha possuir um rígido controle migratório que concessão de carteiras aos moradores e na Taxa de Preservação Ambiental cobrada a todas as pessoas não residentes ou domiciliadas, que estejam em visita, de caráter turístico ou a serviço de empresas privadas e calculada em termos proporcionais ao tempo de permanência no arquipélago.

Dos exemplos pesquisados, Fernando de Noronha destaca-se também pela dependência de sua população dos segmentos do turismo na natureza a exemplos do ecoturismo e do turismo de aventura. São estes segmentos que também possibilitam distinguir o terceiro período da história do turismo em ilhas do Brasil. Se os períodos anteriores eram caracterizados pela urbanização das ilhas pela instalação de infraestruturas do turismo de massa, neste período, é a preservação

dos espaços naturais e do fomento de atividades do turismo de natureza que irão se consolidar.

Pode-se concluir também que, de todos os segmentos abordados no decorrer da pesquisa, o ecoturismo é o que possui maior expressão na ilha abordada nesta pesquisa como um estudo de caso. Com os dados obtidos em campo e na revisão bibliográfica, foi possível traçar um histórico de mais de duzentos anos do desenvolvimento da atividade turística na Ilha dos Marinheiros, começando no final do século XVIII com o primeiro processo de estabelecimento das moradias de segunda residência e posteriormente, no início do século XXI com sua inserção, datada com o término das obras de construção da ponte de ligação ao continente. É neste último período, sobretudo, entre os anos de 2004 e 2007 são registrados o maior número de iniciativas de alavancar, organizar e regulamentar o turismo na IM. Estas iniciativas ocorreram, em sua maioria, por órgãos estatais, principalmente por projetos de extensão ligados a instituições de ensino federais.

Constata-se que os projetos tiveram como principais objetivos o treinamento dos ilhéus para operar como agentes locais de turismo, seja atuando como guias nas trilhas criadas e demarcadas no decorrer destes projetos, seja na produção e na venda de artesanato, ou ainda, na venda direta ao turista dos produtos agrícolas produzidos na IM. Pode-se constatar também que, todos os projetos apresentavam a característica de fomentar os segmentos do turismo alternativo, especialmente o ecoturismo, o enoturismo e turismo gastronômico. Os projetos primavam ainda pela inserção dos ilhéus nestas atividades com a associação de agências de turismo do continente. Contudo, não houve o registro da continuidade de nenhuma das ações realizadas nos projetos promovidos na Ilha entre os anos de 2004 a 2012. A descontinuidade destas ações permite o entendimento de que todos os projetos que visavam fomentar o turismo na IM não tiveram êxito em parte, atribuído à baixa adesão dos ilhéus.

Atualmente, o turismo na Ilha dos Marinheiros não tem a capacidade de modificar o tempo dos ilhéus, de um tempo cíclico (baseado na safra das espécies de pescado ou dos cultivos agrícolas) para um tempo baseado na sazonalidade da estação turística como retratou Diegues (1998) em diversas ilhas do litoral Sul e Sudeste do Brasil. Contudo, pôde-se observar que a introdução da atividade turística, por meio das segundas residências, trouxe significativas mudanças na apropriação do espaço deste ambiente insular. As trilhas e caminhos que antes

permitted a shortcut between houses of friends and relatives of nearby farms, now they are impeded by fences erected by the "outsiders" who use these properties on weekends.

Nevertheless, it is not only tourism of second residence that causes impacts in the IM. The excursionist visit (tourists who visit the Island in one day) also causes impacts such as the invasion of farms, as well as theft and destruction of crops. These impacts are more noticeable in the community of Porto Rei which concentrates most of the attractions of the Island.

The insertion of tourism in the area under study did not bring only negative impacts to the local population. This fact is due to the complement to the income of families that work directly with tourism or indirectly, selling at certain times the products cultivated on their properties to tourists.

As can be analyzed in the examples mentioned, tourism has the capacity to incorporate other economic activities that are not only the typically agricultural, fishing and extractive activities in the insular space, and this has been a strategy adopted by various islands in Brazil. The adoption of this strategy is done with a view to staying on the island, improving the quality of life through the increase in income, which now has a base in a greater diversity of activities and functions, since tourism is an activity that can be related to agriculture and fishing.

Thus, tourism is a possibility of alternative income for the local production, without the need to abandon their traditional activities, which are fishing and agriculture. In this way, it can be concluded that tourism has the possibility of serving to fix part of the population on the Island, curbing the exodus to the continent and preserving the island culture.

As for the negative impacts resulting from the insertion of tourism in the area under study, it can be attributed to the lack – or in this case to the non-existence – of planning for this activity on the Island of the Fishermen. Another factor that can be added is the necessary infrastructure to receive and guide the tourists who visit the Island.

In this way, it is possible to conclude that tourism is an activity in evidence on the Island of the Fishermen and its role in the management of this territory is clear, given its capacity to stimulate the use of the natural and cultural potential of the local community. O

turismo, contudo, não deve ser desenvolvido como uma monocultura, encarado como uma solução definitiva para os problemas sociais e econômicos deste espaço insular, mas como uma atividade interligada a outras já existentes e também fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Ilha. A atividade turística neste espaço insular deve gerar qualidade de vida para os ilhéus, valorizando e respeitando sua cultura e seu modo de vida. O turismo concebido e planejado e controlado pela população pode constituir uma das alavancas de valorização e preservação da cultura tradicional da Ilha dos Marinheiros.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA (ABETA). Disponível em: < <http://www.abeta.com.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

ARAÚJO, Carolina Dutra de; CARVALHO, Acácio Geraldo de; SILVA, Carlos Domingos da. Impactos ambientais do turismo na Ilha Grande: comparativo sobre a percepção dos moradores da Vila do Abraão e da Vila Dois Rios. **Caderno Virtual de Turismo** v. 5, n. 3, 2005.

ÁVILA, Mara Azevedo de. **Análise histórico-temporal da modificação do campo de dunas no interior da Ilha dos Marinheiros entre 1947 e 2004, assistido por técnicas de geoprocessamento.** (Trabalho Final de Graduação) Universidade Federal de Rio Grande, Graduação em Geografia Bacharelado, 2005.

AZAMBUJA, Vanessa Acosta de. **Análise da inserção dos monitores locais no desenvolvimento turístico da Ilha dos Marinheiros de Rio Grande/RS.** Monografia (Graduação em Turismo) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

AZEVEDO, Anna Lúcia Dias Morison de. **A Ilha dos Três Antônios.** Águeda: Paulinas Editora, 2003.

BAHL, Miguel. Dimensão cultural do turismo étnico. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (ed's.). **Segmentação do mercado turístico.** Barueri: Manole, 2009.

BARROS, Luiz Ferri de. A Ilha de Monte de Trigo: Impressões de Viagens. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares.** São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

BELO, Joaquim de Souza; SILVA, Fátima Cristina da; MATOS, Atamagildo de Deus. Criação de reservas extrativistas para as ilhas de Belém. In: **Grupo de Trabalho 5 – Ilhas estuarinas e ocupação humana.** GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; KATO, Osvaldo; FREIRE, Jaqueline Serra (Coord's.). Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Grupo05.pdf>>. Acesso em: 19 agost. 2012.

BORDINI, Caroline Valença; RUSCHIMANN, Doris Van de Meene. Enoturismo. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (ed's.). **Segmentação do mercado turístico.** Barueri: Manole, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil.** Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente do. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília: 1994.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Plano Nacional do Turismo 2003-2007**. Brasília: 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2. ed. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Turismo de aventura: orientações básicas**. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Turismo de pesca: orientações básicas**. Brasília: 2008.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Turismo Marcos Conceituais**. Brasília: 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo do. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Brasília: 2010

BRASIL. Ministério do Turismo do **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília: 2007.

BUENO, Eduardo. **A Viagem do Descobrimento: a verdadeira história da expedição de Cabral**. Rio de Janeiro. OBJETIVA, 1998.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. No território do Azul Marinho: a busca do espaço caiçara. (Dissertação de Mestrado) Curso de Pós-graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. 1993.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. Ilha Bela: Turismo e Território. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas. **Turismo e excursionismo rural: potencialidades, regulamentação e impactos**. Londrina, HUMANIDADES, 2004.

CALVENTE, Maria del Carmen Matilde Huertas; MARTINEZ, Maria Tereza Braga; MALDONADO, Wanda; FUSCULDO, Waldimier Cesar. Caiçaras, mestres, professores e turistas: a resistência da territorialidade em um processo de transformação. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, v.1, 2004.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. Comunidades Costeiras Frente à Expansão do Turismo. In: **Diálogos do Turismo – Uma Viagem de Inclusão**. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. p. 246-263.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Vitoreiros e Monteiros: Ilhas do Litoral Norte Paulista**. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Territórios pesqueiros: conflitos e**

possibilidades para a gestão da pesca. São Paulo/SP, Revista Geosp, n. 14, p. 119-125, 2003.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Território e pescarias: notas sobre as experiências chilena e brasileira.** Florianópolis/SC. Revista Geosul. v. 23, n. 46, p. 185-196, jul.-dez. 2008.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores, trabalho e Geografia: uma aproximação de escalas, mobilidades e embates presentes no trabalho pelas águas.** São Paulo/SP. Revista Terra Livre. v. 22, n. 33, p. 31-46, jul.-dez. 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Ilhas do Litoral Norte Paulista: espaço, trabalho e pesca.** (Relatório de Estágio de Pós-doutorado) Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, Brasil. 2010a.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pesca e trabalho insular em Vitória e Monte de Trigo.** In: XI Jornada do Trabalho, 2010, João Pessoa. Anais... João Pessoa: Gestão e Estudos da Geografia do Trabalho, Brasil. 2010b.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Ilhas e Litoral – sociaedades em movimento.** In: XII Jornada do Trabalho, 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: Gestão e Estudos da Geografia do Trabalho, Brasil, 2011.

CORTELLA, Mario Sergio. **Não se desespere: provocações filosóficas.** 3. ed. Petrópolis: Vozes. 2013.

COSTA, Aléssio Almada da; TAGLIANI, Paulo Roberto. O Plano Ambiental da Ilha dos Marinheiros. In: TAGLIANI, Paulo Roberto & ASMUS, Milton (Org's). **Manejo Integrado do Estuário da Lagoa dos Patos: Uma experiência de gerenciamento costeiro no Sul do Brasil.** Rio Grande: FURG. 2011.

CRIVELLARO, Carla Valéria Leonini; MONTEIRO, Alice Fogaça; SILVA, Kleber Grübel da. Fomento às iniciativas de ecoturismo: as experiências da Ilha dos Marinheiros e dos vagoneteiros no Molhe Oeste – Rio Grande – RS. In: TAGLIANI, Paulo Roberto & ASMUS, Milton (Org's). **Manejo Integrado do Estuário da Lagoa dos Patos: Uma experiência de gerenciamento costeiro no Sul do Brasil.** Rio Grande: FURG. 2011.

CRUZ, R, C, A. **Introdução à Geografia do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Roca. 2003.

CENSO DEMOGRÁFICO BRASILEIRO (2010). In: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/calendario.shtm>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. A mudança como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador.** São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, v.1, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. As Ilhas e Arquipélagos Tropicais Brasileiros:

Práticas Sociais e Simbólicas. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. **Sociedades insulares e biodiversidade**. NUPAUB-USP, 1999. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/Marajo.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

FANTOURA, Edgar Braga da. **Sinopse da História de Rio Grande: 1737/1822**. Rio Grande: FURG, 1985.

FREIRE, Edson Fernando de Oliveira. **Do rural ao urbano: as relações sociais de produção e as formas de inserção econômica dos agricultores familiares da Ilha dos Marinheiros. Rio Grande – RS**. Monografia (Graduação em Geografia Licenciatura) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2003.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE (FUNBIO). **Manual de Melhores Práticas do Ecoturismo e Turismo Sustentável**. Rio de Janeiro: 2004.

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (FEPAM), **Base Cartográfica Digital do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/geo/bases_geo.asp>. Acesso em: 20 jan. 2013.

FURLAN, Sueli Angelo. As Ilhas do Litoral Norte Paulista: Turismo. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

GÂNDORA, José Manoel Gonçalves. Reflexões sobre o turismo gastronômico na perspectivada sociedade dos sonhos. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (ed's.). **Segmentação do mercado turístico**. Barueri: Manole, 2009.

GOOGLE BRASIL. **Programa Google Earth**. Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>> Acesso em: 25 maio. 2012.

GUERRA, Antônio Teixeira. **Dicionário Geológico Geomorfológico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1993.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. A expansão do território de Belém para as ilhas. In: **Grupo de Trabalho 5 – Ilhas estuarinas e ocupação humana**. GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; KATO, Osvaldo; FREIRE, Jaqueline Serra (Coord's.). Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Grupo05.pdf>>. Acesso em: 19 agost. 2012.

GIBBON, Henrique Porobé. **A Religiosidade Popular na Ilha dos Marinheiros: Um Estudo Fotoetnográfico dos Pórticos Ornamentais**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2006.

HANAI, Frederico Yuri; SILVA NETTO, Joviniano Pereira da. **O turismo como alternativa de desenvolvimento sustentável do espaço rural**: discussões e proposições no Brasil. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6561>>. Acesso em: 22 jun. 2012

INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR). Brasília. Disponível em: <<http://www.braziltour.com/site/br/>>. Acesso em: 9 out. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Programa Spring. Brasília, 2012. Versão 5.1.8. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/download.php>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: da origem ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

LIMA, Aline Gisele Azevedo; MARQUES JÚNIOR, Sérgio. **Avaliação sócio-ambiental em comunidades receptoras**: uma contribuição ao estudo dos impactos da atividade turística na visão dos moradores da Vila de Ponta Negra, Natal/RN. Revista Holos, Ano 23, Vol. 3, 2007.

LIMA, Luciana Sereneski. **A participação no Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros (Rio Grande - RS): diálogos entre a educação ambiental transformadora e o gerenciamento costeiro integrado**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) – Universidade Federal de Rio Grande, Rio Grande, 2009.

LISBOA, Armando de Melo. Construindo uma Identidade Insular em um Mundo que se Globaliza: O jeito manezinho de ser. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

MACHADO, Álvaro. **Ecoturismo: um produto viável** – a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MACHADO, Sônia. **O Longo Amanhecer do Sul**. 1ªed. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 2000.

MALDONADO, Wanda. Comunidades Caiçaras e o Parque Nacional de Ilhabela. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

MARQUES, Indira Rocha. Construção e ocupação do espaço turístico em Mosqueiro. In: **Grupo de Trabalho 5 – Ilhas estuarinas e ocupação humana**. GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; KATO, Osvaldo; FREIRE, Jaqueline Serra (Coord's.). Disponível em: <<http://www.ufpa.br/projetomegam/anais/Grupo05.pdf>>. Acesso em: 19 agost. 2012.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: FURG, 2006.

MARTINES, Isabel Maria Torres. **Estudio Del Potencial Ecoturístico de Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS, Brasil**. Monografia (Graduação em Turismo) – Escola Politécnica Superior de Gandia, València, 2005.

MERLO, Márcia. As Vozes do Bonete, Uma Face de Ilhabela. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

MOURA, Gustavo Goulart Moreira. **Águas da Coréia: pescadores, espaço e tempo na construção de um território de pesca na Lagoa dos Patos (RS) numa perspectiva etnoceanográfica**. São Paulo: USP, 2009.

NOBREGA, Luciana de Amorim. **Marambaia: imaginário e história**. Revista da Universidade Rural. Rio de Janeiro, v. 26, n. 1-2, p. 115-123, jan.-dez. 2004.

NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marilia Gomes dos Reis. (ed's.). **Segmentação do mercado turístico**. Barueri: Manole, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL (OMT). **Código de Ética Mundial para o Ecoturismo**. Disponível em: < http://www.world-tourism.org/code_ethics/pdf/languages/Brazil.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

PARADA, Isadora Le Senechal. Mudanças socioambientais de comunidades caiçaras no Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Enciclopédia Caiçara: o olhar do pesquisador**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, v.1, 2004.

PELLIN, Valdinho. **O turismo no espaço rural como alternativa para o desenvolvimento local sustentável: o caso do município de Rio dos Cedros –SC**. Caderno Virtual de Turismo, vol. 5, núm. 1, 2005, p. 31-38.

PEREIRA, Frank Gonçalves. Mudanças de uso e ocupação e suas repercussões sobre a qualidade visual da paisagem da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos**, 25 a 31 de julho de 2010 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital do trabalho (RS: 1889 – 1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

PIRES, Paulo dos Santos. **Dimensões do Ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PLANTE, Steve; BRETON, Yvan. Espaço, pesca e turismo em Trindade. In: DIEGUES, Antonio Carlos. (Org.). **Enciclopédia Caiçara Volume III: o olhar estrangeiro**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 2005. p. 21-74.

PORTO, Pedro da Costa. **Análise da Atividade Turística na Ilha dos Marinheiros – Rio Grande/RS**. Monografia (Graduação em Geografia Bacharelado) –

Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

PORTO; Pedro da Costa; LETURCQ; Guillaume Pierre. Os impactos do turismo no espaço rural brasileiro. **Informativo PETGeo FAED/UDESC**. Florianópolis, Nº 74, 2013.

PORTO, Lucas Porciuncula; CERON, Lucas Freier; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. Brasil. Copa do Mundo 2014: análise dos impactos ambientais, econômicos e sociais. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**. Santa Maria, v. 8. 2013.

PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC). Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/transportes/portos/br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

REBOUÇAS, Gabriel Nunes Maia. **Caracterização e diagnóstico ambiental da Ilha dos Marinheiros (Estuário da Lagoa dos Patos - RS): subsídios ao gerenciamento costeiro integrado**. Monografia (Graduação em Oceanografia) Universidade Federal de Rio Grande, 2003.

RIBARIC, Adrian. Sítio Artur e os Seus: Para uma Arqueologia da Memória. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz. **Pré-história do Rio Grande do Sul: a história dos primeiros habitantes**. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 1994.

ROCHA, Ruth; PIRES, Hindenburg da Silva. **Minidicionário da Língua Portuguesa Ruth Rocha**. São Paulo: Scipione, 2005.

RUIVO, José Carlos Vieira. Contribuição para a História da Ilha dos Marinheiros, Rio Grande, RS. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. **Temas de História do Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 1994.

RUSCHMANN, Doris van de Meene; ROSA, Rafaela Gonçalves. **Ilha de Porto Belo/SC: um destino turístico de excelência**. Revista de Estudos Politécnicos, Itajaí, v. VIII, n. 14, p. 9-20, 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília : Senado Federal, 2002.

SCHNEIDER, Sergio; FIALHO, Marco Antônio Verardi. Atividades não agrícolas e turismo rural no Rio Grande do Sul. In: **II Congresso Internacional Sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, 09 a 12 de maio de 2000 – Centro de Eventos do Hotel Morotin – Santa Maria/RS.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO AO EMPREENDEDOR E PEQUENO EMPRESÁRIO (SEBRAE). Disponível em: < http://www.sebrae.com.br/setor/turismo/segmentos-turisticos/outros-segmentos/211-29-turismo-de-negocios-gera-mais-de-r-47-bilhoes/BIA_21129>. Acesso em: 10 out. 2012.

SILVA, João Paulo da. **Hibridização cultural, turismo rural e desenvolvimento local no Engenho Itamatamirim, em Pernambuco.** (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal Rural de Pernambuco. 2010.

SILVA, Viviane Capezuto F. da. A Praia do Meio: do Homem da Costa, do Homem da Terra. O Homem do Meio. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares.** São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

SILVA, Rogério Piva da.; GONÇALVES, Rodrigo da Rocha.; CARVALHO, Ana Beatriz Kaffka; OLIVEIRA, Camilla de. O Impacto do Polo Naval no Setor Imobiliário da Cidade do Rio Grande. **6° Encontro de Economia Gaúcha**, 31 de maio e 1 de junho de 2012 – Campus Central da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Porto Alegre/RS. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/download/Mesa3/O_Impacto_do_Polo_Naval_no_Setor_Imobiliario_da_cidade_de_RioGrande_RS.pdf>. Acesso em 7 jan. 2013.

SOUZA, Gisela Maria Rezende de. **Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha – P.E.** (Dissertação de Mestrado) Centro Universitário Uma, Mestrado em Turismo e Meio Ambiente. 2007.

TOMAZ, Lea Maria. O Mato e os Manguezais da Ilha do Mel: A Percepção dos Nativos. In: DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares.** São Paulo: Hucitec – NUPAUB-CEC/USP, 1997.

TORRES, Luiz Henrique. **Águas de maio: a enchente de 1941 em Rio Grande.** Rio Grande: FURG, 2011.

WALLY, Marília; PAIXÃO, Bárbara; PAIVA, Mariele; BAUMGARTEN, Maria da Graça; CASARTELLI, Maria Regina. Níveis de ferro na água subterrânea de áreas florestadas (*Pinus sp.*) na Ilha dos Marinheiros (Rio Grande-RS). In: **IX Mostra de Produção Universitária**, 14 a 17 de outubro de 2010 – Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro (**Cidec-Sul**) – Rio Grande/RS.

WIDMER, Glória Maria. Turismo arqueológico. In: NETTO, Alexandre Panosso; ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (ed's.). **Segmentação do mercado turístico.** Barueri: Manole, 2009.

ZAPATA, Tania Regina; ZAPATA, Jesús Cámara. **Turismo, valorização da Brasilidade e construção do Capital Social.** Em: Turismo Social: Diálogos do Turismo. Brasília: IBAM, 2005.

ANEXOS

Anexo A – Notícia do Jornal Diário Popular de 7 de março de 2004 referente as obras da ponte de ligação da Ilha dos Marinheiros com o continente.

Diário Popular - Obras na ponte da ilha dos Marinheiros ainda na primeira etapa

Pelotas, RS, Domingo, 07.03.2004

DIÁRIO POPULAR
Vão Internet

Busca nesta edição

ANUNCIE

ANUNCIE

A obra é sua...
...a qualidade é nossa

Zona sul: Obras na ponte da Ilha dos Marinheiros ainda na primeira etapa

Os dois incêndios que consumiram 150 hectares de plantação de pinus, campos e matos, duas casas e um galpão, na Ilha dos Marinheiros, deixaram a população, de 1,2 mil habitantes, apreensiva. Ao menor sinal de fumaça, e por estarem isolados do continente, os ilhéus logo acionam o Corpo de Bombeiros. A população tem hoje somente a balsa como única travessia, pois a tão sonhada conclusão da ponte ainda está na primeira etapa. O comandante do 3º Grupamento de Combate à Incêndios (3ºGCI), do 3º Comando Regional de Bombeiros (3º CRB), capitão Franco Andrei Maciel de Brito, disse que se a ponte estivesse liberada agilizaria a chegada da equipe no local do sinistro. A distância até o centro da cidade - 25 quilômetros - é outro fator que preocupa os ilhéus.

TEMOR - Na tarde de quinta-feira, o 3º CGI foi comunicado de um incêndio na localidade. Após circular em todo entorno, os bombeiros verificaram que o fogo era na Ilha da Torotama. O comandante está ciente da onda de pavor que tomou conta do lugar. "No caso de um grande incêndio, a rota de fuga dos moradores é limitada, pois a balsa não comporta toda a população", observou.

»Zona sul

indique esta matéria

Di Franco

conheça Nosso Jornal

CINEMA

Assine o Diário Popular

0800 53 2001

http://sv-net.diariopopular.com.br/07_03_04/cp050305.html

1/2

Anexo B – Termo de Ajustamento de Conduta referente a retira da floresta de pinos na Ilha dos Marinheiros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Aos 11 dias do mês de março de 2008, nas dependências da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, representado pelo 1º Promotor de Justiça Especializado, Dr. José Alexandre Zachia Alan, denominado **MINISTÉRIO PÚBLICO**, a segunda ajustante FLOPAL – FLORESTADORA PALMARES LTDA, representada pelo Sr. Telmo Azevedo de Azevedo, Sócio Administrador, adiante denominada FLOPAL, o Terceiro Ajustante, MUNICÍPIO DO RIO GRANDE, representado pelos Senhores Secretário do Meio Ambiente, Norton Gianuca e Secretário de Saúde Carlos Henrique Schabbach, e os Senhores Aléssio Almada da Costa e Éderson Martins Bastos, representantes do Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros, conjuntamente denominados ACORDANTES, celebram o presente termo mediante as seguintes cláusulas e condições.

FUNDAMENTAÇÃO

O Inquérito Civil n.º 00852.00015/2004 foi instaurado com o objetivo de averiguar as causas do incêndio ocorrido em uma área da Ilha dos Marinheiros, sendo constatada que a área onde aconteceu era de manejo florestal de Pinus feito pela FLOPAL.

Ocorre que a empresa FLOPAL está terminando a atividade de silvicultura na Ilha dos Marinheiros.

Com a finalidade de pôr fim a quaisquer questões cíveis daí decorrentes, as partes ajustantes celebram o presente termo com base no art. 5.º - XXXII, da Constituição Federal, atento a necessidade de prestações positivas do Estado na defesa do ambiente ecologicamente equilibrado e art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347/85.

Anexo B

1ª Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande



**DAS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO**

Das obrigações da FLOPAL:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A FLOPAL assume as seguintes obrigações:

1. DE FAZER, consistente em promover a remoção organizada da espécie invasora Pinus, mediante a elaboração de Plano de Manejo, nas áreas limítrofes nas quais eram desenvolvidas as atividades de silvicultura e áreas de dunas no interior da ilha, contemplando o monitoramento das espécies pós-remoção, visando o controle dos eventuais exemplares remanescentes e o surgimento de novos indivíduos decurrentes das plantações existentes.

- 1.1 no que atine ao manejo dos eventuais prejuízos causados ao ambiente decorrente do corte raso, atenderá ao cronograma ofertado e que se acha encartado nos autos.
- 1.2 a empresa ofertará relatório de suas atividades em julho e em dezembro deste ano ao Ministério Público e ao Conselho Ambiental da Ilha dos Marinheiros para acompanhamento.
- 1.3 O Plano de Manejo deverá ser elaborado por profissional habilitado e emitida ART – Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 1.4 Os exemplares retirados que não puderem ser aproveitados, serão deixados à decomposição. Fica consignado que com relação aos espécimes implantados em áreas privadas, a retirada somente se dará com a concordância do ocupante.

2. DE FAZER, consistente em apoiar projeto de educação ambiental a ser desenvolvido na Ilha dos Marinheiros, para desenvolvimento no ano de 2008, contextualizado à realidade da ilha.

- 2.1. A empresa tratará de custear a impressão de 2.000 folders, sendo que de dois modelos. A secretaria do Meio Ambiente irá providenciar a entrega dos modelos à empresa até o dia 5 de maio, sendo que a empresa providenciará a entrega dos panfletos até o dia 5 de junho.

Av. Silva Paes, n.º 191 - Centro
Rio Grande (RS) – CEP 96200-340
Telefones: (53) 32315506 – 32315536 - 32325044 – 32327946
e-mail: mariogrande@mp.rs.gov.br

Anexo B

1ª Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande



2.2. Afora o custeio dos ~~lôans~~, o município tratará de selecionar três estagiários ~~3~~ que sejam contratados pela empresa para o desenvolvimento do programa de educação ambiental. A remuneração será de R\$ 300,00(trezentos reais) e os estagiários trabalharão sob a orientação da Secretaria do Meio Ambiente por cinco meses. A empresa se encarregará de elaborar e de firmar os contratos. O município apresentará o resultado de sua seleção no dia 5 de junho, e a empresa efetuará os contratos até o princípio de julho.

3. DE FAZER, consistente em custear duas análises da água servida aos moradores da Ilha dos Marinheiros, exame a ser realizado pela acadêmica Priscila Rezende Arévalo. Tais análises ocorrerão ao final de março e de maio deste ano.

Parágrafo Único: O conselho ambiental se compromete a trazer cópia dos laudos ao **Ministério Público**. Fica também consignado que se detectada diminuição da qualidade da água que possa ser atribuída à exploração da silvicultura, o grupo será notificado para conhecimento, ficando advertidos de que haverá prosseguimento da apuração.

4. A FLOPAL assume a obrigação de pagar o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a colaborar com as obras de reforma e ampliação da unidade básica de saúde da Ilha dos Marinheiros, tudo de acordo com projeto elaborado pelo município. A obra se acha com o projeto em fase de conclusão e o município irá abrir licitação a contratar construtora nos próximos três meses, o que comunicará o **Ministério Público**.

4.1. Os pagamentos se darão diretamente no Fundo Municipal de Saúde em rubrica própria que será aberta. A primeira metade do pagamento se dará após a contratação da empresa e dependerá de notificação do município. O valor restante será suportado em duas parcelas iguais, a primeira em 60 dias e a segunda 30 dias após a primeira, ambas a serem depositadas na mesma conta bancária.

4.2. A empresa comprovará o pagamento nos autos deste expediente.

DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

Av. Silva Paes, n.º 191 - Centro
Rio Grande (RS) - CEP 96200-340
Telefones: (51) 32315506 - 32315536 - 32325044 - 32327946
e-mail: marinheiros@pmo.rs.gov.br

Anexo B

11
 Procuradoria de Justiça Especializada do Rio Grande



CLÁUSULA SEGUNDA: O MUNICÍPIO assume as seguintes obrigações:

1. DE FAZER, consistente em disponibilizar técnicos para acompanhamento dos projetos a serem desenvolvidos pela FLOPAL.

2. DE FAZER, consistente na sensibilização da comunidade da Ilha dos Marinheiros para o desenvolvimento dos projetos a serem elaborados pela empresa.

3. DE FAZER, consistente na co-realização dos projetos de educação ambiental.

DAS SANÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Os ACORDANTES ajustam a multa-diária no valor correspondente a 1/3 do CUB-Sinduscom (Custo Unitário Básico) vigente à data do descumprimento para o caso do vencimento dos prazos estabelecidos neste termo.

Parágrafo Primeiro: A(s) multa(s) será(ão) exigível(is) de imediato uma vez descumprida a obrigação estabelecida neste, independentemente do ajuizamento de execução por obrigação de fazer.

Parágrafo Segundo: As multas poderão ser exigidas cumulativamente em caso de descumprimento de mais de uma obrigação.

Parágrafo Terceiro: NECESSÁRIA a notificação para a constituição em mora.

CLÁUSULA SEXTA: No que pertine ao pagamento dos valores referentes à obra de saúde, fica ajustado que o atraso de um dos pagamentos importa vencimento e exigibilidade imediata do saldo, acrescido de cláusula penal de vinte por cento.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os valores das multas serão recolhidos ao Fundo Municipal de Proteção e Recuperação do Meio Ambiente, na conta-corrente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (041), Agência Rio Grande (330), n.º 04.070785.0-4.

CLÁUSULA OITAVA: O MINISTÉRIO PÚBLICO poderá relevar a aplicação da multa e sua exigência, mediante decisão administrativa devidamente fundamentada, em razão de provocação da FLOPAL, ou mesmo por deliberação própria.

Anexo B


 Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande

CLÁUSULA NONA: O MINISTÉRIO PÚBLICO fiscalizará o cumprimento do presente termo de ajustamento de conduta, por seus Agentes, Servidores, Assessoria Técnica e do 2º Pelotão Ambiental, ficando ajustado que os ACORDANTES disponibilizarão elementos técnicos informativos do cumprimento de suas obrigações.

DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA: O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa os ACORDANTES de satisfazerem qualquer exigência prevista na legislação federal, estadual ou municipal, tampouco de cumprirem qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito com a atividade que exercem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Em caso fortuito que implique o não cumprimento das obrigações de fazer, as partes acordantes poderão rever os prazos estabelecidos de modo a solucionar os problemas ambientais existentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Os ACORDANTES, inspirados no princípio da função social do contrato, da boa-fé objetiva e da proibição, previstos no art. 421 e 422 do Código Civil, que regem os contratos, celebram o presente Termo de Ajustamento de Conduta com fulcro no art. 5º, § 2º, da Lei n.º 7.347/05 o que assegura o caráter de título executivo extrajudicial.

Parágrafo Único: O MINISTÉRIO PÚBLICO identificará a FLOPAL e o MUNICÍPIO do não cumprimento das obrigações de forma documentada, podendo assinalar prazo para cumprimento da obrigação inadimplida.

CONCLUSÃO

Por estarem certos e ajustados, celebram o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma para que surta seus jurídicos efeitos.

Rio Grande, 11 de março de 2008.

Anexo B

1ª Promotoria de Justiça Especializada do Rio Grande



Comparecentes:

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

José Alexandre Zachia Alan,
Promotor de Justiça.

Anexo C – Folder de divulgação turística da Ilha dos Marinheiros.



Ilha dos Marinheiros

Descubra este tesouro

(...)
São ilhas afortunadas
São terras sem ter lugar,
Onde o Rei mora esperando.
Mas, se vamos despertando
Cala a voz e há só mar.

Fernando Pessoa

Um pouco de história...

Situada na região estuarina da Lagoa dos Patos, no município do Rio Grande, a Ilha dos Marinheiros formou-se há 20 mil anos pelo acúmulo de areia resultante das subidas e descidas das águas da lagoa e do oceano, durante a formação da Planície Costeira do Rio Grande do Sul.

Há cerca de 1500 anos, os índios Minuanos e Charruas descobriram seus encantos e foram os primeiros a aproveitar sua fartura.

A partir do século XVIII foi colonizada por portugueses da Póvoa do Varzim, Porto e Açores. Neste período também abrigou escravos no Quilombo do Negro Lucas.

A Ilha recebeu este nome porque marinheiros vinham buscar água e lenha para abastecer a cidade do Rio Grande e construir o Forte Jesus Maria José.

Em 1930, a Ilha chegou a ter 14.000 moradores. Hoje vivem cerca de 1.300 pessoas que tiram seu sustento da pesca artesanal e da agricultura familiar. Peixes e camarões, legumes, hortaliças e flores são os principais produtos.

Ficaram como herança dos antepassados portugueses as festas religiosas de São João Batista, N. S. da Saúde e Santa Cruz. Na música a Banda da Ilha é famosa por animar eventos da região.

Histórias de bruxas e lobisomens contadas de geração para geração também é legado português.



Guia de Espécies

Este pequeno guia fornece aos visitantes a possibilidade de identificar as principais espécies de plantas e animais da Ilha dos Marinheiros.

- Siri-azul *Callinectes sapidus*
- Camarão-rosa *Farfantepenaeus paulensis*
- Catanhão *Chasmagnathus granulata*
- Tainha *Mugil platamus*
- Linguado *Paralichthys orbignyanus*
- Corvina *Micropogonias furnieri*
- Gambá-de-orelha-preta *Dielphtis marsupialis*
- Tatu-mulita *Dasyus hybridus*
- Lagarto *Tuphambis merrianae*

Anexo C

Curtindo a Ilha dos Marinheiros



Você pode conhecer o Porto do Rey, a Marambaia, os Fundos da Ilha, a Corêia e Bandeirinhas, percorrendo os 27 km da estrada que circunda a Ilha.

Trilha do Rey

Criada para oportunizar alternativas de renda aos ilhéus e conhecimento aos visitantes, a Trilha do Rey permite desfrutar os principais atrativos locais.

A Trilha tem início na Rua do Rey e possui este nome em homenagem à visita de D. Pedro II, em 1845.

Acompanhados por monitores locais, os visitantes podem curtir as belas paisagens de matas, lagoas e dunas e a vida cotidiana dos ilhéus em suas chácaras e atividades de pesca.

Casas e capelas em estilo português, remetem o visitante a um passado histórico.

Durante o passeio, o visitante pode conhecer e adquirir o artesanato local. Cestarias, bordados, crochês e trabalhos em madeira refletem a arte popular.

Almoços e cafés são oferecidos para saborear a comida típica portuguesa.

Não vá embora sem provar a jurupiga, bebida de uva, produzida artesanalmente pelos ilhéus.




Como chegar na Ilha dos Marinheiros

Por água

Pegue um barco no Mercado Municipal ou no Hortifrutigrangeiro em Rio Grande. A viagem dura 30 minutos e leva você até o Porto do Rey ou à Marambaia.

Por terra

O acesso é junto à BR 392, na Vila da Quinta. São 10 quilômetros até você alcançar a ponte que liga à Ilha dos Marinheiros.

Valorize a Ilha dos Marinheiros

Além de sua importância ambiental e paisagística, a Ilha dos Marinheiros é Patrimônio Histórico do Estado de Rio Grande do Sul, devido a forte presença dos valores herdados da cultura açoriana.

Durante sua presença na Ilha:

- Respeite o ambiente, o modo de vida e a cultura dos ilhéus;
- Procure os monitores locais para realizar uma visita mais proveitosa;
- Seja responsável pelo seu lixo;
- Preserve as matas nativas;
- Não faça fogueiras.

Realização:

Este trabalho realizado pelo NEMA objetiva promover oportunidades de ecoturismo na região estuarina, no âmbito do Programa Costa Sul - BID/FURG/FAURG



Contatos: 53 32362420 - nema@nema-rs.org.br

Apoio:

SMDS - Sociedade Marinense de Desenvolvimento Sustentável
 Prefeitura Municipal do Rio Grande/Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer
 Comunidade da Ilha dos Marinheiros



Araçá *Psidium cattleianum*

Jervá *Syagrus romanzoffiana*

Flor-alfinete *Peperomia polyanthus*

Butiá *Butia capitata*

Figueira *Ficus organensis*

Corticeira-do-banhado *Erythrina crista-galli*

Capim-salgado *Spartina alterniflora*

Taboa *Typha domingensis*

Aguapé *Eichornia crassipes*

Bicho-pau *Nyctibius griseus*

Garça-branca *Egretta alba*

Galvota *Larus maculipennis*

Anexo D – Compromisso de Ajustamento ligado ao processo de construção da ponte de ligação da Ilha dos Marinheiros com o continente.



COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO:

Aos vinte e dois dias do mês de maio do ano de 2000, no gabinete da Promotora da Defesa Comunitária de Rio Grande, perante a **Dra. CYNTHIA FEYH JAPPUR MALLMANN**, Promotora de Justiça da Defesa Comunitária, agente do Ministério Público, ora denominada **PRIMEIRA AJUSTANTE**, juntamente com a **Sra Lúcia Anello**, Gerente Regional da FEPAM, **Sr. Dr. José Luiz de Moura Filho**, Chefe da Assessoria Jurídica da FEPAM, ora denominado **SEGUNDO AJUSTANTE**, bem como o **Sr. WILSON MATTOS BRANCO**, Prefeito Municipal da Cidade de Rio Grande, ora denominado **TERCEIRO AJUSTANTE**, **Sr. Jandir Derci Camargo Martins**, Secretário de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente, **Prof. Dr. Carlos Hartmann**, Departamento de Geo- Ciência da FURG, **Dr. Alair Veríssimo**, Comissão de Ecologia da OAB/RS, **Jaira Vargas** e o **Dr. Carlos Eduardo Daniel**, Comissão do Meio Ambiente e Cidadania de Rio Grande, **Sr. Art Tavares de Oliveira** e Ana

Anexo D



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

Lucia Dias Morrison, representantes dos moradores da ilha dos Marinheiros, passando-se a lavrar o seguinte termo de compromisso de ajustamento, nos termos em que dispõe o artigo 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/86, nos autos Inquérito Civil nº 32/00:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Compromete-se o **TERCEIRO AJUSTANTE** ao seguinte:

I) Apresentar à **SEGUNDA AJUSTANTE** laudo, firmado por técnico responsável, acompanhado da ART, contendo as seguintes especificações:

1. mapeamento do uso do solo na ilha dos Marinheiros, incluindo-se neste a demarcação dos equipamentos comunitários e das residências existentes, identificando quais estão ocupadas e abandonadas, bem como a demarcação da cobertura vegetal e demais recursos naturais;

2. número total de propriedades existentes na ilha dos Marinheiros;

3. apresentação de projeto esclarecendo quanto às medidas compensatórias que serão

Anexo D



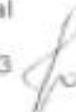
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO



adotadas pelo TERCEIRO AJUSTANTE, face aos impactos causados pelo empreendimento;

4. plano de controle da ocupação futura e gerenciamento da ilha dos Marinheiros visando à manutenção dos ecossistemas remanescentes (plano de manejo da ilha dos Marinheiros);

- II) O TERCEIRO AJUSTANTE deverá apresentar ART (anotação de responsabilidade técnica) dos profissionais integrantes da equipe responsável pela elaboração do estudo apresentado no processo administrativo que tramita perante o SEGUNDO AJUSTANTE de nº 003746-2067/99-7;
- III) Considerando o auto de infração nº 001/2000 da Gerência Regional da FEPAM/ RIO GRANDE, ainda, o que dispõe o art. 60 do Decreto 3.179/99, uma vez cumpridas as obrigações constantes no presente instrumento, compromete-se a destinar o valor dela remanescente (com a redução), consistente em R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em melhoria do meio ambiente na ilha dos Marinheiros, após aprovação de proposta nesse sentido, pelo SEGUNDO AJUSTANTE, a qual

 3 

Anexo D



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MINISTÉRIO PÚBLICO

será executada após o decurso do prazo das obrigações acima arroladas;

- IV) Compromete-se a enviar projeto de lei à Câmara Municipal consistente na inclusão do plano de manejo da ilha dos Marinheiros, aprovado pelo SEGUNDO AJUSTANTE, no Plano Diretor do Município;
- V) Compromete-se a não autorizar, por quaisquer instrumentos, novos usos na ilha dos Marinheiros até que o Plano de Manejo seja aprovado pelo SEGUNDO AJUSTANTE;

CLÁUSULA SEGUNDA: Fixa-se o prazo máximo para o cumprimento do **item I, alíneas 1-4, da cláusula primeira, e, item IV,** em 09 (nove) meses, contado a partir da assinatura do presente; para o **item 5, da cláusula primeira,** fixa-se o prazo máximo em 30 (trinta) dias, contado da assinatura do compromisso de ajustamento; para o **item III, da cláusula primeira,** fixa-se o prazo máximo de 30 dias, após aprovação pelo SEGUNDO AJUSTANTE;

CLÁUSULA TERCEIRA: O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores sujeitará o segundo ajustante à multa

4

Anexo D



diária de **1000 UFIRs**, ou outro índice para os tributos federais que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA QUARTA : A **SEGUNDA AJUSTANTE** declara que, pela assinatura deste **TERMO DE AJUSTAMENTO**, o **TERCEIRO AJUSTANTE** encontra-se em situação ambiental regular, comprometendo-se, sempre que solicitada, a emitir certidão que comprove tal situação.

CLÁUSULA QUINTA: Conforme o parágrafo 6º do artigo 5º da Lei 7.347, bem como do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil, o presente Compromisso constitui título executivo extrajudicial.

PRIMEIRA AJUSTANTE:



SEGUNDO AJUSTANTE:



TERCEIRO AJUSTANTE



Anexo E – Jornal Agora noticia projeto de construção de uma ponte entre a Ilha dos Marinheiros e São José do Norte.

01/08/12

Jornal Agora - O Jornal do Sul - Lector-Repórter



Rio grande, quarta-feira, 01 de agosto de 2012, 16:49h

Um velho projeto

Por: Moacir Rodrigues

A tão esperada obra de ligação a seco entre Rio Grande e São José do Norte, segundo notícias, poderá mesmo sair através da construção de um túnel, considerando a necessidade de ligação rápida entre os dois municípios, especialmente agora que São José do Norte prepara-se para receber um megaprojeto, através da implantação, no Cocuruto, do estaleiro da EBR.

No entanto, segundo as mesmas notícias, já estaria à disposição do Ministério dos Transportes uma nova planta para o túnel, com mudança de local, evitando uma série de problemas que se instalariam caso a obra fosse localizada na região da Barra. Com isso, ressurgiu a viabilidade de uma ligação a seco entre a Ilha dos Marinheiros e a localidade do Canastreiro (São José do Norte), o que evitaria a passagem pelo perímetro urbano nortense dos veículos vindos pela BR-101 que atingiriam o túnel bem antes da área urbana, enquanto que o mesmo processo se daria na área rio-grandina, com o tráfego cruzando toda a extensão da Ilha para atingir a BR-392 e seguir por essa rodovia rumo ao Superporto ou cidade.

Pelo que se pode entender, seria construído um enrocamento de pedras desde a localidade denominada Torotama, na Ilha dos Marinheiros, até a proximidade do canal que demanda a Lagoa dos Patos. O mesmo aconteceria no outro lado do canal, ficando a construção do túnel apenas e tão somente na largura do canal e uma profundidade não superior a 10 metros, possibilitando a continuidade da navegação rumo à lagoa, com calado de seis ou sete metros - como já existe - sem que, no lado sul, onde se localizam os terminais graneleiros do Rio Grande e os berços de atracação, além dos estaleiros rio-grandinos e, agora, os empreendimentos previstos para São José do Norte, possam contar com problemas de calado, futuramente.

Lembramos que já existia um antigo projeto - de autoria do então deputado Walter Troina - de utilização da Ilha dos Marinheiros como via de traçado para a construção de uma rodoferrovia para São José do Norte, com o objetivo de atingir a capital do Estado pela península. O projeto, se não nos falha a memória, seria com uma ponte sobre o canal, e a ligação restante seria através de estrada até a margem do canal, como acontece na ligação da Ilha dos Marinheiros com o continente.

Apenas, entendemos que esse estudo poderia viabilizar a construção, também, de uma ponte sobre o canal de saneamento do Rio Grande, ligando a Ilha dos Marinheiros com a rua 15 de Novembro, como opção para os motoristas que demandarem ao centro do Rio Grande não terem que rodar por mais 50 quilômetros a partir da BR-392. Tal projeto não é novidade e, caso exista de fato a disposição de estudo da ligação com São José do Norte via Ilha dos Marinheiros, esse velho projeto poderia, também, ser ressuscitado.

www.jornalagora.com.br

Anexo F – Jornal Diário Popular noticia a retomada do cultivo da uva bordô na Ilha dos Marinheiros.

Diário Popular

GERAL ESPORTES OPINIÃO ECONOMIA POLÍTICA POLÍCIA EDUCAÇÃO CULTURA & ENTRETENIMENTO RURAL RIO GRANDE

Rural

Rio Grande 09 de Janeiro de 2010 - 12h44

Ilha dos Marinheiros retoma cultivo da uva bordô

Solo fértil e o clima apropriado serviram como incentivos para o retorno da produção

Tweetar 0 Curtir 0 1 0 Indicar Contar

Por Redação
web@diariopopular.com.br

Os moradores mais antigos da Ilha dos Marinheiros garantem e os recortes de jornais de época confirmam: a uva comercializada e tão divulgada pela serra gaúcha é originária daqui, do interior da cidade. Em 1912, foram colhidos mais de 250 mil quilos de uva, porém, anos depois uma praga acabou com a tradição. Quase cem anos após, o sonho de reviver a cultura que vem de berço faz a família Costa Dias apostar novamente nos parreirais. A expectativa é de que os 500 pés de parreira carregados da uva bordô produzam mais de cinco mil quilos da fruta.

O solo fértil e o clima apropriado serviram como incentivos para o retorno da produção. O plantio, totalmente orgânico, proporciona além de um alimento saudável, o sabor inigualável da fruta cultivada na Ilha dos Marinheiros. A maioria dos moradores produz para o próprio consumo, mas o agricultor Hermes Dias foge à regra. No terreno localizado nos fundos do comércio de vinho e jurupiga estão as videiras, já na coloração ideal para a colheita, mas ainda pequenas e amargas. A previsão é de que no final do mês a fruta esteja tão doce quanto a vontade de aumentar a produção.

Por enquanto ainda precisam ser importados 15 mil quilos da uva bordô, mas o sonho do agricultor é que, no futuro, a ilha seja autossuficiente. "Nos preparamos há seis anos e vamos continuar dando sequência ao cultivo da uva. Daqui a três ou quatro anos estaremos com uma produção de aproximadamente dez mil quilos", ansela.

De cada pé de parreira serão retirados cerca de 30 quilos de uva, para cada dois quilos se tem um litro do suco. Toda a produção será transformada em vinho, seco e suave, e claro, jurupiga, bebida doce, típica da localidade. Neste ano a expectativa é de que sejam confeccionados 20 mil litros das bebidas feitas a partir da uva bordô.

O primeiro suco da fruta, mais doce, é utilizado para a jurupiga. Três meses após, a bebida está pronta para o consumo, mas o especialista alerta, "quanto mais tempo demorar para ser consumida, mais suave ela fica". Com o restante do suco é feita a fermentação, que dura 72 horas, para o início da produção do vinho. Todo o processo é realizado de forma totalmente artesanal.

É a família Costa Dias que prepara também a embalagem do produto. Há garrafas decoradas e enfeitadas como lembrança de um típico produto rio-grandino. Vinho e jurupiga são vendidos pelos próprios produtores no estabelecimento, em frente à propriedade da Ilha dos Marinheiros, e nas feiras ecológicas dos produtores, que acontecem no Campus Carreiros da Universidade Federal do Rio Grande (Furg) e também no Cassino.

Diário Popular > Rural > Ilha dos ...

Publicidade no Google

google.com.br/AdWords/Promo

Exiba Anúncios no Google. Com R\$50 Ganhe R\$100 em Créditos no AdWords!

Atividade recente

[Entrar](#) Entre no Facebook para ver o que os seus amigos estão fazendo.

Mais controle do tráfego marítimo
Uma pessoa recomendou isso.

 O trem de passageiros poderá ser implantado em até três anos na região
4 pessoas recomendaram isso.

 Diário Popular - Tudo
6 pessoas recomendaram isso.

Plugar social do Facebook

Faça já sua Assinatura

Mais controle do tráfego marítimo

http://www.diariopopular.com.br/index.php?n_sistema=3056&id_noticia=MTgyMjI=&id_area=MTA-

1/2

Anexo G – Notícia do Jornal Agora referente a projeto turístico para a Ilha dos Marinheiros.

04/08/12

Jornal Agora - O Jornal do Sul - Leitor-Repórter



Rio grande, sexta-feira, 03 de agosto de 2012, 22:28h

SMTEL cadastra projeto turístico para a Ilha dos Marinheiros

A Secretaria Municipal de Turismo, Esportes e Lazer (SMTEL) cadastrou no Sinvoc, sistema de convênios que facilita a apresentação de projetos aos programas do Governo Federal, o projeto **"Implementação de Infra-Estrutura Turística de Qualidade na Ilha dos Marinheiros"**. O cadastro do projeto foi possível devido a uma emenda funcional programática disponibilizada ao Município pela Deputada Federal Manuela D'Ávila (PC do B).

A emenda destina apoio a projetos de infraestrutura turística, e como a Ilha dos Marinheiros é um dos principais atrativos turísticos da região não só para os visitantes mas para a comunidade rio-grandina, a SMTEL resgatou dois projetos idealizados pela Secretaria. Um deles elaborado juntamente com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e o outro do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (Nema), visando proporcionar maior qualidade no recebimento dos visitantes.

O projeto prevê a construção de um atracadouro com "deck" de madeira coberto, implantação de um pórtico de madeira, construção de um quiosque de informações turísticas junto ao pórtico e construção de uma escadaria de arquitetura orgânica com madeira de eucalipto para transposição das dunas até a Lagoa das Nolvas. Também está prevista a sinalização do sistema de visitação turística através da implantação de quarenta e cinco placas de madeira esculpidas, fixação de dez bancos de madeira com sombréis de palha a serem distribuídos nos principais atrativos da ilha, bem como colocação de lixeiras pequenas e contêineres de lixos (um em cada bairro e um na Lagoa das Nolvas).

Segundo a SMTEL, o projeto tem como objetivo valorizar ainda mais a diversidade histórica, cultural, social, geográfica e ambiental da localidade, bem como, estimular a chegada do visitante pela Laguna, pois sem dúvida, esta é a grande atratividade do passeio.

www.jornalagora.com.br

